



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

# DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXIV SUP. B AO Nº 109, TERÇA-FEIRA, 6 DE AGOSTO DE 2019

**ATAS DE COMISSÕES TEMPORÁRIAS DO SENADO FEDERAL**

BRASÍLIA - DF



## COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

**Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)**

Presidente

**Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)**

1º Vice-Presidente

**Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS)**

2º Vice-Presidente

**Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)**

1º Secretário

**Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)**

2º Secretário

**Senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ)**

3º Secretário

**Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS)**

4ª Secretário

## SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Marcos do Val (PPS-ES)

2º - Senador Weverton (PDT-MA)

3º - Senador Jaques Wagner (PT-BA)

4º - Senadora Leila Barros (PSB-DF)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

**Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho**

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

**Ilana Trombka**

Diretora-Geral do Senado Federal

**Roberta Lys de Moura Rochael**

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

**Quésia de Farias Cunha**

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

**Patrícia Gomes de Carvalho Carneiro**

Coordenadora de Elaboração de Diários

**Alessandro Pereira de Albuquerque**

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen

**Deraldo Ruas Guimarães**

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

---

### 1 – ATAS DE COMISSÕES TEMPORÁRIAS DO SENADO FEDERAL

#### 1.1 – COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DE BRUMADINHO

Ata da 14ª Reunião, realizada em 18 de junho de 2019 ..... 4

Ata da 15ª Reunião, realizada em 2 de julho de 2019 ..... 45

#### 1.2 – COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A ACOMPANHAR A PEC 6/2019

Ata da 2ª Reunião, realizada em 29 de maio de 2019 ..... 84





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 14ª REUNIÃO DA CPI DE BRUMADINHO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE JUNHO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às treze horas e trinta e um minutos do dia dezoito de junho de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Rose de Freitas e Jorge Kajuru, reúne-se a CPI de Brumadinho com a presença dos Senadores Antonio Anastasia, Juíza Selma, Jean Paul Prates, Wellington Fagundes, Carlos Viana, Angelo Coronel, Flávio Bolsonaro, Izalci Lucas, Nelsinho Trad, Flávio Arns, Paulo Paim, Zenaide Maia, Marcos do Val, Chico Rodrigues e Jayme Campos. Deixam de comparecer os Senadores Dário Berger, Jader Barbalho, Randolfe Rodrigues e Jaques Wagner. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa.** **Finalidade:** Realizar Audiência Pública com os convidados dos Requerimentos nº 44 e 48/2019-CPIBRUM. **Participantes:** Sr. Wilson Nélio Brumer, Presidente do Conselho Diretor do Instituto Brasileiro de Mineração - IBRAM. Sra. Lilia Sant'Agostino, Secretária Adjunta de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério das Minas e Energia. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e vinte e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senadora Rose de Freitas**

Presidente da CPI de Brumadinho

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/06/18>





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Senhoras e senhores, brasileiros e brasileiras, Pátria amada, 18 de junho de 2019. Peço desculpas à sociedade por meia hora de atraso, nunca por culpa do Relator, exímio Senador mineiro, Carlos Viana, tampouco por mim. Eu sou disciplinado, sou o primeiro a chegar e cumprio tudo. E a terça-feira sempre é difícil em função de várias Comissões de que participamos, de que somos titulares, e especialmente no dia de hoje, em que há uma votação importante no Plenário, daqui a pouco, sobre o porte e a posse de armas.

Bom, espero que compreendam esse atraso.

Havendo número regimental, declaro aberta a 14ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 21, de 2019, para apurar as causas do rompimento da barragem na Mina Córrego do Feijão da empresa de mineração Vale, em Brumadinho e também em outras barragens.

Antes de darmos início à audiência pública desta terça-feira, coloco em votação a Ata da 13ª Reunião, solicitando a dispensa de sua leitura. Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada.

Conforme a convocação ou o convite, a presente reunião é destinada à audiência pública – no caso, a palavra cabível é o convite –, com os seguintes convidados: o Sr. Wilson Nélcio Brumer, nome reconhecido em Minas Gerais, e muito bem reconhecido, Presidente do Conselho Diretor do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram); também a Sra. Lília Sant'Agostino, de reputação ilibada, do mesmo modo, Secretária Adjunta de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério das Minas e Energia.

Solicito, para dar início aos questionamentos do Relator Carlos Viana, à Secretaria que conduza o casal à Mesa – casal no sentido de que é um homem e uma mulher, que fique bem claro! A dupla! O prazer é nosso. O Senador Carlos Viana está agradecendo o convite.

Todos nós aqui aguardamos a presença de outros membros – são 11 membros desta CPI de Brumadinho –, mas como o Kajuru é deste jeito e não vai mudar mesmo, acho que até em outra vida eu vou ser assim, eu vou continuar reclamando da ausência de integrantes desta CPI. Isso gera algo no ar, eu entendo, mas o Senador Antonio Anastasia esteve aqui, inclusive me apresentou o Dr. Wilson Nélcio. Ele voltou lá para a CCJ, onde há reunião deliberativa agora. Portanto, ele justificou a ausência. Daqui a pouco, vai chegar a Presidente desta Comissão, a Senadora Rose, que também está lá, na CCJ.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como sempre, iniciamos os trabalhos com os questionamentos importantes. O Senador já está com o relatório pronto. Esta será a nossa última reunião. Na semana que vem, já será protocolado o relatório, e aí esperamos, Relator, que, no dia da leitura do relatório, tenhamos aqui a presença, e não a ausência, de Senadores, porque se Senadores que compõem esta CPI faltarem no dia da leitura do relatório, quando se exige a presença de seis Senadores para a aprovação – estou certo? –, se isso acontecer, aí realmente o Brasil vai interpretar muito mal, porque a gente já sabe da dificuldade com a imprensa, pois a empresa assassina, Vale, é capaz de comprar tudo e todos.

A imprensa, por exemplo, com exceção de alguns grandes jornais do Rio e de São Paulo, e na televisão, com a exceção justa que seja feita aqui à rede Record de televisão, ninguém mais faz cobertura dessa importante CPI, que terminará, eu tenho certeza, de forma gloriosa, no sentido do esforço, do trabalho daqueles que participaram dela, em especial a quem convido para iniciar a reunião, o Senador mineiro Carlos Viana, como Relator.

**O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. Como Relator.)** – Meu boa tarde a todas as presentes, a todos os presentes. Meu agradecimento ao Senador Kajuru, que está sempre aqui dirigente. É um bom companheiro, estamos sempre conversando muito, temos uma visão muito próxima do Parlamento, daqueles que vieram do outro lado, trabalharam a vida toda como homens de notícias, como profissionais da imprensa, e, muitas vezes, a nossa angústia é de que a população esteja distante ou não seja informada da maneira correta do que acontece aqui. Tomamos decisões que modificam, podem melhorar ou piorar a vida de milhões de pessoas, e, muitas vezes, nós sentimos uma distância que gostaríamos de vencer e de colaborar para que a população estivesse mais perto, que pudesse participar mais, inclusive, até cobrar mais dos seus representantes esse posicionamento.

Nós estamos caminhando hoje para a nossa última audiência, nossa última reunião de uma CPI em que eu preciso agradecer muito aos colaboradores. Eu sempre digo aqui que foi fundamental o trabalho da força-tarefa, em Minas Gerais, tanto do Ministério Público quanto do Ministério Público Federal, parceiros: a Dra. Andressa Lanchotti, o nosso Procurador Tonet, sempre muito próximos e colaborando com todas as possibilidades de provas.

Quero agradecer e dar os parabéns, mais uma vez, à Polícia Federal, no trabalho que fez, de uma maneira espetacular. As investigações mostraram um padrão, Kajuru, de qualidade na investigação que é impressionante. Eu já tive oportunidades de acompanhar, quando no exterior, determinadas investigações e relatórios, por exemplo, do FBI; nossa Polícia Federal não deixa a desejar, em absoluto, a nenhum desses organismos internacionais de investigação.

Também a própria Agência Nacional de Mineração, que, mesmo em momento muito difícil com a questão de receitas e pessoal, colocou à disposição um técnico que nos acompanhou em todas as oportunidades. Nas questões técnicas, foi fundamental na elaboração de questionamentos e também de propostas que serão colocadas no relatório.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Preciso agradecer aqui também ao Tribunal de Contas da União, que criou um grupo de trabalho que já vinha atuando na questão da mineração, da reorganização da Agência Nacional de Mineração. Esse grupo de trabalho tem sido fundamental conosco na colaboração por parte do Governo Federal em nos apresentar números e sugestões, inclusive sobre a legislação na questão tributária.

Agradeço à Receita Federal, que também disponibilizou relatórios, especialmente na questão dos acordos que foram feitos no envio de dinheiro para o exterior, ou de minério que era revendido lá fora, no subfaturamento, o chamado *transfer price*. A Receita nos disponibilizou também uma série de informações sobre esse assunto.

E diversos organismos independentes, tanto internacionais quanto nacionais, colaboraram.

E a nossa ideia hoje é fecharmos com as experiências que nós temos do setor, pelo Ibram, com o Sr. Brumer, que é um dos nomes mais respeitados na área da mineração, e também com a Sra. Sant'Agostino, que é hoje um dos nomes mais respeitados no âmbito do Ministério das Minas e Energia, na questão da mineração.

Foi indicada, inclusive, para a ANM, no ano passado. Acabou não sendo colocado e testado, aqui no Senado, o seu nome, mas há uma colaboração muito grande que a senhora, no futuro, poderá nos dar nesse setor. E, no cargo em que está, vai nos ajudar muito pelo Ministério.

Sejam bem-vindos. Meu muito obrigado aos dois.

Kajuru, se você quiser ir... Está lá com a questão da...

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Não, pode ficar tranquilo. É porque, para abrir a reunião, é necessário que haja, pelo menos, dois Senadores. O Relator sempre está aqui e eu sempre estou para presidir.

**O SR. CARLOS VIANA** (PSD - MG) – Você quer começar?

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Fique à vontade.

**O SR. CARLOS VIANA** (PSD - MG) – Pode começar a perguntar.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Pode começar o Relator. Obedecendo o Regimento, o Relator é quem começa.

Eu vou esperando aqui a nossa Presidente Rose de Freitas, até que eu tenha que subir à tribuna, pois serei o primeiro a fazer uso dela sobre a votação importante de hoje do projeto de posse e porte de armas.

Fique à vontade, Senador Carlos Viana.







## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Muito obrigado.**

Eu vou abrir a palavra aqui ao Sr. Wilson Brumer.

Tenho aqui o currículo dele: graduado em Administração pela Faculdade de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis de Belo Horizonte; Diretor da, na época, Vale do Rio Doce, de 1990 a 1992, quando a empresa era estatal; Secretário de Desenvolvimento Econômico de Minas, de 2003 a 2007, um dos mais profícuos, inclusive; Presidente da Acesita, de 1992 a 1998; Presidente do Conselho de Política Industrial da Fiemg, de 1994 a 1999; Presidente da Companhia Siderúrgica de Tubarão, de 1996 a 1998; atual Presidente do Conselho Deliberativo do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram) a partir de abril deste ano, que é hoje um dos institutos que mais discute o futuro da mineração.

Sr. Wilson, boa tarde. As suas considerações iniciais, por favor.

**O SR. WILSON NÉLIO BRUMER (Para exposição de convidado.) – Boa tarde a todos.**

Eu queria inicialmente saudar o Senador Jorge Kajuru, o Senador Carlos Viana, os senhores e as senhoras aqui presentes, e agradecer, de uma maneira muito especial, a oportunidade que o Ibram tem de apresentar para os senhores e as senhoras algumas ideias, algumas sugestões em relação ao futuro da mineração, o que nós vemos em função dos fatos recentes que aconteceram e que certamente machucaram, de uma maneira bastante forte, todos nós, como cidadãos e cidadãs brasileiros. E queria agradecer a presença da Secretária, que tem sido também uma parceira importantíssima. Certamente, de mãos dadas, a gente tem que construir realmente um novo pensar sobre um setor tão importante da mineração.

Se me permitem os dois Senadores, eu queria começar essa minha fala, Senadores, dizendo que, como Presidente do Conselho do Ibram, cargo que ocupo há cerca de 60 dias, nós temos que lamentar profundamente, aí sim como Ibram, o que aconteceu, seja sob o ponto de vista de vidas que se perderam, seja sob o ponto de vista econômico, social, de impactos ambientais, enfim, todo o processo que os senhores certamente, nesses últimos meses em que se debruçaram sobre o tema, perceberam.

Eu queria dizer, Srs. Senadores, que, francamente falando, não são episódios para serem esquecidos. Não poderia ser diferente, como Ibram, a gente defende a revisão da gestão e do manejo de rejeitos do setor mineral, com o objetivo de adotar mais transparência, novas práticas e novos patamares de desempenho para o setor.

Certamente os senhores sabem muito bem que é um setor cujo ciclo é muito longo; entre a própria pesquisa até chegar ao fechamento ou à exaustão das minas, demoram, às vezes, décadas.

Entendemos, como Ibram, que o foco do setor deve ser a garantia da segurança operacional, e aí entenda-se segurança operacional para todas as pessoas, sejam trabalhadores, seja a comunidade na qual o setor está inserido.







## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o Ibram apoia fortemente que todas as investigações, em todos os níveis, devem ser feitas, até porque entendemos, Srs. Senadores, que, das investigações, certamente vai aparecer muito o que aprender, o que modificar, o que melhorar. Então, não poderia ser diferente o nosso posicionamento.

Nós entendemos também, como Ibram, que temos um enorme desafio pela frente – e a Secretária certamente na sua fala vai comentar esse termo –: nós temos que fazer com que a sociedade volte a acreditar no setor mineral. Para isso, é necessário, eu falo isso com toda franqueza, que a gente tenha humildade para ouvir, que a gente procure aproximar a mineração mais da sociedade na qual nós estamos inseridos, aprimorando muito, muito mesmo, a nossa comunicação. Esse é um dos pontos que eu entendo e estou falando aqui com dois Senadores que são oriundos do setor e que carregaram isso. Nós precisamos melhorar muito essa comunicação com a comunidade.

E precisamos – esse é um tema que estamos, nesses 60 dias, trabalhando fortemente no Ibram – trazer mais a cadeia produtiva para essa discussão. A cadeia produtiva do segmento de mineração é muito longa. Nós estamos falando do fornecedor, seja ele prestador de serviço, fornecedor de um pequeno equipamento ou tecnologia, etc., até o cliente da própria mineração. Certamente o que aconteceu foi com um segmento da mineração – no caso específico, uma empresa de ferro –, mas todos os senhores sabem que a mineração é muito ampla. Nós temos vários segmentos da mineração. Então, temos que, cada vez mais, trazer a cadeia produtiva como um todo.

Eu, como o senhor falou, não poderia, neste momento, deixar de, como setor, agradecer fortemente o papel que foi desempenhado por voluntários, pela Polícia Civil, pela Polícia Militar, pelo Corpo de Bombeiros, enfim, por uma série de pessoas que, principalmente em função de Brumadinho, tiveram um desprendimento, um trabalho digno de elogio por todos nós como brasileiros.

Certamente a indústria de mineração é um agente econômico relevante para o presente e o futuro do nosso País e deve se colocar claramente à disposição da sociedade para receber contribuições. Eu acho que o setor não pode se fechar em si mesmo. Nós temos que nos abrir e ouvir contribuições da sociedade – daí a minha colocação em relação à comunicação – que conduzam a um novo patamar de sustentabilidade, no sentido amplo da palavra, e mais segurança certamente em atuação.

Foi comentado aqui pelo senhor, Senador Carlos Viana, o apoio que o senhor teve da Agência Nacional de Mineração. E nós temos que dar muita força à Agência Nacional de Mineração, nessa fase de transição, de aprimoramento por que ela está passando.

Certamente é de conhecimento dos senhores, mas eu acho que eu não poderia deixar de mencionar o fato de que nós temos hoje, no Brasil, 9,4 mil empresas mineradoras, das quais, por critérios técnicos que a gente usa, 154 são consideradas grandes empresas, isso significa apenas 2% dessas 9,4 mil empresas; 1.037 são médias empresas; 2,8 mil, pequenas empresas; e 5,4 mil empresas são microempresas.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui também se apresenta um enorme desafio: como a gente pode fazer com que as micro virem pequenas, e amanhã as pequenas virem médias, e as médias virem grandes, e assim por diante. Então, é um trabalho muito grande que nós temos que fazer no sentido de desenvolver o setor.

E aqui me permitam, Srs. Senadores, minhas senhoras e meus senhores, Secretária, eu tenho um tema que eu pessoalmente, na vida profissional, tenho debatido muito e não podia perder a oportunidade de colocar esse tema também aqui para um conhecimento e um ponto de reflexão de todos: o Brasil ainda não conhece o seu potencial geológico. Nós precisamos fortemente retomar os investimentos em pesquisa mineral no Brasil. Pode parecer que isso não tenha muito a ver com o tema que nós estamos discutindo, mas, a meu ver, tem sim, até porque a mineração de hoje, se nós não fizermos nada, vai entrar num processo de exaustão e, se nós não tivermos novas pesquisas, novas fontes, inclusive alternativas, lembrando até alguns fatos importantes...

A sociedade, na verdade, não conhece muito bem o que é mineração. Essa é a grande verdade. Muitas vezes, a gente não sabe que no automóvel há mineração, nestes óculos aqui há mineração, no computador há mineração e assim por diante. E, nesse contexto, nós estamos vendo, por exemplo, algumas coisas que certamente os senhores ouviram quando se fala por exemplo em terras raras. É um termo bonito, mas hoje a China domina 95% desse mercado de terras raras, e o Brasil pouco pesquisou em relação ao seu potencial nesse sentido. E as terras raras certamente estão ligadas ao desenvolvimento da tecnologia, ao desenvolvimento de novos produtos. Então, esse é um ponto de muita reflexão que nós temos que fazer no Brasil de como retomar a Geologia no Brasil, como fazer com que os geólogos que estão se formando vejam na Geologia um novo desafio, um novo pensar.

Certamente, Srs. Senadores, senhoras e senhores, temos enormes oportunidades para aperfeiçoar o licenciamento ambiental. Nesse ponto, eu queria colocar, se me permitem, duas sugestões. A meu ver, o melhor caminho, no conceito do Ibram, para compatibilização da legislação minerária e ambiental é a criação do sistema de licenciamento ambiental específico para a atividade mineral. Pode parecer uma novidade, mas esse modelo já existe para os setores de petróleo, de gás, de energia elétrica, todos eles de concessão pública, como é a mineração. E seria importante que, nessa discussão, levássemos em conta que existem diversas formas de mineração. Os senhores sabem muito bem que, quando falamos de mineração, estamos falando de ferro, mas estamos falando de ouro, manganês, bauxita e tantos outros minerais. Então, eu acho que essa forma de uma certa padronização pode contribuir muito, a meu ver, para o desenvolvimento.

Outro ponto é gestão de resíduos. Certamente o que aconteceu nos mostra um grande desafio, que é como fazer com que reduzamos a geração de resíduos – e aí temos que falar muito em tecnologia e novos conceitos, os resíduos hoje existentes –, mas, da mesma forma, como fazer com que esses resíduos sejam utilizados sob o ponto de vista inclusive econômico, para que simplesmente não saiam de uma barragem e vão para outro lugar sem um uso econômico.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui, se me permitem, uma experiência da minha vida profissional... Como o senhor antes viu, eu passei pelo setor siderúrgico. E, no setor siderúrgico, alguns anos atrás, era um grande problema a chamada escória de alto-forno. Aquilo formava montanhas dentro das usinas, até que, com o desenvolvimento tecnológico, etc., hoje todo essa chamada escória – cujo nome até não é muito bonito, não é? – é utilizada no segmento de cimento. Então, nós temos aí um grande desafio não só com a guarda desses rejeitos, mas de como transformar esses rejeitos em alguma coisa que realmente crie produtos. E aí, de novo, nós vamos precisar de muita tecnologia. Não existe uma solução; será um conjunto de soluções.

E a gente sabe que também os resíduos... Nós estamos falando, de novo, por termos vários tipos de mineração, o resíduo de uma rocha ornamental é diferente de um minério; o resíduo de ouro é diferente de minério, que é diferente de níquel, que é diferente de zinco e assim por diante.

Um ponto que eu acho, Srs. Senadores, que é pouco falado no Brasil – e que, como o Ibram, também defendemos – é que nós precisamos concluir da atividade mineral como fechar uma mina após a sua exaustão. E, como nós estamos falando de um longo período entre a geologia, a atividade mineral e a conclusão da atividade mineral, nós estamos falando às vezes de décadas. Então, é preciso que haja muito planejamento. E certamente o que nós estamos discutindo hoje não necessariamente é o que as próximas gerações querem de nós. Mas o tema fechamento de mina após a exaustão eu acho que é um tema em que a gente está ainda engatinhando no Brasil. E precisamos avançar muito em relação, a meu ver – não sei se a Secretária concorda –, a este tema. E é um tema muito complexo mesmo.

E aqui entra um outro tema, Srs. Senadores, que é – e eu já cansei de ouvir muitas vezes – o próprio desenvolvimento regional. O senhor estava me dizendo um pouco antes que o senhor visitou vários Municípios no Estado. É muito comum a gente ouvir às vezes: "O que fazer após o fechamento ou a conclusão de uma atividade mineral?". Eu defendo que essa discussão tem que existir enquanto existe atividade mineral, porque, depois que a atividade...

*(Intervenção fora do microfone.)*

**A SRA. ROSE DE FREITAS** (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES. *Fora do microfone.*) – O senhor me desculpe. Eu já levei uma bronca aqui hoje...

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. WILSON NÉLIO BRUMER** – Isso.

Posso continuar?

Bom, então, o que eu defendo sempre é que essa discussão deve acontecer enquanto existe atividade mineral, porque, depois que acaba a atividade mineral... O senhor sabe bem que, no nosso País, a dependência às vezes dos Municípios em relação a uma atividade específica é muito grande e não





## SENADO FEDERAL

### Secretaria-Geral da Mesa

poderia ser diferente no caso da mineração. E, como a atividade mineral é diferente às vezes de uma indústria, se entrar num processo de exaustão e aí se começar a discussão sobre o que fazer, eu acho que aí talvez já seja um pouco tarde. Então, eu defendo que essa discussão aconteça durante o período em que existe a atividade econômica no Município.

E para impulsionar a gestão de resíduos de mineração, conforme nós estávamos falando, é necessário aí um enorme investimento em novas rotas tecnológicas. Já existem alguns movimentos: "Ah, vamos fazer alguma coisa ligada à construção civil, à pavimentação", enfim, já existe alguma coisa.

Mas só para os senhores terem uma ideia, Senador, só em Minas Gerais, de rejeitos de mineração por ano, é gerada alguma coisa próxima a 500 milhões de toneladas. Então, nós precisamos realmente encontrar soluções. Certamente não é uma solução só, serão várias soluções.

E precisamos criar formas, a meu ver, de incentivo. Quando eu falo incentivo aqui, por favor não leiam incentivo no conceito fiscal, nada disso. Nós precisamos incentivar, ou promover, vamos chamar assim – talvez seja melhor a palavra promoção do que incentivo –, no sentido de utilizarmos mais os rejeitos, fazendo com que a própria autorização da utilização desses rejeitos, sob o ponto de vista ambiental, seja mais rápida, mais ágil, etc. Que a gente motive muito a pesquisa tecnológica em relação a isso.

Barragens: outro tema que certamente os senhores discutiram muito nesses últimos meses. Certamente o que aconteceu com a ruptura das barragens, tanto da Samarco quanto, mais recentemente, lá em Brumadinho, foi um divisor de água no setor de mineração. E isso colocou em alerta toda uma comunidade, seja de engenheiros, projetistas, construtores, operadores de barragens, e o próprio setor mineral. Apesar de ter acontecido em duas empresas mineradoras, no caso a Samarco e a Vale, os impactos desses episódios – e a gente tem mantido contato com vários segmentos – deixaram lições para o setor de mineração não só no Brasil, mas também fora do Brasil. Nós tivemos que começar um processo – e isso é um papel que o Ibram cada vez vai mais desempenhar – de troca de experiências nacionais e internacionais. Nós também temos coisas positivas a oferecer, como temos muito também a aprender. Temos que ter, como eu disse no início, a humildade de escutar.

E o resultado mais palpável que a gente pode talvez já dizer aos senhores aqui hoje é que as empresas, de uma maneira geral, já estão revendo seus processos, vendo formas de melhorar as seguranças operacionais. Tenho casos lá no Ibram de empresas, inclusive, que paralisaram as suas atividades depois do que aconteceu para rever tudo o que estavam fazendo, se estavam agindo de forma correta.

Eu disse aos senhores e gostaria novamente de enfatizar aqui o problema do desenvolvimento local. Eu tenho mantido já, nesses últimos 60 dias, contato com a associação mineira de produtores de mineração – e em nível nacional também, porque mineração não está só em Minas Gerais. Quando nós





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

falamos do setor mineração hoje, isso envolve Minas Gerais, com efeitos nos Espírito Santo muito fortes, o Estado do Pará... O Rio Grande do Sul também tem mineração. O Centro-Oeste está crescendo em mineração. Então, o papel do Ibram, inclusive, vai se expandir mais em relação a esses segmentos, até para que a gente possa fazer realmente com que o Ibram possa ser um parceiro do crescimento dessa atividade.

E aí, Srs. Senadores, Sra. Senadora, senhores e senhoras, temos também um outro desafio que talvez seja pouco falado. No Brasil, de uma maneira geral, esse é um tema: a qualificação da mão de obra e do profissional futuro da mineração. Se nós estamos falando de novas práticas, novas tecnologias, etc., nós precisamos também fortemente discutir a qualificação desse novo parceiro, vamos chamar assim, que vai trabalhar na mineração. É um setor que emprega muitas pessoas, sim.

Em 2018, o setor propriamente dito empregava cerca de 200 mil pessoas e, de acordo com critérios que a Agência Nacional usa, nós estamos falando de cerca de dois milhões de empregos gerados na cadeia produtiva como um todo.

Enfim, Senador, eu tentei ser bem rápido, porque me disseram que o prazo era curto dessa apresentação, mas certamente vou me colocar à disposição para as dúvidas e perguntas que o senhor e a senhora têm, e os demais.

Mas eu resumiria da seguinte forma essa apresentação que procurei fazer e que ficará à disposição dos senhores, se tiverem interesse, com mais detalhes: é uma provocação da necessidade de um maior conhecimento geológico no nosso País; oportunidade para a gente aperfeiçoar o licenciamento ambiental; um grande trabalho na gestão de resíduos; uma oportunidade para impulsionar a forma de gerir esses resíduos e fazer disso produtos; como trabalhar de forma planejada a exaustão de uma atividade mineral e o fechamento de uma mina? O senhor sabe que, se percorrermos regiões mineradas, podemos ver minas abandonadas, sem o fechamento adequado. Não é isso? Certamente a mineração como um vetor de desenvolvimento de comunidade local; e, nas barragens de rejeito, vemos o que temos de evolução.

Bom, nesses 60 dias, Sra. Senadora, Sr. Senador, o que já foi feito em termos desses desafios que eu queria colocar aqui para os senhores? Nós promovemos já um encontro com a presença do Ministro de Minas e Energia – a Secretária acho que estava presente também –, com os Governadores do Espírito Santo, de Minas Gerais, com o Ministro do Meio Ambiente para que trouxéssemos para a Mesa uma grande discussão sobre gestão de rejeitos e segurança de barragem. Nesse encontro que promovemos, havia mais ou menos 700 pessoas envolvidas, entre técnicos, prestadores de serviço, etc.

Outro encontro com fornecedores da tecnologia, de novas tecnologias. Eu mencionei muito para o senhor a aproximação maior da cadeia produtiva. Então, falamos sobre isso, mas temos que colocar isso em prática. Então, já promovemos o encontro dos fornecedores para que as empresas mineradoras possam





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ouvir desses fornecedores ideias, sugestões, desenvolvimentos a serem feitos, sejam em nível nacional, em nível internacional. Muitas coisas existem, muitas coisas precisam ser ainda melhoradas.

E a Secretária nos deu a honra de participar de um fechamento em que a gente incentivou muito, Sra. Senadora, Sr. Senador, a participação principalmente de jovens. Instalamos lá no Ibram, e já estamos indo para o segundo módulo, as chamadas *minehubs*, quer dizer, trazer a juventude e a academia para essa discussão. De novo, no conceito inicial que eu coloquei da melhor comunicação, nós não podemos deixar de trazer também *startups*, que podem nos oferecer aí muitas sugestões e muitos comentários para que possamos melhorar.

O setor contribui indiscutivelmente para boa parte do superávit da balança comercial. Temos que entender que ele é importante hoje num superávit de US\$60 bilhões. No ano passado, mais ou menos, o setor deve ter contribuído com uns 30%.

Mas, ao encerrar a minha apresentação, eu diria que nada disso, do ponto de vista econômico e das vantagens que o setor tem, pode ser em detrimento de maior segurança, de maior cuidado com a sociedade que nos cerca e com as pessoas que trabalham conosco. E gostaria de me colocar à disposição do senhor, da senhora, à disposição para as perguntas, de continuarmos esse diálogo, independentemente do relatório final que terá, para que a gente possa fazer realmente do setor de mineração um fator de desenvolvimento econômico e social do nosso País.

Muito obrigado!

**A SRA. PRESIDENTE** (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES)  
– O Sr. Relator tem perguntas?

**O SR. CARLOS VIANA** (PSD - MG) – Não, ainda não, Excelência. Estávamos esperando a sua preciosa presença aqui.

**A SRA. PRESIDENTE** (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES)  
– Eu quero pedir desculpas. Hoje a Casa emendou todas as Comissões, sabatinas e tudo para ser votado agora com a reunião de Líderes, com convocação de partidos, e evidentemente que a gente fica se apertando no calendário da Casa para continuar o trabalho desta CPI, que sabe que conta somente com as nossas presenças.

Eu queria saber se o senhor quer fazer as perguntas agora ou se eu posso fazer.

**O SR. CARLOS VIANA** (PSD - MG) – Pode fazer, por favor!

**A SRA. PRESIDENTE** (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES)  
– O senhor foi amplamente elogiado por alguns Parlamentares de Minas, em especial o Senador Anastasia, não é, Senador Carlos? E, com a preocupação que esta CPI sempre teve com a produtividade





**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

do trabalho, que leva a conclusões – trabalho esse que está sob a égide do nosso Relator, uma pessoa séria, que eu conheci no exercício do mandato, muito capacitada, muito atenciosa e muito ciosa dos seus deveres –, eu queria fazer uma pergunta com base nas notícias que temos lido de que o Sr. Bruno Oberle, ex-Ministro de Estado do Meio Ambiente da Suíça, virá ao Brasil para verificar a situação das barragens de rejeito de mineração. E a intenção, Senador Carlos Viana, é criar normas internacionais para esse tipo de barragem.

O contexto de tudo isso chama a atenção extremamente: trata-se de uma iniciativa que envolve as Nações Unidas e investidores preocupados com as práticas éticas dos empreendimentos nos quais investem – e estamos falando do Brasil. Quer dizer, com a pressão – e a gente pensa que é só com a pressão – dos investidores, ou seja, a pressão do dinheiro, é que o setor mineral decidiu agir com maior empenho para garantir a situação das barragens. Tudo o que nós vimos, até então, não tem nada de parecido com o que nós estamos vendo aqui: a movimentação, as iniciativas, os próprios depoimentos colhidos aqui nesta CPI.

Eu pergunto a V. Sa.: tendo em vista essa mentalidade essencialmente econômica das mineradoras, podemos confiar que as medidas de segurança de barragem vão ser implementadas, ainda que elas impliquem maiores custos para o negócio – porque parece que foi na questão humana e técnica que a Vale esbarrou? Ainda que impliquem maiores custos para o negócio, o senhor acredita, afirma, trabalhará para que essas medidas sejam implementadas? Eu estou falando das medidas de segurança.

**O SR. WILSON NÉLIO BRUMER** (*Fora do microfone.*) – Posso responder?

**A SRA. PRESIDENTE** (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES) – Pois não. Não sei se quer que eu faça várias, Relator?

**O SR. CARLOS VIANA** (PSD - MG) – Melhor uma por uma.

**O SR. WILSON NÉLIO BRUMER** – Bom, Senadora, em relação ao Sr. Bruno, ele já esteve aqui no Brasil: ele esteve na semana passada e voltou no domingo. Isso realmente é um movimento que eu acho que nós temos que motivar e incentivar para que possamos trocar experiências e ver onde podemos aprender e eventualmente até também trocar informações, o que é positivo.

Eu diria à senhora que, como Ibram, não tenho dúvida de que custos em segurança, Senadora – eu vou falar talvez como um profissional que passou por várias áreas –, não são custos, são investimento, na minha opinião. Se nós analisarmos que vidas se perderam, valores foram destruídos, seja sob o ponto de vista econômico e social, as nossas empresas não podem ver na segurança este fator como fator de custo, mas sim como investimento. E naquilo que depender do Ibram, Senadora, a senhora pode estar certa de que, naquilo que eu coloquei aqui, esse é o papel do Ibram, de motivar as empresas, até porque não haverá espaço para empresas que não se adequarem a essa nova realidade.





**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

**A SRA. PRESIDENTE** (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES) – Até então, Sr. Wilson, não foi esse o tratamento dado a todo o procedimento de investimentos em barragem, em que parece que a relação custo-benefício ficou mais evidente do que a própria necessidade de humanizar a construção com técnicas incipientes nessas barragens, na construção de barragens, conforme nós vimos aqui e pelos depoimentos, até na questão da fiscalização, na questão da atualização, da fiscalização. É evidente que a gente tem essa preocupação de que tudo esteja sendo construído sob o momento que nós estamos vivendo, impactados pelas tragédias que aí estão.

Em abril último, a agência informou que interditou 56 barragens de rejeitos por não terem estabilidade. Então, nós estamos falando daquilo tudo que querem construir – não é, Senador Carlos? – para daqui a pouco; até então não foi assim o procedimento.

Quando se confrontam as medidas adotadas de auditoria, fiscalização, são inócuas, Dr. Wilson, inócuas, não se mostraram eficientes; os coordenadores, diretores, que nome tenham, não foram cuidadosos, não tiveram pertinência no trabalho em relação à questão da acuidade humana, ambiental e tudo o mais. Então, quando vem alguém renomado de fora – e o senhor disse que ele já esteve, e aí possivelmente eu não estava atenta –, apenas a vinda dele é motivação. E, em relação a essa construção dessa legislação internacional, a minha preocupação é de que tudo isso seja esquecido e colocado numa gaveta.

**O SR. WILSON NÉLIO BRUMER** – Senadora, eu comecei a minha apresentação aqui dizendo – inclusive acho que o Senador lembra dessa parte,...

**A SRA. PRESIDENTE** (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES) – Eu estava ouvindo!

**O SR. WILSON NÉLIO BRUMER** – ... eu comecei a minha apresentação dizendo que o que aconteceu não pode ser esquecido, pegando um pouco a frase que a senhora acabou de colocar.

Então, eu acho que nós, como instituto, ao qual queremos agora dar também uma nova dinâmica, temos, sim, que contribuir para o desenvolvimento, para trazer novas tecnologias e eventualmente, Senadora, até mudanças de mentalidade, se for necessário. Acho que o papel do Ibram agora para um setor de mineração, que é um setor hoje que a senhora sabe muito bem, em função até do que aconteceu com uma grande empresa de mineração, que tem efeitos no setor como um todo... Quando a gente fala hoje do setor de mineração, a gente, de uma certa maneira, a sociedade brasileira entende como se fosse tudo uma mesma coisa, não é isso? Então, eu não tenho dúvidas em afirmar para a senhora que o que aconteceu tem que ser um enorme ponto de reflexão das empresas. E volto a insistir, se tivermos ainda empresas que considerem segurança como custo, é um erro de estratégia enorme. Não acredito que a empresa, sob o ponto de vista estratégico, poderia considerar isso.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E acho que fica claro, Sra. Senadora, quando os próprios investidores hoje... A senhora mencionou o tema "investidores". Hoje, o investidor também é cobrado em que empresa ele está investindo, se ele está investindo numa empresa que não tem cuidado com as pessoas que estão em torno dela, se não está preocupado com a comunidade na qual atua. O próprio investidor hoje também está mudando um pouco a sua filosofia.

Então, eu acho que é um trabalho enorme, Senadora. Eu sou muito franco nas minhas colocações. Nós não vamos mudar, em termos de percepção da mineração, para a sociedade, do dia para noite, mas eu acho que nós temos um trabalho enorme, com muita convicção. Nós não somos gestores das empresas, mas, como instituto, nós estaremos propagando o tempo todo e motivando as empresas associadas ao instituto a que, cada vez mais, considerem segurança, considerem desenvolvimento e tecnologia, cuidados com barragem ou outras formas de atuação. A gente fala muito de mineração a seco, Senador, mas que também tem lá seus problemas. Eu mencionei aqui o exemplo para o senhor do volume que isso vai gerar. Então, nós temos que ter "n" cuidados adicionais que só a tecnologia e muito conhecimento vão nos trazer.

Então, Senadora, eu não posso falar pelas empresas, mas, como alguém que passou pelo setor, eu acho – acho, não –, tenho convicção de que seria um erro de estratégia enorme. E acho que as empresas que não se cuidarem não terão nem como investir, porque os investidores foram afugentados.

**A SRA. PRESIDENTE** (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES) – Mas o povo, Sr. Wilson – esta é a base do relatório, que vai demonstrar não só as decisões que vão ser tomadas, tendo como referência tudo que ouvimos e vimos ser feito –, não aceitará construção de barragens nesse modelo em nenhum lugar do Brasil.

**O SR. CARLOS VIANA** (PSD - MG. *Fora do microfone.*) – Acho que nem no mundo.

**A SRA. PRESIDENTE** (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES) – Eu falo do Brasil, porque o País veio depois das decisões que foram tomadas lá fora. Enquanto lá fora se tomaram as decisões de não haver barragens dessa natureza, imagino que aqui houve o alteamento de várias barragens.

Eu vejo que nós não estamos em lados opostos, mas o senhor tem que entender que há uma preocupação muito grande quando o senhor coloca assim: "Não, as empresas, as empresas..." As empresas até agora, mas não só as empresas, como também o próprio Governo, os setores de fiscalização, de monitoramento, tudo isso, para mim, está num saco só. Eu acredito que aqui se pode mudar tudo, desde que a lei, a fiscalização e a decisão sejam tomadas rigidamente por setores como o seu, como o Governo, como as prefeituras, que são quem mais se interessa pelo investimento, sem cobrar o controle absoluto da técnica e da fiscalização, que é exercido na construção dessas barragens.

Por favor, Sr. Relator.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. WILSON NÉLIO BRUMER** – Como a senhora bem disse, nós não estamos em lados opostos. Ao contrário, estamos falando da mesma coisa. Eu acho – acho, não –, tenho convicção de que a sociedade não aceita mais esse tipo de coisa. Temos que ter... Certamente, durante as apresentações, os senhores tiveram informações técnicas da agência bastante fortes. A própria...

**A SRA. PRESIDENTE** (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES) – Desinformações, o senhor pode ter certeza. Houve um momento em que o nosso Relator ficou estupefato, porque um falava uma coisa, outro falava outra.

**O SR. WILSON NÉLIO BRUMER** – Está bem, mas, naquilo que depender do instituto, a senhora pode ter certeza de que serão informações.

**O SR. CARLOS VIANA** (PSD - MG. Para interpelar convidado.) – Eu vou fazer uma pergunta para o senhor.

O senhor já foi Secretário de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais entre 2003 e 2007.

Além de uma experiência como autogestor de grandes mineradoras, o senhor já trabalhou no Governo com o papel de garantir o desenvolvimento econômico de um Estado onde historicamente a mineração tem um papel muito forte. Tanto é que o senhor anunciou recentemente a mudança da sede do Ibram, de Brasília para Minas Gerais. Na ocasião, segundo reportagem do *Diário do Comércio*, o senhor afirmou: "Entendemos que faz muito mais sentido estar em Minas Gerais, próximo às empresas e também aos problemas que foram gerados pelo rompimento das barragens. Acreditamos que isso nos permitirá dar respostas mais rápidas também".

Vou colocar duas perguntas aqui, para que o senhor fique à vontade: o que efetivamente as empresas de mineração estão fazendo para dar uma resposta à sociedade que não seja unicamente um *lobby* em torno dos próprios interesses – ou seja: muda o Instituto para lá, porque tivemos um problema? O que os senhores estão fazendo – hoje, o Instituto –, para que a sociedade tenha uma resposta? Que papel as empresas de mineração esperam que seja desempenhado pelo Governo – e aqui eu gostaria muito da sua atenção – nas três esferas: federal, estadual e municipal, para garantir a segurança e a sustentabilidade da indústria da mineração? Porque os senhores têm os dois lados.

**O SR. WILSON NÉLIO BRUMER** – Sim.

**O SR. CARLOS VIANA** (PSD - MG) – Hoje, o que é que nós, o que é que as empresas esperam das autoridades que vão regular, no sentido de controlar, fiscalizar o setor, para que a gente possa contribuir no futuro?

**O SR. WILSON NÉLIO BRUMER** – Bom, primeiro, Senador, em relação ao primeiro ponto que o senhor colocou, logo que fui convidado e aceitei o desafio de presidir o Conselho Diretor – e queria também aproveitar para dizer para o senhor que acabamos de nomear hoje o Presidente executivo do



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Instituto, que é o Flávio Penido, que está ali presente; foi hoje de manhã que ele assumiu –, eu sugeri a todas as empresas que compõem o Conselho Diretor que a sede do Ibram fosse transferida para Belo Horizonte, não é? E as razões foram essas que o senhor mencionou.

Isso não quer dizer, em hipótese nenhuma, que nós estávamos saindo aqui de Brasília, até porque nós entendemos que aqui em Brasília nós temos a Agência Nacional, nós temos o Ministério, nós temos aí um trabalho enorme, sob o ponto de vista legislativo, sob o ponto de vista legal, e assim por diante. Mas, por outro lado, a mineração, cada vez mais, se expande no País, não é? Então, nós falamos aqui de Minas Gerais, mas também falamos do Pará, falamos do Mato Grosso, falamos do Rio Grande do Sul, e assim por diante. E disse aos senhores que eu tenho uma preocupação enorme de trazer a cadeia produtiva para mais próximo, está certo? Então, boa parte dos fornecedores, etc., nós, cada vez, temos que trazer mais próximos. Então, a ideia de levar o tema mais próximo às empresas mineradoras tem como fundamento isso: estar mais próximo às empresas, o Instituto estar, como disse a Senadora, mais próximo daquilo que a gente pode ajudar.

Agora, o que as empresas esperam, que foi a segunda pergunta do senhor? Eu acho que nenhuma empresa hoje pode esperar que a legislação seja rígida, forte, no sentido de proteger, aí, vidas, proteger operações seguras, etc., mas o que precisamos, sim, é de uma legislação que dê conforto às empresas, que dê conforto à comunidade. A senhora mencionou muito bem que a comunidade hoje está apavorada. O senhor viu lá em Minas Gerais...

**A SRA. PRESIDENTE** (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES. *Fora do microfone.*) – Igual na Bahia, em Guanambi.

**O SR. WILSON NÉLIO BRUMER** – ... a situação que aconteceu lá com um talude, que estava em vias... o que não é uma coisa tão, vamos dizer assim, inédita – um talude ceder –, mas certamente ali havia uma preocupação: se o talude cedesse e tivesse algum efeito na barragem, o que é que poderia acontecer, não é? Então, o que eu diria, Senador: eu acho que das empresas talvez... O preço foi muito alto; foram vidas, foram, certamente, impactos sociais, ambientais, etc., mas o que aconteceu eu acho que vai trazer certamente – eu não tenho muita dúvida em afirmar isso para o senhor – uma nova reflexão para o setor.

**O SR. CARLOS VIANA** (PSD - MG) – Mas, dentro dessa reflexão, Sr. Brumer, vou ler aqui alguns pontos até que nós já elencamos, mas que é sempre bom a gente lembrar.

Uma coisa que nos assustou muito foi a permissividade, francamente, a irresponsabilidade no trato de segurança da Barragem B1. É uma das coisas mais impressionantes como que profissionais altamente graduados tinham as informações, participaram de eventos e não tomaram as providências a tempo? É algo que eu estava hoje pela manhã com a repórter do The Wall Street Journal e ela perguntava sobre isso: "Mas o que é que pode explicar o fato de que as pessoas que estavam ali envolvidas na barragem tinham as informações e não tomaram decisões?".





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há uma tese, a minha tese tirada das palavras aqui do próprio Presidente e da forma como a empresa Vale remunerava os funcionários, de que naquele momento não interessava parar a barragem porque, ao se aceitar a regra de se impedir a continuação do trabalho na Barragem de Brumadinho, do Córrego do Feijão, teria que se parar as detonações de dinamites da mina, teria que se parar o trânsito de caminhões, teria que se fazer uma série de procedimentos que poderiam levar até um ano e aí aquela unidade de negócios perderia inclusive os bônus para os executivos no final do ano. É a tese hoje mais plausível diante de pessoas que dominavam, entendiam, conheciam, poderiam ter evitado e não evitaram, ou seja, a única motivação é a questão do bolso. É o que nos pareceu naquele momento. Mas é que esse comportamento se refletiu de cima a baixo da empresa ao longo do tempo, demonstrando que foi criada uma cultura de assumir riscos desmedidos por conta de situações que eles não quiseram nos falar, mas que eu coloco aqui: por conta do lucro. Ao mesmo tempo, víamos uma grande preocupação da empresa em cumprir as normas vigentes para não ser multada. Sempre que havia um risco de multa, as coisas aconteciam. Se algo não era mandatário na lei, caía a prioridade e caíam os investimentos. Foi o que aconteceu em Brumadinho.

E aqui o seguinte: se esse é o caso da Vale, uma gigante multinacional, eu tenho certeza de que nós nos perguntamos – e os estrangeiros também estão se perguntando: como é nas empresas menores, aquelas em que a ANM não estende a sua mão ou não estende a sua fiscalização corrente?

Considerando isso, as duas enormes tragédias acontecidas em menos de três anos, o senhor acha que existe maturidade na indústria da mineração do Brasil para que nós continuemos mantendo um modelo de automonitoramento, pelo próprio empreendedor, que isso seja mais seguro ou é preciso mais fiscalização, leis mais rígidas para que ninguém mais morra nessas tragédias?

**O SR. WILSON NÉLIO BRUMER** – Senador, obrigado pela sua pergunta e vou colocar um pouco da minha experiência pessoal e falar certamente mais como Ibram.

Eu trabalhei na Vale durante 17 anos. Comecei com um técnico e cheguei à presidência da companhia na década de 90, onde existiam duas principais operações: uma em Itabira e outra em Carajás. Então, essas novas operações que aconteceram eu realmente não estava mais na companhia, já estava fora há muitos anos.

Eu diria, Senador, com toda a franqueza, por mais que existam legislações, por mais que existam regulamentos, se não houver um comportamento, não adianta nada. Isso vale para "n" coisas do campo empresarial, o senhor sabe bem, o senhor já passou também por atividades empresariais, mesmo que seja na área de comunicação. Não adianta a gente ter o melhor regulamento, o melhor Código de Ética, as melhores práticas escritas, se no final do dia o comportamento não é aquele.

Eu não tenho como falar pela Vale, porque eu não estava lá e nem estava mais no setor, já estou afastado há muitos anos, especificamente, do setor de mineração, mas quando eu fiz questão de colocar



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

para os senhores o número de empresas mineradoras no Brasil é que nós certamente temos, ao mesmo tempo que trabalhar com fiscalização, com legislação, nós temos que trabalhar também com aspectos comportamentais.

Então esse eu acho que é o novo papel do Ibram também, quer dizer não adianta, como o senhor mesmo disse, a legislação já estava aí, eu tenho o cumprimento da legislação porque eu estou com medo da multa... Não pode ser esse o comportamento. Eu faço aquilo não porque eu tenho medo da multa, porque o meu comportamento... Multa é uma consequência! Penalidade é uma consequência de um erro. Agora, se existe um problema comportamental, nós temos que adotar. E acho que o papel do Ibram passa sim, Senador, por esse novo pensar da mineração. Nós não teremos uma atividade econômica... E quando eu digo aos senhores aqui e à senhora que nós precisamos inclusive voltar a ter Geologia no Brasil, para desenvolver mais o setor de mineração, seria incoerente da minha parte defender isso e ao mesmo tempo não defender aspectos comportamentais, porque a lei está aí para ser cumprida, mas mais do que isso é o comportamento.

**O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG)** – Só um aparte aqui. No estudo que os senhores fizeram com as empresas – inclusive eu fui convidado e achei por bem não participar, mas fico agradecido pelo convite –, os senhores chegaram à conclusão de que as barragens são seguras no Brasil?

**O SR. WILSON NÉLIO BRUMER** – Olha, os estudos... Não sei se o Ibram, especificamente, fez um estudo das barragens, eu não saberia dizer. Foi feito no passado um estudo das barragens? Alguém do Ibram pode me ajudar? Acho que não, Senador.

**A SRA. PRESIDENTE** (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES. *Fora do microfone.*) – Estudo que foi feito...

**O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG)** – No seminário lá, chegou-se a alguma conclusão?

**O SR. WILSON NÉLIO BRUMER** – Ah, no seminário não, no seminário, o que a gente queria era chamar atenção sobre o momento em que se vive, exatamente sob o ponto de vista comportamental, de trazer novas tecnologias, de buscar aprendizado onde tiver, etc.; não foi especificamente sobre isso.

**O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG)** – Mas o setor ainda não se perguntou se as barragens são seguras? Ainda não fez uma autoanálise?

**O SR. WILSON NÉLIO BRUMER** – Quando eu disse aos senhores aqui, no início da minha fala, que eu tive notícias de colegas do Conselho, hoje, de que muitas empresas pararam as suas operações, independentemente de uma fiscalização, independentemente de alguém ter dito para eles assim: Cuidado...





**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O que aconteceu fez com que muitas empresas, simplesmente, por iniciativa própria, parassem as suas operações. Eu vou lhe dar um exemplo do setor de fertilizantes. Tive notícias de empresas do setor de fertilizantes que pararam as suas operações para repensar se todo o seu processo estava adequado.

Então, Senador, eu acho que não é uma coisa que eu diria para o senhor que está pronta, mas eu acho que o que aconteceu vai criar... O custo foi muito caro dessas sementes, mas serão... Eu acho que nós vamos aproveitar essas sementes para mudar muita coisa.

**A SRA. PRESIDENTE** (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES) – Desculpe a curiosidade. Quando, por exemplo... Ocorreu perguntar isso, talvez por um pouco de aflição também. Quando, por exemplo, a Vale resolve mudar internamente, vocês acompanham a vida, todos os negócios, os investimentos, a produção de empresas, principalmente desse tamanho da Vale do Rio Doce.

Quando ela resolve... Porque uma empresa se nega a assinar o laudo técnico das barragens, e aquela empresa é, excomungada não, deletada, e, em seguida, eles contratam outra, isso não liga um sinal de que pode haver alguma coisa? Não cai no radar, não há um acompanhamento? Porque, afinal de contas, o drama é muito importante.

**O SR. WILSON NÉLIO BRUMER** – Senadora, fica difícil para eu dizer, até por estar chegando agora, em função desse caso específico, mas...

**A SRA. PRESIDENTE** (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES) – Não, mas não só o senhor, nome e CPF do senhor, mas o instituto como um todo não se preocupa em verificar o que que está acontecendo?

**O SR. WILSON NÉLIO BRUMER** – Vamos lá. O papel do instituto, Senadora, até para ficar bem prático, porque senão a gente também cria uma expectativa sobre o instituto que, às vezes, não cabe a ele, não é isso? O papel do instituto não é gerir, não é estar no dia a dia das empresas, está certo? Eu acho que cabe ao instituto, sim – em função não só do que aconteceu, mas até antes deveríamos estar fazendo isso muito próximo –, trazer tudo que há de melhor nesses aspectos. Agora, gerir empresas é o papel do gestor, não é?

**A SRA. PRESIDENTE** (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES) – Não, eu não falei gerir. Desculpe. Eu falei se não caía no radar certa preocupação, pelas técnicas... Porque na verdade, isso tudo, eu imagino que o senhor deva pensar... O senhor é mineiro?

**O SR. WILSON NÉLIO BRUMER** – Sou mineiro.

**A SRA. PRESIDENTE** (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES) – Então. Eu também sou mineira. Mineiro é um acautelado sempre, não é? Minha preocupação é sempre...







## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. WILSON NÉLIO BRUMER** – Mais ou menos...

**A SRA. PRESIDENTE** (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES)  
– Eu sou capixaba hoje, sou Senadora pelo Espírito Santo e vejo – meus filhos nasceram lá, casei lá e tal – como era o comportamento da minha família, como é que eles me falavam. Eu sempre fui muito agitada, e eles falavam: "Calma, pense um pouco mais.". Então, não é assim? Não acende o radar?

Imagine o que aconteceu no Brasil... Até o Ministro de Minas e Energia fez uma declaração no Canadá dizendo que pretende autorizar a exploração de urânio pelas empresas privadas. Imagine que tudo isso, assim, "tum". E a gente convive com essas decisões do Governo atual com muita preocupação, pelas decisões que são tomadas. Essas decisões não são estudadas? Explorar urânio como? Construir novas barragens como? É um setor em que importa a opinião dos senhores. Tem muita importância.

**O SR. WILSON NÉLIO BRUMER** – Senadora, o que eu posso garantir à senhora é que o Ibram vai ter...

**A SRA. PRESIDENTE** (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES)  
– Ou estou errada?

**O SR. CARLOS VIANA** (PSD - MG. *Fora do microfone.*) – Certíssima.

**O SR. WILSON NÉLIO BRUMER** – O que eu posso garantir à senhora, Senadora, é que o Ibram terá um outro papel mais proativo e um papel de mais aproximação com o setor mineral. Isso eu posso garantir à senhora, certo? Se dessa aproximação... E aí, não é só com as empresas. Eu acho que nós temos que nos aproximar do ministério, temos que nos aproximar da agência, temos que nos aproximar dos órgãos reguladores de uma maneira geral. É um novo papel também e talvez tenha sido uma das motivações que me fez aceitar a presidência desse conselho, não é? Para que a gente possa repensar o setor. A senhora concorda comigo – eu acho, pelo que a senhora colocou – que o setor de mineração, sendo mal visto, não sendo aceito pela sociedade, fazendo práticas inadequadas, não sobreviverá, não é? Então nós...

**A SRA. PRESIDENTE** (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES)  
– Respinga também nos órgãos (*Fora do microfone.*)

afeitos, como o instituto.

**O SR. WILSON NÉLIO BRUMER** – Certamente.

**A SRA. PRESIDENTE** (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES)  
– Esse repúdio social não é extensivo a... Ninguém quer que a Vale acabe. Eu canso de dizer isso, porque muitas vezes as pessoas dizem: "Nós vamos perder o emprego!". Mas é preciso haver uma nova mentalidade, uma nova postura, não é?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. WILSON NÉLIO BRUMER** – Certamente, certamente.

**A SRA. PRESIDENTE** (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES)  
– Então, eu acho que no Ibram deve se repercutir essa rejeição social sobre esse setor e suas atitudes.

**O SR. WILSON NÉLIO BRUMER** – Certamente.

A senhora viu, quando eu coloquei aqui, no início da apresentação, Senadora, que a gente precisa saber se comunicar melhor inclusive... A senhora, que é do Espírito Santo, sabe que a comunicação do setor... Eu até costumo dizer que não é só... É um mínero-metalúrgico, porque ali a senhora sabe que também tem um pouco de metalurgia, principalmente no Espírito Santo também.

Então, nós precisamos aprimorar muito o aproximar da sociedade, nós precisamos ter a humildade de ouvir. Tudo isso... O que eu posso dizer à senhora, Senadora, é que, ao aceitar esse novo papel do Ibram, não é para ser simplesmente passivo. Nessa altura da minha vida, se eu puder dar uma contribuição, é para ser propositivo e ajudar a um setor que todos nós reconhecemos que é importante para a economia brasileira, mas, certamente, não pode ser feito de qualquer forma.

**A SRA. PRESIDENTE** (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES)  
– Eu agradeço.

Nós temos a presença da Sra. Lilia Sant'Agostino, da Secretaria...

O tempo nos sacrifica muito, Sr. Wilson, porque o tempo desta Casa... O Senado está com uma demanda enorme, pautas importantes e muito conflito na área econômica, social. Nós temos que estar presentes.

O Senador é Relator de várias matérias, e nós passamos o tempo nos colidindo e falando: "Cadê o relatório?" E ele pergunta pra mim: "E o seu?" E vamos levando.

**O SR. WILSON NÉLIO BRUMER** – Permita-me só dizer, talvez, pegando esse gancho da senhora, que eu fiz aqui apenas um resumo, até em função do tempo, mas, se houver interesse dos senhores, a gente encaminharia depois essa apresentação mais detalhada...

**A SRA. PRESIDENTE** (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES)  
– Temos interesse.

**O SR. WILSON NÉLIO BRUMER** – ... com ações que a gente quer promover no âmbito do Ibram e assim por diante.

**A SRA. PRESIDENTE** (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES)  
– Poderemos fazer isso em conjunto com as perguntas que ainda são pertinentes enviadas por vários



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

jornalistas. Recebi muitas perguntas... Eu tento sintetizar, mas eu mandarei para que o senhor possa responder oportunamente.

**O SR. WILSON NÉLIO BRUMER** – Por favor.

**A SRA. PRESIDENTE** (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES)  
– A Sra. Lilia Sant’Agostino, Secretária Adjunta de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia.

Eu solicito ao Relator que faça diretamente as perguntas para que ela possa explicar...

**O SR. CARLOS VIANA** (PSD - MG) – Pois não.

Dra. Lilia Sant’Agostino está aqui como convidada, é graduada em Geologia pela Universidade de São Paulo, possui doutorado em Engenharia Mineral pela Universidade de São Paulo também, professora aposentada da USP, Departamento de Engenharia de Minas e Petróleo da Escola Politécnica, Diretora do Departamento de Geologia e Produção Mineral do Ministério de Minas e Energia, de 2016 a 2018, e atual Secretária Adjunta da Secretaria de Geologia do Ministério de Minas e Energia.

Dra. Lilia, mais uma vez o nosso agradecimento pela presença.

Vou abrir para que a senhora possa fazer suas primeiras colocações, por gentileza.

**A SRA. LILIA SANT’AGOSTINO** (Para exposição de convidado.) – Boa tarde a todos, boa tarde Senador, Senadora, eu agradeço a oportunidade e, na figura de vocês, cumprimento todos os Senadores aqui presentes. Agradeço aos que estão na plateia e a presença do Ibram também.

Eu gostaria de fazer algumas colocações, mas, primeiro, vou perguntar à Mesa se gostaria de ter uma explanação detalhada sobre o que foi feito pelo ministério após o evento de Brumadinho.

Eu tenho uma apresentação, porém, se vocês acharem interessante, posso fazê-la; se não, eu vou direto a uma colocação mais objetiva.

**O SR. CARLOS VIANA** (PSD - MG) – Nós preferiríamos, então, seguir com as perguntas, até porque o nosso tempo é curto, e daqui a pouco haverá uma sessão ordinária e teremos que estar lá para as discussões. Perfeito?

**A SRA. LILIA SANT’AGOSTINO** – O.k.

Eu só gostaria de fazer algumas colocações...

**O SR. CARLOS VIANA** (PSD - MG) – Pois não.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**A SRA. LILIA SANT'AGOSTINO** – ... dizendo que não houve ainda a serenidade suficiente no Ministério de Minas e na Secretaria para nos dedicarmos, como gostaríamos, aos nossos programas. Nós, ao mesmo tempo em que desenvolvemos os nossos programas, estivemos com várias ações emergenciais ligadas à mineração, em que o evento de Brumadinho se encaixa.

Mas eu gostaria de chamar a atenção que nós temos três eixos principais de programa de Governo para a mineração. Primeiro, melhorar a atratividade do setor mineral. O que significa melhorar a atratividade? É trazer mais atores, maior desenvolvimento. Para isso, nós temos várias linhas de ação que passam por segurança regulatória, por agilidade de processos. Nesse aspecto, principalmente na questão de segurança regulatória, nós contamos muito com esta Casa e com a Câmara também, para que seja entendido que ninguém de nós aceita essa situação que ocorreu. Vou repetir a palavra do Dr. Brumer: isso foi um marco, e não foi aqui no Brasil, foi mundial. Não foram as empresas do Brasil que foram olhar o que estava acontecendo nas suas barragens, foram as empresas do mundo, com CEO's correndo para a beira de barragens no Canadá, na África, para olhar se estava tudo bem. Então, foi uma comoção, porque ninguém que atua no setor – e nós atuamos de forma diversa; eu estive mais na academia – aceita isso. Não pode ser assim. As práticas têm que ser diferentes. Não podemos aceitar menos do que práticas boas, não é?

Tudo bem. Voltando aqui à minha explanação.

Outro eixo nosso é o que nós chamamos de mineração e sociedade. Nesse eixo, estão programas de aproveitamento de resíduos de mineração – estamos agora com um seminário ali no ministério só sobre aplicação de materiais de uso direto na agricultura. É um trabalho junto com a Embrapa. São seminários de dois dias com especialistas de vários setores –, utilização de rejeitos de mineração, utilização de produtos naturais.

Nós temos um trabalho muito voltado à melhoria tecnológica das pequenas e médias empresas – às empresas micro é um pouquinho difícil chegar –, com investimento em tecnologia, em como atrair não uma tecnologia de ponta, mas pelo menos uma tecnologia mais moderna, para trazê-las a outro patamar.

Nós temos trabalhos de acompanhar o que está acontecendo na comunidade que tem mineração em volta, como ela está sentindo, como ela está sendo amparada ou não, fazendo este esclarecimento de que a mineração acaba, a mina acaba e a sociedade tem que aprender a usar este período da mineração para ficar melhor. Então, nós temos também uma linha de mineração urbana entrando. Temos muitos programas nessa linha de mineração e sociedade.

E temos, finalmente, outro eixo que é a dinamização da pesquisa e produção mineral. Nesse eixo, entra uma preocupação também no eixo inicial, que é a estruturação da ANM para que os processos sejam agilizados. Nós todos sabemos o quanto a ANM precisa e merece ser estruturada, inclusive para os



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

profissionais que lá existem e se dedicam bastante. Nós temos investimento e levantamento geológico em várias frentes.

Dentro desses três eixos, nós temos várias ações. Infelizmente, essas ações estão sendo atropeladas por esses eventos, mas é nossa obrigação olharmos para esses eventos emergenciais e irmos cuidar dentro da competência do ministério. O.k.?

Então, eu só gostaria de fazer essa colocação. Estou aqui à disposição para perguntas e estamos à disposição sempre no ministério para nos reunirmos, para esclarecermos sobre aspectos ligados à mineração.

**O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. Para interpelar depoente.)** – Pois não.

Dra. Lilia, uma questão recorrente aqui na CPI tem sido a situação da ANM. A agência foi criada no ano passado, quando herdou a combalida estrutura do DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral). Uma auditoria do TCU, cujo resultado nos chegou às mãos, identificou uma série de graves problemas na agência: limitações orçamentárias e financeiras, quadro técnico deficitário e insuficiente, qualificação do corpo técnico a desejar.

Então, para começar, eu pergunto: qual é o plano do Ministério das Minas e Energia para dar à ANM as condições de cumprir o papel institucional?

**A SRA. LILIA SANT'AGOSTINO** – Nós temos um plano de auxiliá-la nessa estruturação, lembrando que o papel da secretaria é um papel de supervisão, mas existe uma autonomia na agência e nós não podemos transgredir essa linha porque, senão ela perde a função de uma agência independente.

Então, existem planos e programas de estruturação, com estruturação total de toda a forma de atuar, com o aporte principalmente de tecnologias eletrônicas, de sensoriamento remoto, de imagens por satélite; ou seja, um aporte tecnológico que possa suprir essa carência de pessoas. Claro que as pessoas serão sempre necessárias, mas tem muita coisa que pode ser feita de uma forma remota, desde que tudo esteja estruturado e bem desenvolvido. Então, a nossa postura é de apoio a isso.

Infelizmente, quanto à questão orçamentária, não depende de nós. Isso é uma questão que depende do Ministério da Economia. O que está na alçada do ministério o ministério faz. Então, por exemplo, esse contingenciamento que foi anunciado em todos os ministérios, não houve contingenciamento para a ANM nas suas áreas fins; ou seja, o ministério, em todos os seus outros segmentos, inclusive em todas as outras vinculadas – são dez, e a ANM é uma só –, foi redistribuído esse contingenciamento, que seria o da ANM, para que pudéssemos, dentro do que o ministério tem, propiciar condições.

**O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG)** – A CPRM está ligada ao ministério, não é isso?

**A SRA. LILIA SANT'AGOSTINO** – Está.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG)** – Nós temos sugerido... Inclusive levamos ao Tribunal de Contas uma sugestão para que a CPRM, que antes estava no rol inclusive das privatizáveis, fosse agregada à ANM. A qualificação, inclusive, a estrutura da CPRM hoje é exatamente, em quase sua totalidade, o que falta na agência.

O Tribunal de Contas está com essa sugestão. Essa é uma decisão do Executivo, vai constar do relatório, mas nós poderíamos suprir um problema imediato inclusive na questão da pesquisa mineral no Brasil, que até o Sr. Brumer colocou, reaproveitando a CPRM, que hoje está praticamente esvaziada, em termos de processo futuro. É uma sugestão que está sendo colocada e vai passar pelo Ministério das Minas e Energia.

**A SRA. LILIA SANT'AGOSTINO** – A nossa visão no ministério é que a CPRM tem um papel muito relevante como serviço geológico. Como serviço geológico, ela tem o mesmo papel que serviços geológicos do mundo todo têm e que é dedicado à geologia. Ela não tem um papel fiscalizatório, ela não tem... As *expertises*, dentro da CPRM, são voltadas para a investigação geológica. Então, ela hoje faz um trabalho muito importante na parte de hidrogeologia, de perfuração de poços de água na Região Nordeste, ela faz um trabalho muito importante na questão de riscos, estuda riscos de acidentes naturais para muitos Municípios, as prefeituras têm esses estudos, ela tem uma parte de estudos sísmicos, ou seja, tem uma geologia de base. Tem um projeto de estudo também do subsolo marinho na nossa plataforma, que foi estendida agora.

**O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG)** – Não foi isto que faltou em Brumadinho, por exemplo: estudos que nos indicassem exatamente os riscos das barragens?

**A SRA. LILIA SANT'AGOSTINO** – São coisas diferentes. A CPRM trabalha nesse embasamento geológico global. O que aconteceu em Brumadinho são efeitos bastante locais. A gente costuma dizer – eu vou usar jargões geológicos, por favor, se não forem compreensíveis, me perguntem – que a escala de trabalho que a CPRM trabalha é uma escala mais regional. Quando nós estamos falando de uma mina, nós estamos falando em escala assim: eu tenho que saber o que está acontecendo a cada cinco metros, a cada dez metros, ou seja, é um outro olhar, é um olhar de detalhe, como se...

**O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG)** – Mas não é exatamente o que faltou à ANM, Dona Lília?

**A SRA. LILIA SANT'AGOSTINO** – Não.

**O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG)** – Faltou à agência a capacidade de fazer uma análise completa em todas as áreas do investimento, porque da agência, somente a questão da fiscalização, não é muito pouco? A agência hoje...

**A SRA. LILIA SANT'AGOSTINO** – A agência tem um olhar de fiscalização, que é um olhar de todo o empreendimento, não é apenas da barragem, é de todas as estruturas da mineração.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG)** – E não é isso que a CPRM ajuda a fazer, ou eu entendi mal?

**A SRA. LILIA SANT'AGOSTINO** – A escala é diferente. A CPRM está mais...

**A SRA. PRESIDENTE** (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES)  
– Todo o empreendimento, não é o caso? Não estou entendendo.

**A SRA. LILIA SANT'AGOSTINO** – São diferentes. Eu vou tentar explicar sem tanto "geologuês" então. É o seguinte: o que nós precisamos saber... Vou falar na plataforma marinha, por exemplo: nós estamos precisando conhecer como é o nosso substrato, qual é a profundidade, se ali existe um potencial para ter crosta manganésifera ou se tem potencial para calcário. É uma coisa mais, mais...

**A SRA. PRESIDENTE** (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES)  
– Eu queria... Posso solicitar?

**A SRA. LILIA SANT'AGOSTINO** – Pode.

**A SRA. PRESIDENTE** (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES)  
– Sem que a senhora se sinta incomodada com algumas das minhas palavras. Veja, o Relator chamou a atenção para um fato muito concreto. A senhora, de início, com suas palavras, colocou repúdio pelo acontecimento e se mostrou sensibilizada com o que aconteceu, mas veja... Eu não quero conhecer a Sra. Lilia profissional, a senhora está aqui representando o Ministério de Minas e Energia...

**A SRA. LILIA SANT'AGOSTINO** – Sem dúvida.

**A SRA. PRESIDENTE** (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES)  
– ... e nós queremos falar sobre a responsabilidade, o alcance da fiscalização, da estrutura de trabalho de um ministério que, com certeza, tem uma participação. Eu estou escolhendo as palavras, a senhora pode ter certeza, porque às vezes pode...

**O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG)** – E que tenha estrutura.

**A SRA. LILIA SANT'AGOSTINO** – Com certeza.

**A SRA. PRESIDENTE** (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES)  
– E me responda o que o ministério não fez, o que ele precisa fazer, porque ele não foi um ator decisivo nesse processo? A senhora está falando assim, de cinco ou dez metros, vai lá para... Eu já estudei algumas coisas dessas aí que a senhora falou...

**A SRA. LILIA SANT'AGOSTINO** – Está bom, eu vou tentar, vou ser objetiva.

**A SRA. PRESIDENTE** (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES)  
– Eu queria saber o que faltou ao ministério fazer. A cada governo – eu não sou presidencialista –, todo





**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

mundo se isenta da responsabilidade dos acontecimentos que envolvem a população, o meio ambiente, as consequências... A senhora me fala tudo que pretende fazer, eu vou bater palmas, mas eu queria saber o que faltou, Dra. Lilia, do ministério. O que falta? A ANM acabou? Não é mais assim? Vamos para outro instituto?

**A SRA. LILIA SANT'AGOSTINO** – Então, eu acho que nós podemos...

**A SRA. PRESIDENTE** (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES) – É uma bola de pingue-pongue. O que faltou? O que não foi feito pelo ministério que acabou colaborando para que essa tragédia estivesse presente, assim como outras tantas? Acabei de citar aqui o caso agora de o povo tomando o destino... D. João Batista dizia, no meu Estado, que só o povo salva o povo. É verdade. Lá em Guanambi, na Bahia, uma multidão foi para rua protestar em razão do projeto para a construção de uma barragem de rejeitos. Eles disseram: "Aqui, não". É da Bahia Mineração. Eles disseram: "Aqui, não. Você não vão fazer". Vejam bem: eles não confiam que outro investimento possa ser diferente. Então, o que faltou, Sra. Lilia?

**A SRA. LILIA SANT'AGOSTINO** – O.k.

O que faltou... Para que eu possa responder o que faltou, eu teria que ter os elementos todos para entender exatamente o que aconteceu, o que nós não temos. O que eu posso dizer é que, com segurança, as nossas práticas, os parâmetros que estavam sendo utilizados para fiscalização e para olhar essas barragens não foram suficientes. Isto podemos afirmar com toda certeza: os parâmetros técnicos utilizados não foram suficientes. Por que eles não foram suficientes? Porque eles não conseguiram prever que isso ia acontecer. Então, nossos...

**A SRA. PRESIDENTE** (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES. *Fora do microfone.*) – Mas não é uma previsão astrológica, é uma previsão técnica.

**A SRA. LILIA SANT'AGOSTINO** – Sim, mas o que eu estou... Deixe-me...

**A SRA. PRESIDENTE** (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES. *Fora do microfone.*) – Aí eu queria tecnicamente.

**A SRA. LILIA SANT'AGOSTINO** – Eu vou tentar responder tecnicamente...

**A SRA. PRESIDENTE** (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES. *Fora do microfone.*) – Eu deixo a senhora tudo... Eu só não quero sair com a sensação de que não compreendi. A senhora me permite?

**A SRA. LILIA SANT'AGOSTINO** – Tudo bem.

**A SRA. PRESIDENTE** (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES. *Fora do microfone.*) – Faltou, não foram suficientes...





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**A SRA. LILIA SANT'AGOSTINO** – Não, os parâmetros técnicos...

**A SRA. PRESIDENTE** (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES. *Fora do microfone.*) – Como eles serão suficientes daqui para frente?

**A SRA. LILIA SANT'AGOSTINO** – Estamos trabalhando. Se nós soubéssemos... E aí eu vou ter que dizer que quem é um agente fiscalizador... Há pessoas especializadas em geotecnia que são os que dão suporte, mas o que nós podemos fazer é tentar melhorar essa forma de parâmetros. Isso está sendo feito, isso está sendo construído através de políticas de melhoria nos critérios técnicos. Têm sido feitas reuniões com técnicos do mundo todo, dizendo por que os parâmetros que estamos usando não servem. Estou falando nós ANM, porque a competência do ministério é uma supervisão, não é a execução. A execução compete àqueles profissionais que são treinados para isso.

**O SR. CARLOS VIANA** (PSD - MG) – Sim. D. Lilia...

**A SRA. LILIA SANT'AGOSTINO** – O que eu posso dizer é isto: o que nós usávamos de parâmetros tem que ser melhorado, tem que ser revisto...

**O SR. CARLOS VIANA** (PSD - MG) – Vocês já fizeram alguma análise? Por exemplo, no ministério hoje, já sentaram, já pararam para tentar entender o que aconteceu?

**A SRA. LILIA SANT'AGOSTINO** – Do ponto de vista técnico, sim.

**O SR. CARLOS VIANA** (PSD - MG) – E o que foi que aconteceu?

**A SRA. LILIA SANT'AGOSTINO** – Os nossos parâmetros não estão bons, eles não são suficientes. Não são suficientes por negligência? Não, eu acho que negligência, não. Alguma coisa tinha sido aprendida – e não é minha época no ministério, mas pelo que eu li de material – após o acidente de Mariana...

**A SRA. PRESIDENTE** (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES. *Fora do microfone.*) – Se não é negligência, é o quê?

**A SRA. LILIA SANT'AGOSTINO** – Falta de parâmetros confiáveis, falta de conhecimento, eu diria, não da agência, falta de conhecimento do próprio setor. Eu escutei muitos geotécnicos dizendo: "A gente não sabe exatamente por que isso aconteceu". E são especialistas, não geotécnicos da ANM, mas especialistas.

**O SR. CARLOS VIANA** (PSD - MG) – Então, isso significa que todos os relatórios que nos foram dados pelo Ministério das Minas e Energia no passado, todo o acompanhamento que foi feito... Está tudo comprometido?

**A SRA. LILIA SANT'AGOSTINO** – Não necessariamente.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. CARLOS VIANA** (PSD - MG) – Ora, se em Brumadinho nós não sabemos se foi por uma questão de negligência, se os parâmetros que nós temos não são suficientes, doutora, então nós estamos à deriva.

**A SRA. LILIA SANT'AGOSTINO** – Eu diria para o senhor o seguinte: se houve negligência ou não, isso é objeto de alguma investigação diferente de o que a gente faz. Nós estamos tentando entender do ponto de vista técnico.

**A SRA. ROSE DE FREITAS** (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES) – A senhora não acha que precisa investigar?

**A SRA. LILIA SANT'AGOSTINO** – É claro que precisa. É claro! Mas essa não é a competência do Ministério de Minas.

**A SRA. PRESIDENTE** (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES) – O Sr. Jared Poppinga esteve aqui, o Diretor-Executivo de Ferrosos, da Vale, e disse no depoimento da CPI que "a Vale Canadá tem muitas barragens" – palavras dele, entre aspas.

**A SRA. LILIA SANT'AGOSTINO** – Sim, sim.

**A SRA. PRESIDENTE** (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES) – E são de um tipo um pouco diferente dessas barragens aqui. Parece, a meu ver, que a principal diferença entre as barragens da Vale no Canadá e no Brasil é que as barragens daqui matam. Elas rompem e matam centenas de pessoas.

**O SR. CARLOS VIANA** (PSD - MG) – Lá não há comunidade próxima.

**A SRA. LILIA SANT'AGOSTINO** – Olha, eu não tenho como...

**A SRA. PRESIDENTE** (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES) – Não ter comunidade próxima vai provocar, por exemplo... Não vamos falar então das pessoas. Vamos falar da questão ambiental. Vamos falar da questão ambiental. Crime é crime. Com pessoas nos dói mais, mas a questão do comprometimento ambiental também nos dói muito. É comprometimento de qualidade de vida de gerações e gerações.

**A SRA. LILIA SANT'AGOSTINO** – Eu gostaria de responder só essa questão da Vale.

**O SR. CARLOS VIANA** (PSD - MG) – Pois não, claro.

**A SRA. LILIA SANT'AGOSTINO** – Eu acho que essa pergunta, se as barragens de lá são diferentes ou semelhantes às daqui tem que ser feita para a própria Vale. Eu não conheço a realidade das barragens da Vale no Canadá. O que eu posso dizer é que existem barragens com esse método em outras partes do mundo. Existem problemas de ruptura? Já houve históricos sobre isso, mas seguramente nós



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

temos aí, em Minas, uma situação de um passivo, de um histórico de uma época quando não se tinha a mesma visão da tecnologia de construção de barragens, e isso, com segurança, está bastante associado à raiz do problema.

**O SR. CARLOS VIANA** (PSD - MG) – Professora, permita-me chamá-la assim, porque eu sei que a senhora é doutora.

**A SRA. LILIA SANT'AGOSTINO** – Com certeza, sem problemas.

**O SR. CARLOS VIANA** (PSD - MG) – A nossa proposta aqui é criar um relatório que possa auxiliar o Brasil a dar um passo à frente, fazendo um diagnóstico. Estamos tentando fazer um diagnóstico de o que aconteceu, de como nós falhamos, em vários aspectos, e o que é que nós vamos fazer daqui para a frente para que não aconteça mais, especialmente na questão do setor se autorregular. Ele não se mostrou confiável a esse ponto. O Estado abriu mão de uma regulação que é obrigatória dele. E não é impedir o negócio, atrapalhar o negócio, mas dizer claramente o que se quer desse negócio na segurança com as pessoas. Na hora em que nós abrimos mão disso, o setor se tornou gigantesco, e, do jeito que está aí hoje, nós não temos segurança para mais nada.

O que a gente tem percebido – inclusive vou falar aqui por mim – é que a senhora está hoje ocupando esse cargo, e naturalmente a experiência passada está agora sendo avaliada, mas a nossa experiência é da completa ausência também do próprio Ministério no controle também desse setor, e eu digo "controle" no cobrar as responsabilidades.

Eu vou dar aqui um exemplo para a senhora. Um caso emblemático das comunidades é o da empresa Mundo Mineração. É uma subsidiária do grupo australiano Mundo Minerals. A empresa explorou uma mina de ouro lá em Rio Acima. Em 2011, quando a mina exauriu, a empresa simplesmente abandonou o local de forma tão abrupta que deixou até os caminhões de transporte para trás. Sumiu, decretou falência, não pagou direito trabalhista, deixou duas barragens enormes de rejeitos contaminados por arsênio, mercúrio, ameaçando o Rio das Velhas, que é afluente do São Francisco e abastecimento principal de Belo Horizonte – 2011. De lá para cá, a barragem não recebeu qualquer manutenção, uma barragem de veneno, de mercúrio e de arsênio.

O Estado interveio agora por obra do Ministério Público, que chamou a atenção do Estado. A empresa de tratamento de água de Minas Gerais está gastando R\$15 milhões, aproximadamente, para poder fazer novos estudos numa barragem de 2011.

Então, hoje, qual é a política do ministério para impedir que isso no futuro não venha a acontecer, por exemplo, em Paracatu, não volte a acontecer lá em Poços de Caldas, onde temos uma barragem radioativa? O que vai ser feito daqui para frente como política pública oficial?





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**A SRA. LILIA SANT'AGOSTINO** – Sim. Eu gostaria de separar algumas coisas. A questão investigativa de responsabilidades e de penalizações não compete ao Ministério de Minas. A competência do ministério...

**A SRA. PRESIDENTE** (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES. *Fora do microfone.*) – E a fiscalização?

**A SRA. LILIA SANT'AGOSTINO** – A fiscalização é do Ministério de Minas...

**A SRA. PRESIDENTE** (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES. *Fora do microfone.*) – E a regulação?

**A SRA. LILIA SANT'AGOSTINO** – ... e a regulação também.

No caso como o senhor mencionou, é feita a denúncia. Isso é autuado pela agência. É feita a denúncia à Polícia Federal, à Receita Federal, ao Meio Ambiente, a todos aqueles atores que também tenham uma participação no sistema. E é o que nós podemos fazer, porque o Ministério de Minas não é uma polícia, não tem o poder de polícia. Então, eu gostaria de lembrar também que existe um Ministério do Meio Ambiente, que também está sempre presente nessas situações.

**A SRA. PRESIDENTE** (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES) – Mas a regulação e a fiscalização são de Minas e Energia.

**A SRA. LILIA SANT'AGOSTINO** – Regulação e fiscalização apenas.

**A SRA. PRESIDENTE** (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES) – "Apenas" não é muito quando feito adequadamente?

**A SRA. LILIA SANT'AGOSTINO** – Nós gostaríamos de ter mais condição. Foge da nossa competência, porque nós avisamos os órgãos – nós temos casos sérios, muitos deles bastante sérios, em que são avisados aqueles órgãos que podem ter esse poder de polícia realmente. Nós não temos essa competência. Nós nem podemos invadir essa competência.

São avisados estes órgãos: o Ministério Público, a Polícia Federal, o Meio Ambiente, às vezes, o Inbra, todos aqueles atores que podem estar envolvidos são oficiados, avisados para as respectivas providências. E é o que nós podemos fazer.

**O SR. CARLOS VIANA** (PSD - MG) – A professora aqui, Excelência, Presidente, naturalmente não há de se cobrar dela esse questionamento, mas, no ano passado, nós brasileiros trabalhamos 153 dias para sustentar um governo, 153 dias nós trabalhamos no Brasil para sustentar uma estrutura de governo, uma estrutura de governo que tem o Ministério de Minas e Energia, que tem o Ministério do Meio Ambiente, que tem uma Agência Nacional de Mineração, e nós não somos capazes de achar a responsabilidade de quem deve fazer o que em cada momento das grandes catástrofes brasileiras.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Quando a gente olha um relatório como este, que diz assim: "Olha, está sendo feito", me lembra aqui os diretores da Vale. Todos diretores da Vale que estiveram aqui nesta CPI fizeram a parte deles, todos, ninguém assume absolutamente nada. Não estou dizendo da senhora, eu estou fazendo uma avaliação de governo de um País que paga, que custa e que infelizmente não consegue dar aos cidadãos uma resposta. Estruturas gigantes, que custam uma fortuna para o contribuinte, mas que não funcionam – não funcionam. Simplesmente fica assim: "Não, é lá, é cá; aqui não há condição. Olha, a agência que tem que fiscalizar não tem gente". Mas há gente lá que está parada em uma companhia que pode suprir. "Não, mas lá não pode porque lá é o funcionamento". É isso que o brasileiro está reclamando.

E quem sabe a gente possa colaborar agora, pelo menos a nossa parte com o setor mineral. Onde nós vamos fazer mudanças, doutora? A senhora, como professora: quais são os setores em que nós vamos colaborar no País? De que maneira nós vamos tornar a mineração um setor importante, mais seguro? Como governantes, porque hoje a senhora não está na iniciativa privada. A senhora está, como nós aqui, do lado do Governo, e nós aqui como representantes do povo. Onde e por onde nós vamos caminhar? Aonde queremos chegar com relação à mineração, professora? A senhora, que tem um doutorado nessa área, onde nós podemos colaborar para não acontecer de novo?

**A SRA. PRESIDENTE** (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES. *Fora do microfone.*) – Posso somar com as suas perguntas?

**O SR. CARLOS VIANA** (PSD - MG) – Claro.

**A SRA. PRESIDENTE** (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES) – Porque às 15h será a reunião convocada pelo Presidente.

A Vale exerce um verdadeiro monopólio nessa área de minério, produção de logística na questão do minério de ferro. Nunca se estudou uma maneira de os órgãos de controle – vamos falar de regulação –, nunca se estudou a possibilidade de, pelo excessivo poder que ela tem face inclusive a toda a análise que hoje nós fazemos, ouvimos... Eu sempre fui ardorosa defensora das empresas do Brasil, ajudava, procurava na legislação como é que a gente podia incrementar investimentos... Quando eu entrei para esta Casa, era um absurdo, mas o governo fazia orçamento para a Vale, em 1987. Eu me lembro disso! Uma empresa lucrativa... Como se transformou... Às vezes, adequar os mecanismos de produção para que ela pudesse servir mais e mais e mais ao País. Nós estamos vendo que o governo em si, ao atuar junto a uma empresa desse tamanho, acabou ficando atrás, não coadunou suas ações junto com uma empresa desse tamanho para trazer benefícios. Trouxe os benefícios e muitos malefícios. Nunca se estudou um momento em que se pudesse pensar em dividir, propor a divisão, desmembrar essa empresa enorme, gigante, para que ela pudesse prestar os mesmos serviços, mas de uma maneira mais responsável? Porque eu acho tudo isso, Sra. Lilia, assim... Não sei aonde nós vamos chegar, mas a cada momento que nós tecemos considerações sobre as responsabilidades administrativas, nós nos deparamos com todas as sequelas postas pela ausência de tais, e por outro lado também nos deparamos com respostas inócuas – inócuas.







## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria aproveitar para somar às outras perguntas, porque o ministro de Minas e Energia – eu falei para o Dr. Wilson aqui –, num evento realizado lá no Canadá, em março deste ano, defendeu publicamente mineração em terras indígenas – mineração em terras indígenas! A senhora não acha essa iniciativa preocupante, tendo em vista tudo que a mineração não é capaz de comprovar, como operou, como se opera, e a questão principalmente da segurança no País, a questão da eficiência?

Por outro lado, ele anunciou também que pretende liberar – e acho que o Dr. Wilson sabe disto – a mineração de urânio para empresas privadas. O projeto de exploração de urânio em Santa Quitéria, no Ceará, do consórcio formado pela estatal Indústrias Nucleares do Brasil e o Grupo Galvani, teve licenciamento ambiental negado pelo Ibama em razão da inviabilidade do estudo apresentado. Olhem a que ponto nós chegamos.

Aliás, a mineração de urânio já tem um passivo ambiental no Brasil que todos nós conhecemos: a barragem de rejeito desse instituto, por exemplo, em Caldas, Minas Gerais. Então, a Indústrias Nucleares do Brasil, empresa pública ligada ao Ministério de Minas e Energia, mantém precariamente uma barragem com rejeitos radioativos – já citada aqui pelo nosso Relator – da mineração de urânio em Caldas, Minas Gerais. Somente após a atuação do Ministério Público Federal – também relatada aqui pelo Senador –, apresentou depois um plano emergencial de segurança para a barragem. A empresa estimou que precisará de 40 anos e gastará US\$500 milhões para descomissionar essa estrutura.

A senhora não acha – eu estou usando a expressão que fosse da minha convicção – que é uma vergonha que o Ministério de Minas e Energia, ao qual a senhora está chegando agora... Esta coisa é muito incômoda... Toda vez que nós queremos procurar a origem dos problemas, queremos fazer com que a estrutura nova funcione, queremos saber o que nós podemos propor, nós temos que resguardar o tempo em que a senhora está à frente do ministério, porque não participou do passado. Tudo isso nós temos que fazer. Mas não é... O Ministério de Minas e Energia não cuida adequadamente das barragens de rejeitos de mineração. E como é que nós podemos acreditar? Expõe a população a seus erros, à falta de fiscalização, regulação, gravíssimos. Como é que a gente pode tratar isso daqui para a frente?

E mais: os antigos gestores do instituto que eu mencionei serão responsabilizados ou não pelo cumprimento da norma de segurança de barragens? Mais: considerando todas as dificuldades da mineração de urânio para alcançar níveis mínimos de sustentabilidade ambiental, V. Sa. consideraria adequado estimular a produção desse material radioativo nesse quadro atual, com todas as limitações, com todas as consequências que houve pela falta de estrutura? Inclusive, em determinado ponto, a senhora, muito honestamente, colocou aqui – eu vi, percebi; eu sou uma pessoa que gosta muito de observar não só a mim mesma, mas as outras pessoas – que as falhas existiram. E elas estão aí. Como é que pode o Ministro anunciar tudo isso que está anunciando dentro dessa estrutura ineficiente? Porque ainda não foram detectadas pela avaliação técnica: "Olhem, aqui nessa coordenação, nesse departamento, nessa secretaria, faltam técnicos; esse técnico não está capacitado; nós não temos equipamentos





**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

suficientes para prosperar", para se ter uma radiografia de como deveria funcionar, para que a gente não venha a sofrer consequências como todas as que nós sofremos até agora.

Eu fiz todas as perguntas...

**A SRA. LILIA SANT'AGOSTINO** (*Fora do microfone.*) – É uma série de perguntas...

**A SRA. PRESIDENTE** (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES)  
– E uma série de perplexidades também, não é?

**A SRA. LILIA SANT'AGOSTINO** – É uma série de perguntas que remontam a algumas coisas distintas.

Então, uma das preocupações do ministério é exatamente nós fortalecermos a agência, porque a agência tem um papel fundamental nessa possibilidade de fiscalização e de termos as regras, a legislação cumprida.

Mas eu diria que nós temos que pensar também que as práticas que eram feitas de fiscalização – e que sempre foram feitas – não são tão diferentes das práticas mundiais. Existe uma questão de autorregulação. Como propriamente mencionado pelo Senador, será que há maturidade do nosso setor mineral para se autorregular? Essas são perguntas em que nós estamos vendo que nós ainda estamos engatinhando. Eu acho que é a mesma questão que envolve a nossa postura como cidadãos: se nós cumprimos as regras só quando estão nos vendo ou se nós cumprimos porque acreditamos nelas. Então, aí nós estamos em uma outra seara. Mas o que o ministério está fazendo é buscar a estruturação da agência para que possamos dizer: "Essa agência agora está estruturada. Ela tem que fazer o seu papel". A forma? Dentro daquilo que está sendo possível no atual Governo, mas há algumas sinalizações.

Depois, foi colocada a questão de mineração em terra indígena. O que foi colocado pelo Ministro e que tem sido colocado dentro do ministério é que nós temos, pela nossa Constituição – eu não sei se é uma alínea ou se é um parágrafo, me desculpe, sou meio ruim para guardar essas coisas –, que essa mineração poderá acontecer direcionada por uma lei que a regulamentasse. E essa regulamentação nunca aconteceu. Então, a proposta do nosso Ministro é de estudar, junto com todos os atores envolvidos, principalmente as comunidades indígenas, se isto é viável ou não é viável, até que ponto atende, quer dizer, é uma proposta de estudos, não é uma proposta de abertura. É uma proposta de estudo que tem que atender a todas aquelas legislações e às restrições e aos atores que estiverem envolvidos.

**A SRA. PRESIDENTE** (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES.  
*Fora do microfone.*) – Com essa mesma estrutura que não funcionou até agora para regular e nem fiscalizar...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

**A SRA. LILIA SANT'AGOSTINO** – Não, não foi isso que eu disse. Eu disse que nós estamos preocupados em estruturar a agência. Qualquer coisa que se pense em abertura de áreas restritivas, são coisas para as quais tem que se ter uma maturidade de muito tempo, de muitos anos. E o "estruturar a agência" tem que acontecer agora. Isso só será viável se nós tivermos uma estrutura que possa fazer uma fiscalização adequada, senão nós estaremos realmente criando um problema muito sério para nós.

Quanto à mineração de urânio... Urânio é um monopólio. E ele vai continuar sendo um monopólio. Essa é a proposta. Quando se fala em atrair investimentos, nós estamos falando...

**A SRA. PRESIDENTE** (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES)  
– Em ampliar para o setor privado.

**A SRA. LILIA SANT'AGOSTINO** – Nós estamos falando em entrar investimento do setor privado para investir junto ao monopólio. O monopólio vai continuar com as Indústrias Nucleares do Brasil. E, quanto ao passivo que ela tenha deixado em uma atuação anterior dela em Poços de Caldas, como qualquer empresa de mineração, ela tem que ser responsabilizada, sim, porque não é por ser do Governo que ela vai fugir às mesmas restrições, e multas e sanções que tem uma empresa privada.

**O SR. CARLOS VIANA** (PSD - MG. *Fora do microfone.*) – Isso faz uns 40 anos.

**A SRA. PRESIDENTE** (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES)  
– Há quantos anos ela foi desativada e está esse passivo aí?

**A SRA. LILIA SANT'AGOSTINO** – Não, não, ela foi desativada na década de 90, em meados da década de 90.

**A SRA. PRESIDENTE** (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES)  
– E até hoje nada foi feito?

**A SRA. LILIA SANT'AGOSTINO** – Não, eles estão fazendo. Inclusive, a barragem... Já no final do ano passado, até onde eu tenho notícia, eles já tinham buscado especialistas junto a uma universidade para fazer um plano de descomissionamento.

**O SR. CARLOS VIANA** (PSD - MG. *Fora do microfone.*) – São 25 anos de abandono, que ela estava parada.

**A SRA. PRESIDENTE** (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES)  
– O Relator informa aqui 40 anos para descomissionar.

**O SR. CARLOS VIANA** (PSD - MG. *Fora do microfone.*) – Há 25 anos ela está abandonada.

**A SRA. LILIA SANT'AGOSTINO** – É, eu não... Ela não está abandonada, ela está sendo monitorada pela Comissão Nacional de Energia Nuclear, que pertence ao MCTIC, com a questão





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

radiológica. E é a própria INB que tem cuidado, e também essa Comissão, quanto à questão da estrutura da barragem.

**O SR. CARLOS VIANA** (PSD - MG) – Professora, a senhora, quando estiver com o Ministro Bento, diga a ele que nós estamos dando uma missão, e os militares são muito bons para cumprir missões. Então, nós estamos aqui dando uma missão: é hora de o Brasil fazer escola na mineração, e não copiar as escolas ou ficar esperando pelo que eles lá fora decidirem. É hora de nós, com a nossa experiência...

**A SRA. LILIA SANT'AGOSTINO** – Com certeza.

**O SR. CARLOS VIANA** (PSD - MG) – ... criarmos para o mundo uma tecnologia nova, e respostas para o mundo. É o que eles estão esperando de nós. Não precisa a Suíça vir aqui nos criar regras de como nós vamos fazer barragens etc. Quem tem que fazer isso somos nós. É isso que nós queremos para o futuro do setor, professora. Nós é que temos que fazer escola, não é ficar esperando as soluções virem lá de fora.

**A SRA. LILIA SANT'AGOSTINO** – Com certeza.

**A SRA. PRESIDENTE** (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES) – Quando há alguma coisa parecida com acidente no Brasil, sempre se diz que aconteceu também em algum lugar, mas os melhores exemplos de o que acontece lá fora não são trazidos para o Brasil. Então, estamos... Eu não sei se o senhor quer acrescentar alguma coisa.

**O SR. CARLOS VIANA** (PSD - MG) – Para mim está tudo bem, Relatora.

**A SRA. PRESIDENTE** (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES) – Relator é o senhor. (*Risos.*)

**O SR. CARLOS VIANA** (PSD - MG) – Presidente, Presidente!

Agradecer à Dra. Lilia. Às vezes, ela tem alguma consideração final, eu não sei...

**A SRA. PRESIDENTE** (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES) – A senhora gostaria de acrescentar algo?

**A SRA. LILIA SANT'AGOSTINO** – Olha, eu gostaria de acrescentar somente o seguinte: o ministério tem, sim, a sua responsabilidade junto ao setor, mas aquela responsabilidade de regulador, de fiscalizador... É aí que está a competência, e é essa competência que nós queremos melhorar. Nós queremos melhorar muito a agência, porque ela é um ponto fundamental. Nós não vamos ter uma mineração melhor se nós não tivermos uma agência estruturada. Isso é um consenso em toda a comunidade mineradora, inclusive acredito que entre as empresas. Então, esse é um dos pontos principais e a primeira fala do nosso Ministro. É claro que nós batemos em questões orçamentárias, em que todo o





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

setor Executivo, todo o Poder Executivo está batendo, mas os esforços estão sendo feitos ao máximo possível para que possamos atingir essa estruturação.

**A SRA. PRESIDENTE** (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES) – Não sei se vai servir como exemplo... Nós que vivemos o período da ditadura saímos convencidos pelas marcas na mente e no corpo e alcunhamos tempos depois assim: ditadura nunca mais! Eu acho que o setor mineral poderia, juntos, ministério, todo mundo se envolver com uma campanha: acidentes, tragédias, irresponsabilidades, crimes nunca mais! Porque é duro pensar que todos estão estudando uma solução, mas, enquanto isso, o mundo não parou de se mover, iniciativas não deixaram de ser tomadas, projetos não deixaram de ser aprovados, e a gente só teme.

O que nós vivemos hoje... A senhora tem uma longa experiência profissional, tem muito a acrescentar no trabalho que faz agora, achamos que é decisiva até a sua participação com essa concepção de o que precisa ser feito. Agora, se eu posso solicitar algo como cidadã também, não como Senadora apenas, é que cuidem dessa campanha de não deixar, procurar construir em todos os setores, repartições, nas hierarquias funcionais essa coisa gigantesca. Como disse bem aqui o Senador Carlos Viana, nós damos 153 dias de impostos do povo brasileiro – nós somos privilegiados aqui –, mas o povo brasileiro concede ao Governo para fazer funcionar uma estrutura que não funciona. Enxugar quatro ministérios, cinco ministérios não quer dizer que se vai dar mobilidade, agilidade para estruturar esse organograma funcional para as áreas afins que possam tirar o Brasil desse catastrófico cenário que nós estamos vivendo.

Nós encontramos pessoas competentes como a senhora a todo momento, e o que nós fazemos não é achincalhar, é propor que entrem nessa tarefa hercúlea de fazer modificar este País para que ele possa ser competente. Um país deste tamanho, com tamanha riqueza, e com tamanho empobrecimento nas suas estruturas, todas para fazer funcionar a defesa dos seus bens maiores, que são a questão do meio ambiente e da pessoa humana.

Então, eu desejo que a senhora, lá no ministério, consiga reorganizar a prática, colocar pessoas nos seus devidos lugares, tirar aquelas que porventura não devam estar ali – e não é porque veio da ala tal e quem nomeou foi o fulano –, mas fazer um organismo funcionar a favor deste País. Decisivamente, é isso o que me ocorre todos os dias na cabeça quando saímos de uma Comissão de Educação, entramos em uma Comissão de Assuntos Econômicos, entramos na CCJ. Tudo o que me vem à mente é de que falta alguma coisa em algum lugar, como falta na segurança pública – isso nós estamos vendo. E o Presidente Bolsonaro querendo armar a população. Não é a soma da gestão dele, não; de todas as gestões, de todas que não cuidaram da segurança pública, de todas que não foram até onde os bandidos estavam entrando, de todas que não vigiaram a segurança pública e organizaram uma segurança a favor deste País. Hoje nós estamos conhecidos pela criminalidade. Dar um revólver para cada um não resolve.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E também a gente pregar aqui todo dia contra a Vale, Vale, Vale, Vale e não saber se os órgãos que acompanham a operacionalidade dessa área, toda ela, na fiscalização, na regulamentação, nos projetos são capazes de prover o Brasil da eficiência necessária para nos tirar desse quadro tão dramático. Não bastava criar uma CPI, acredite, Sr. Wilson, não bastava. Criar a CPI... Eu estou no oitavo mandato, e está aqui chegando um Senador que veio com o clamor da multidão para esta Casa. Nós não estamos precisando colocar holofote em lugar nenhum, nem da palavra mais moderna que existe no Brasil hoje – em todos os editoriais que ouço, leio, é assim: protagonismo! Nós queremos concluir com responsabilidade este trabalho, propor projetos de leis que possam sustentar, fazer erigir uma nova forma de administrar um setor tão importante. E eu estou dentro de um Estado, eu vim de um Estado que é importante no setor de mineração e estou dentro de outro.

Então, nós precisamos, Senador, concluir esse trabalho. Hoje é a nossa última audiência e nós precisamos concluir esse trabalho, não com a responsabilidade de que "escrevi na história, no meu currículo". Eu já presidi muitas comissões, presidi o Congresso, presidi e fui Relatora de tudo o que vocês podem pensar na vida, querendo concluir, falar que nós contribuímos decisivamente. É esse o compromisso do nosso Relator, para que possa mudar o que precisa ser mudado, fazer o que precisa ser feito. Construir novos comportamentos, isso não é tarefa do Relator.

Ele vai propor. Nós vamos propor. Há vários Senadores que aqui não estão e que agora estão lá no Colégio de Líderes, que estão nas reuniões de bancada. Vamos propor tudo aquilo que a sociedade organizada dentro desse setor exige, que a população espera e que a gente possa fazer funcionar. O que a gente espera, daqui para frente, logo depois que o relatório estiver votado, é que não esqueçamos de uma coisa, Sra. Lília: quem fez tem que pagar pelo que fez, tem que ser punido pelo que fez. Toda a estrutura nova que vier, se não responder à sociedade sobre o que se perdeu humanamente nesse episódio... Todos nós estamos desorientados até hoje. O episódio de Mariana. Vamos falar do episódio. "Ah, são só 19 vidas". Não é essa a questão. Toda aquele cenário econômico e geográfico devastado exatamente pelo fato de os técnicos não estarem fazendo o que deveriam fazer. E quem deveria supervisionar também não supervisionou. Quem deveria auditar também não auditou. Quem deveria laudar também não laudou. E tudo vira uma página passada. Isso não é possível.

Por isso, eu quero agradecer aqui enormemente não só às pessoas que continuarão a trabalhar conosco fora do Senado, das oitivas. Quero agradecer a todos que nos ofereceram relatos que vieram por *e-mail*, Senador Carlos, muitos relatos, muitas propostas, muitas informações. Não nos deixamos levar, em nenhum momento, pelo sentimento que é comum a mim nessa tarefa política, que é a vontade de você responder da mesma forma àqueles que fizeram o que fizeram. Nós queremos construir. Eu já disse: eu não sou demolidora, eu sou construtora. Mas não dormirei tranquila se achar que nós estamos aqui fazendo também uma figuração, para dizer que nós construímos uma CPI, que viemos aqui, falamos, perguntamos. Nós queremos construir novas práticas, novos modelos, nova regulação, nova fiscalização



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

e, sobretudo, exigir a qualidade técnica de quem executa esse trabalho e que, com certeza, olvidaram, desconheceram.

Houve uma pessoa que me marcou profundamente aqui. Eu acho que o Senador Carlos vai se lembrar: a Dra. Cristina, que, quando ele mostrava o ocidente, ela virava o rosto: "Não quero ver". Como é fácil não ver! Como é fácil não ver! É isto: é virar o rosto e não ver. Será que não dá para ouvir o lamento, o choro, o sofrimento das pessoas perdidas, dessas 300 famílias? Não dá para ver qual foi a imagem também? Vamos ver o lado que mais importa para o setor. Não dá para sentir como foi o abalo do conceito dessa empresa mundialmente? E quem hoje acredita? Eu disse aqui para o senhor do exemplo da multidão que foi para a rua dizer: "Aqui não! Barragem aqui não!" É o povo com medo, é o povo assustado.

Portanto, a minha colaboração, se acho que posso deixar aqui como Senadora – não como Presidente da Comissão, como Senadora –, é que tudo o que se construa a partir daqui seja para valer. Como dizem as crianças – a minha neta fala: "É à vera, não é?" –, tem de ser de verdade para funcionar, para nunca mais... E o senhor sabe que o senhor pode contribuir decisivamente. O seu papel a senhora sabe. E aqui os que estão têm essa expectativa toda sobre nós.

Senador Carlos, eu queria...

**O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) –** Pois não, Presidente.

**A SRA. PRESIDENTE** (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES) – ... também lhe dizer da grande satisfação pessoal não de trabalhar nesta CPI, mas de conhecê-lo com afinco, com a responsabilidade,...

**O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) –** Obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES) – ... com a dedicação que o senhor teve à frente desse trabalho o tempo inteiro. Se mais não fizemos é porque mais não tínhamos como, como.

Eu casei minha filha no sábado e, no domingo de manhã, já estava lendo aquela pilha de relatórios. E ela perguntou: "Onde você está?" "Já estou indo, já estou indo!" e não a vi. Voltei para cá, entendeu?

Com certeza, eu tenho a minha parte de que eu não posso abrir mão nem para deleite de momentos importantes. E o senhor fez isso permanentemente bem.

**O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) –** Obrigado, Senadora.

**A SRA. PRESIDENTE** (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES) – O Estado de Minas Gerais – eu sei de um voto na minha família; disso eu sei – tem que se orgulhar do Senador que mandou para esta Casa.





**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. CARLOS VIANA** (PSD - MG) – Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES)  
– E eu agradeço a todos, a todos os que aqui estiveram. Perdoem-me os atrasos, por favor, às vezes, madrugada adentro. Não sou a louca pelo trabalho, mas o trabalho já me pegou de tal maneira que não tem jeito: quando ele olha para mim, eu já acho que ele está me cobrando.

Então, se eu falhei, eu peço desculpas ao senhor, viu, por favor. Mas eu não gostaria de falhar nunca. Eu estou à sua disposição até o final do seu relatório, que eu tenho certeza de que será uma peça histórica para este País.

Muito obrigada a todos.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**A SRA. PRESIDENTE** (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES)  
– Pois não, com a palavra.

**O SR. CARLOS VIANA** (PSD - MG) – Só para agradecer à Senadora as palavras e dizer que o que me preocupa hoje e de certa forma me frustra é a pergunta feita por uma repórter para um jornal estrangeiro: o Brasil aprendeu com Brumadinho?

É uma pergunta dura. E eu me faço outras perguntas. Às famílias que estão nos assistindo e que têm funcionários nas minas, que têm parentes que estão próximos das barragens: novos acidentes não vão acontecer? É outra resposta que a gente, infelizmente, não tem como oferecer à Pátria. Nós precisamos aprender com isso. Nós temos que aprender com esses momentos.

Por isso é que eu coloquei para o Ministro das Minas e Energia e para o próprio Governo, uma missão para os militares: nós temos que fazer escola. Nós temos que aprender e ensinar ao mundo como é que se lida com essas situações, como superá-las e principalmente como evitá-las. Nós não podemos, a cada três anos, ser palco, mais uma vez, de tragédias, de crimes como esse num setor que é fundamental para o nosso futuro. Nós estamos falando em facilitar a vida da mineração, ampliar a pesquisa, abrir novas frentes, descobrir terras raras, mas como é que nós vamos fazer isso, Sr. Brumer, se lá atrás a gente deixa um passivo e as pessoas não podem dormir de madrugada?

Então, a CPI termina de uma maneira muito profícua em dizer que o Brasil precisa aprender. Este vai ser o nosso posicionamento do relatório: entender o que aconteceu, dar respostas e propor, para que nós sejamos frente da mineração contemporânea, fronteira do conhecimento.

É o que eu gostaria muito que nós tirássemos de todo esse trabalho que foi feito aqui na CPI.





**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

E à Senadora Rose o meu muito obrigado pelo aprendizado conjunto, muito firme sempre. Ela, com experiência, trouxe aqui questionamentos muito importantes. Cada um de nós tem feito o melhor da nossa parte, não é, Senadora?

E eu espero, sinceramente, que todos aqueles que estão nos acompanhando façam também o melhor: o Ibram faça o seu melhor em contribuir para um setor mais seguro; o Ministério faça o seu melhor em buscar novas tecnologias e criar novos padrões, propor novos caminhos.

É isso que nós precisamos dar de contribuição ao País. Não pode acontecer de novo. Nós temos que aprender com as tragédias. E isso, infelizmente, não tem sido a nossa tônica, a nossa cultura.

Quem sabe a gente, a partir de agora, muda e cria um novo tempo nos setores todos?

Muito obrigado a vocês.

Uma boa tarde.

*(Iniciada às 13 horas e 31 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 29 minutos.)*



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 15ª REUNIÃO DA CPI DE BRUMADINHO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE JULHO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às treze horas e vinte e sete minutos do dia dois de julho de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Rose de Freitas e Randolfe Rodrigues, reúne-se a CPI de Brumadinho com a presença dos Senadores Antonio Anastasia, Juíza Selma, Dário Berger, Jorge Kajuru, Leila Barros, Jaques Wagner, Wellington Fagundes, Carlos Viana, Flávio Bolsonaro, Izalci Lucas, Nelsinho Trad, Paulo Paim, Marcos do Val, Arolde de Oliveira e Angelo Coronel. Deixa de comparecer o Senador Jader Barbalho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Apresentação do Relatório. Finalidade:** Apresentação do Relatório Final pelo Relator da CPI, Sen. Carlos Viana. **2ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - Relatório Autoria:** Sen. Carlos Viana. **Resultado:** Aprovado com modificações. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e trinta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senadora ROSE DE FREITAS**

Presidente da CPI de Brumadinho

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/07/02>



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

**A SRA. PRESIDENTE** (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Havendo número regimental, declaro aberta a 15ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 21, de 2019, para apurar as causas do rompimento da barragem da Mina Córrego do Feijão, da Empresa de Mineração Vale, em Brumadinho, e outras barragens.

A presente reunião destina-se à apresentação do relatório final elaborado pelo Senador Carlos Viana.

Bom, hoje, sendo praticamente o encerramento dos trabalhos desta Comissão, nós queríamos, primeiro, agradecer muito, não é, doutora, Senadora Selma? Não é fácil conduzir CPI em uma Casa cuja agenda toda se concentra na terça e na quarta. Nós, aqui, fizemos várias audiências na quinta-feira.

Queria agradecer a todos que participaram e participam ainda, porque o trabalho, lendo o relatório, ainda há a continuidade dele internamente, na própria Comissão, na parte técnica. Nós esperamos que o resultado desse trabalho seja não mais um olhar de culpa ou omissão para o retrato dessas vítimas que ainda ficam na nossa cabeça, para o que a Vale tem a dizer aos familiares, para as pessoas das famílias, aqueles que sequer conseguiram encontrar seus entes queridos.

É um acúmulo de tragédias neste País, muitas ocorreram, mas a tragédia da Vale pode-se considerar a tragédia das tragédias. É a perda humana, da natureza, do comprometimento, animais, tudo o que foi destruído em poucos momentos, em poucos minutos, os sonhos, os patrimônios de uma vida inteira de famílias que trabalharam, que foi tudo soterrado pela incúria, pela negligência, pela ganância, pela usura, pela irresponsabilidade, pela indiferença, pela omissão e aqui, diante dos nossos olhos, mais do que isso, a maneira com que desleixadamente muitas pessoas se colocaram diante desta CPI.

Eu quero reforçar aqui, Senadoras e Senadores, que perseveramos, a despeito de qualquer falta de incentivo e de apoio, que em momentos fizeram muita falta. Eu tive a honra de presidir esta Comissão e de estar ao lado de Senadores como os que estão aqui presentes nesta hora final. Nós estamos aqui para dar uma resposta, e o nosso Relator foi enérgico, foi incisivo, foi categórico. Se nada nós podemos levar como resultado 100% satisfatório do trabalho, eu queria dizer que nós aprendemos muito.

Houve momentos em que eu senti vergonha, tristeza, senti a injustiça daqueles que aqui estiveram, de achar que poderiam se omitir, poderiam mentir. As lições deste trabalho vão ficar aqui, no retrato fiel da dedicação do nosso Relator, da Senadora Selma presente, do Kajuru, que nunca faltou, do Senador Randolfe, do Senador Otto, do Senador Fagundes.

A Vale para nós pode ser destacada aqui como uma empresa deste tamanho que relativou tudo, relativou a verdade, relativou justiça. Tudo em desacordo com normas, protocolos, procedimentos aconteceu relativamente a essa barragem.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pelo que foi revelado, pelas investigações que o Ministério Público fez, pela diligente colaboração da Polícia Federal, evidentemente, nós não nos deparamos aqui... Aliás, nós nos deparamos pouquíssimas vezes, Senador Carlos, com a verdade. A verdade se ausentou desse panorama de depoimentos aqui.

Quantas coisas nós também nos perguntamos, quantas tragédias poderiam ter sido evitadas neste País? Mas imaginem quantos depoimentos aqui deixaram claros, Senador Kajuru, que, se o comportamento tivesse sido diferente, essa tragédia poderia ter sido evitada!

Então, em colaboração com tudo isso, tenho certeza de que a gente pode falar aqui dos projetos de lei e da responsabilidade absoluta com que esses Senadores trabalharam. É isso que eu penso que foi o principal objetivo desta CPI, a despeito daqueles que acharam que, ao se ausentar, criariam a impossibilidade de a CPI continuar. Não criaram. E não ficarão sem punição. Nós estamos prosseguindo. Isto aqui é um prosseguimento do reconhecimento da importância que esse trabalho teve, a certeza de que, a partir daqui, reduções importantes, Senador Carlos, poderão ser adotadas para se evitar drasticamente as consequências e, sobretudo, a impunidade, porque a impunidade é que vai levar à reincidência delituosa desse e de outros processos que poderiam acontecer.

Então, não sei se as pessoas sentiram... Um momento muito enfático que aqui aconteceu, Senador Kajuru, foi quando o Senador Carlos Viana trouxe aquelas imagens que ficam na nossa cabeça e nos perseguem, em que uma das pessoas sentadas à mesa virava o rosto para não ver, achando que, se não visse, não sentiria. Sente, porque a verdade foi faltosa. O olhar pode não ter se debruçado sobre as imagens, porque as imagens são dramaticamente significantes, são o retrato de uma tragédia, mas também a demonstração de um cinismo, que nós presenciamos, e também do lucro desmedido das ações de uma empresa importante para o País, geradora de emprego, mas geradora de calamidades também.

Então, nós não podemos tolerar mais o que nós vimos, dizer que as pessoas não podem ser poucas – eu quero dizer do sentimento que eu tenho há 35 anos no Parlamento – para procurar o caminho da verdade. Mas, sendo poucas, elas podem fazer o que aqui foi feito, colaborar para que ela seja construída, apesar de todas as mentiras, de todas as inverdades aqui. Com as fotos mostradas, os depoimentos, os dados técnicos, muitas vezes confrontantes, ficaram verdades que estavam aqui dilacerando a nossa vida, este País, e, no entanto, as pessoas disseram "não é assim, eu digo que não é assim".

Houve também uma atitude que eu percebi, mas nós insistimos nela até um ponto em que a folha encostou na parede e não deu mais. Foi quando as pessoas que aqui passaram a ser convocadas como testemunhas. Elas produziam seus *habeas corpus*, vinham para cá e aí resolviam prestar depoimento. Era uma estratégia, assim: "Eu tenho um *habeas corpus* que me preserva de dizer a verdade, não posso sofrer punição de qualquer natureza, restrição de liberdade, mas também posso me colocar aqui como uma pessoa que está colaborando.", quando na verdade, essa colaboração é pró-forma, não é?





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A dor que nós nunca vamos representar aqui com nenhuma palavra. Nenhum relatório vai ser suficiente para a gente falar que a gente, com essa atitude, vai conter a dor que aquele povo, aquelas pessoas passaram. Mas cabe à gente aqui, às autoridades constituídas que isso possa se resolver de uma vez por todas, através da legislação, através da confrontação da verdade.

Nós aqui não encharcamos nossas mãos; nós fizemos o contrário: nós juntamos nossas mãos para produzir esse trabalho que se concretiza com o relatório, que eu quero homenagear, sobretudo, do Senador Carlos Viana. Nós não estamos alheios. Nós somos pessoas eleitas. E acham que construir um biombo e se esconder atrás dele pode nos ressaltar de responsabilidade. Não pode nos ressaltar. Não vai nos eximir.

E eu tenho certeza de que, em tragédias como essas, a população estará atenta se o Governo, em algum dos seus setores, tentar se omitir, diante de tudo que eventualmente possa acontecer no futuro. Eu digo que nós transformaremos esse passado, que queremos transformar num presente melhor, trazendo o passado novamente para a responsabilidade pública. Eu vi muitas pessoas dizendo assim, "Olha, vamos reestruturar o órgão governamental.". Vamos ver, vamos ver, porque o fato de constatar quadro restrito, falta de ações devidas não isenta a responsabilidade que as pessoas não tiveram para com essa tragédia e a tragédia em Mariana.

Eu quero destacar mais uma vez aqui, Senador Kajuru, Senadora Selma, Senador Randolfe, Senador Otto, Senador Fagundes, Senador Jaques Wagner, que estiveram conosco aqui e depois foram presidir outras Comissões. O empenho de todos nos fez chegar até aqui. E, chegando até aqui, eu quero também agradecer à Consultoria Legislativa, à secretaria das Comissões o apoio que deram ao trabalho desta CPI.

Por fim, eu agradeço a todos e digo que aqui não há sacrifício. Há a parte das mais singelas de doação, que é dever. Eu não consigo entender quando as pessoas agradecem, "muito obrigado". Isto aqui é dever. Nós fomos escolhidos para isso, recebemos para isso e temos que dar demonstração de que somos capazes e de que não haverá complacência, indisciplina, negligência para cumprir o dever.

Eu queria depois citar nominalmente. Eu sou ótima para número e péssima para nome. Eu já contei que chamei meu filho, durante seis meses, de Rafael, e ele se chamava Gabriel. Quando a minha mãe chamava, ele ria. Quando eu chamava, ele... Aí eu falei: "Mãe, esse menino não me conhece.". Ela falou: "Não, ele se chama Gabriel, você o chama de Rafael...". Eu não quero errar. *(Risos.)*

*(Intervenção fora do microfone.)*

**A SRA. PRESIDENTE** (Rose de Freitas. PODEMOS - ES) – Ao Kajuru, então, eu tenho que pedir perdão, porque eu o chamei de Jaburu umas trezentas vezes. *(Risos.)*



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Então, perdoem-me as falhas, perdoem-me muitos momentos também de irritação. Eu queria pedir, se os senhores concordarem, porque isso eu quero levar no meu coração, que nós possamos ficar um minuto de pé em homenagem póstuma às pessoas pelas quais trabalhamos.

Quero que Deus esteja conosco nesse momento de silêncio!

*(Faz-se um minuto de silêncio.)*

**A SRA. PRESIDENTE** (Rose de Freitas. PODEMOS - ES) – Muito obrigada.

Que Deus esteja com os familiares e todos aqueles que conviveram com esse episódio tão trágico!

Eu concedo a palavra, agora, ao nosso Relator, Senador Carlos Viana.

**O SR. CARLOS VIANA** (PSD - MG. Para proferir relatório.) – Meu boa-tarde a todas e a todos os presentes.

Quero agradecer à Senadora Rose de Freitas pelas palavras, pelo companheirismo; agradecer a todos os Senadores, que caminharam conosco de uma maneira muito firme: Senador Kajuru, Senadora Selma, sempre uma grande conselheira, Senador Randolfe, nosso muito obrigado também pela caminhada e pela confiança.

Gostaria de fazer algumas citações nominais aqui antes da leitura do resumo do relatório.

Aliás, quero até fazer o pedido para que nós dispensássemos a leitura principal, Sra. Presidente, visto que, como são 330 páginas, e nós ficaríamos até muito tarde. Mas, se V. Exas...

**A SRA. PRESIDENTE** (Rose de Freitas. PODEMOS - ES) – Pode consultar os demais se todos estão de acordo.

**O SR. CARLOS VIANA** (PSD - MG) – Se os Senadores concordarem, como todos já receberam uma cópia antecipadamente, leríamos um resumo bem explícito das investigações. *(Pausa.)*

Quero agradecer aqui a Consultoria Legislativa do Senado Federal, ao Bruno Mattos, ao Fernando Lyrio, o Gustavo Cerqueira, o Luiz Bustamante, ao Tiago Odon. Muito agradecido a vocês pela experiência e por terem trazido às reuniões todo um esforço para que nós pudéssemos alcançar esse resultado.

Eu preciso agradecer também ao Ministério Público Federal, ao Procurador da República José Adércio Leite Sampaio, grande colaborador, desde as questões de Mariana até aqui as de Brumadinho, um conselheiro e um dos Procuradores que, hoje, eu considero um dos principais e mais capazes da nossa Procuradoria da República.







## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero agradecer também ao Procurador Helder Magno da Silva, que nos prestigiou em vários momentos com as decisões e com o acompanhamento das provas para a investigação.

Quero agradecer ao Ministério Público de Minas Gerais, ao Procurador-Geral de Justiça de Minas, Antônio Sérgio Tonet, que abriu as portas e não mediu esforços para que nós pudéssemos ter acesso e caminha com as conclusões do Ministério Público em Minas.

Quero também dar os meus parabéns e o meu agradecimento à Promotora Andressa Lanchotti, Coordenadora da força-tarefa, hoje, uma das Procuradoras com o conhecimento mais profundo nas investigações sobre barragens e uma voz, inclusive, na questão da prevenção para que novos desastres e crimes não aconteçam, especialmente no território de Minas Gerais.

Quero agradecer à Polícia Federal, ao Delegado Paulo Teixeira de Souza Oliveira e ao Agente David Queiroz Nobre, que estiveram à nossa disposição e nos acompanharam em todos os momentos e, com o conhecimento que têm da área investigativa, puderam nos chamar a atenção sobre os pontos importantes das provas que nós conseguimos especialmente dos depoimentos que nós tivemos aqui.

Preciso também agradecer ao Tribunal de Contas da União, Sra. Presidente, em especial ao Secretário Uriel de Almeida Papa, um dos grandes conhecedores da Administração Federal, que nos trouxe aqui uma série de sugestões, especialmente com relação hoje à Agência Nacional de Mineração e à fragilidade que nós temos na questão, inclusive, de processos possíveis de corrupção no âmbito da mineração, em nosso Brasil. O Tribunal de Contas fez um trabalho excepcional e quero lhe agradecer porque é parte importante do nosso relatório.

Agradeço à Agência Nacional de Mineração, na pessoa do Engenheiro Guilherme Gomes, que também esteve à disposição desta CPI, acompanhando, trazendo informações, e nos elucidando uma série de pontos e questionamentos sobre os relatórios técnicos. Como não é nossa área, Senador Kajuru, os engenheiros e técnicos todos foram muito importantes para que a gente pudesse entender exatamente em qual terreno nós estávamos pisando.

E da Secretaria da CPI de Brumadinho, ao Reinilson Prado e ao Diogo Peixoto nosso agradecimento pela paciência, pela tranquilidade.

Dando sequência aqui, eu vou ler um resumo do relatório com os principais pontos que nós temos. Os senhores já devem ter percebido – até podemos ter acrescentado aqui – que são 398 páginas do relatório que está à disposição de todos vocês. Aqui estão elencados, até o momento, dentro do lapso que nós investigamos de tempo, todos os detalhes que foram trazidos a esta CPI pelos depoentes e também nas 10 mil páginas de provas compartilhadas, que nós verificamos uma por uma. Não foi um trabalho fácil, mas um trabalho feito com muita dedicação.

Senado Federal. Comissão Parlamentar de Inquérito. CPI de Brumadinho e outras barragens.





## SENADO FEDERAL

### Secretaria-Geral da Mesa

#### Relatório.

A Comissão Parlamentar de Inquérito, a CPI de Brumadinho e outras Barragens iniciou os trabalhos em 12 de março de 2019, com duração ajustada para 120 dias. Nesse período, foram realizadas 14 reuniões, sendo a primeira para instalação e eleição da Presidente, Vice-Presidente e Relator, e a segunda para a aprovação do Plano de Trabalho dos Requerimentos Iniciais.

As 12 reuniões seguintes foram destinadas às oitivas dos investigados e convidados. Ao todo, foram aprovados 62 requerimentos, a maioria tratando da convocação de testemunhas ou convites. Como resultado dos requerimentos de compartilhamento de provas, foram recebidas mais de 15 mil páginas. Peço aqui a gentileza de corrigirem. Foram 15 mil páginas de inquéritos policiais e ações civis públicas, além de centenas de horas de filmagens das câmeras de segurança da Barragem B1. Todos esses elementos foram considerados na elaboração do relatório, cuja estrutura e conteúdo são detalhados a seguir.

De início, são mostrados os inúmeros impactos e desdobramentos da tragédia nesses pouco mais de cinco meses de buscas, investigações e ações do Poder Público. Um paralelo é traçado entre as tragédias de Mariana e Brumadinho, separadas por pouco mais de três anos. As semelhanças entre as duas tragédias nos permitem concluir que importantes lições não foram apreendidas, tendo como resultado a ocorrência de uma segunda tragédia ainda pior em termos de perdas humanas.

As diretrizes estabelecidas no requerimento de criação da CPI são detalhadas, destacando o papel investigativo que visa a apuração das causas da tragédia e a identificação das responsabilidades e o papel legislativo que visa apresentar novos projetos de lei que aperfeiçoem o ambiente regulatório e a fiscalização do setor de mineração de forma a evitar novas tragédias.

Sabendo tratar-se de um tema complexo, cuja análise requer familiaridade com os termos técnicos mais utilizados, foi incluída uma descrição de como funcionam a extração de minérios e as barragens de rejeitos. Aqui encerramos o capítulo da introdução.

#### 2. Audiências da CPI

Conforme descrito no plano de trabalho, as audiências da CPI foram divididas em duas partes: investigação e propostas. Entre uma e outra, foram ouvidos os representantes do Ministério Público, que apresentaram as suas considerações sobre as investigações conduzidas pelas duas forças-tarefas ainda em andamento.

Buscando identificar as causas e apontar responsabilidades, as oitivas de investigação se concentraram nos funcionários da Vale com papel ativo na tragédia, desde a Presidência da empresa até as áreas operacionais. Além de 13 funcionários da Vale, foram ouvidos os funcionários das empresas de auditoria TÜV SÜD e Tractebel.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Saltou aos olhos a estratégia harmonizada de defesa adotada pelos depoentes da Vale, cujos advogados foram pagos pela empresa, com exceção do Sr. Felipe Rocha. Assim, a maior parte dos depoentes argumentou que não havia risco iminente e que, portanto, nada havia a ser feito. Mesmo quando confrontados com as falhas e alertas identificadas na barragem, principalmente a partir de junho de 2018, os depoentes insistiram nessa posição. A alta direção da empresa tentou convencer os Senadores de que não tinha acesso às informações de segurança das barragens, no que foram desmentidos por meio de provas compartilhadas, bem como por contradições entre os depoimentos prestados a esta CPI.

As audiências de propostas trouxeram dos especialistas novas visões sobre como manejar e reaproveitar os rejeitos da mineração sem a necessidade de recorrer a barragens.

O Tribunal de Contas da União apontou as fragilidades no modelo de fiscalização e da estrutura da Agência Nacional de Mineração.

### 3. Provas compartilhadas

Por força de requerimentos aprovados, a CPI recebeu um conjunto de provas compartilhadas do Ministério Público de Minas Gerais e do Ministério Público Federal. Entre elas, destaca-se a ação civil pública promovida pelo Ministério Público de Minas, com mais de 10 mil páginas, contendo diversos documentos importantes para a análise dos fatos, como os debates do painel de especialistas, o Piesem, e as revisões periódicas de segurança de barragens produzidas pelas auditorias.

Destaca-se também o Inquérito Policial nº 062, de 2019, conduzido pela Polícia Federal, que tomou os depoimentos de todas as pessoas físicas citadas pela CPI, além de outras. O inquérito também traz a análise dos elementos encontrados em operações de busca e apreensão, revelando-se fundamental para a compreensão do contexto e do papel dos envolvidos.

Aqui, digo aos Srs. Senadores que todo e qualquer material que nós produzimos e estamos colocando para a aprovação dos senhores foram retirados das provas compartilhadas, especialmente do inquérito da Polícia Federal, que é muito completo. É um inquérito muito bem feito, profissional, que mostra claramente a capacidade da nossa PF em fazer investigações do cunho e do tamanho dos crimes de Brumadinho.

Os elementos de prova analisados apontaram para uma linha de investigação que, sinteticamente, levou aqui a quatro conclusões. Eu começo a ler, então, as quatro conclusões que nos levaram a entender o que aconteceu na barragem do Córrego do Feijão: um, a Barragem B1 foi construída e alteada com deficiências de projeto, de execução e de documentação, especialmente em relação ao sistema de drenagem. Dois, no intervalo de um ano antes da tragédia, foram detectados diversos sinais de que havia riscos sérios à estabilidade da barragem, os quais não foram devidamente avaliados. Três, os laudos de segurança emitidos por empresas de auditoria contrariaram as recomendações do painel de especialistas Piesem e padrões internacionalmente aceitos; a produção, análise e revisão dos laudos sofreu





## SENADO FEDERAL

### Secretaria-Geral da Mesa

interferências indevidas entre auditor e auditado. Quatro, a gerência e a alta gestão da Vale estavam cientes dos riscos da Barragem B1 e das medidas que seriam necessárias para aumentar a segurança.

Aqui vou detalhar cada um desses quatro pontos.

Construção e alteamentos: falhas e omissões.

O relatório detalha, utilizando provas documentais, os seguintes argumentos: a barragem foi construída em 1976, sofreu dez alteamentos pelo método a montante. Em junho de 2018, na revisão periódica de segurança, nem a Vale, nem a auditoria contratada encontraram a documentação de todas as obras de alteamento realizadas ao longo desse período. A documentação existente é descrita como confusa, não confiável e repleta de divergências. Os auditores relatam desconhecimento das características geotécnicas da barragem e dos resultados dos ensaios geotécnicos realizados. Um consultor contratado pela Vale, em sua primeira visita à barragem, fez duas escavações simples, de onde surge água em profusão, demonstrando que o sistema de drenagem era insuficiente ou não tinha a manutenção adequada.

Barragem 1: eventos e alertas.

O relatório detalha, utilizando provas documentais, os seguintes argumentos: na instalação do 15º dreno horizontal profundo, em junho de 2018, a barragem sofreu um grave evento de fraturamento hidráulico, que foi reportado à ANM com menor grau de risco do que constava no relatório interno da Vale. Como consequência do problema, a instalação dos DHPs foi interrompida. Porém, a alternativa necessária à diminuição do nível da água na barragem, o chamado lençol freático, que seria a execução de poços de rebaixamento, não foi realizada. O evento dos DHPs deveria ter acendido um alerta sobre a situação da Barragem B1, trazendo prioridade às obras de redução do nível de água, que acabaram levando ao rompimento da barragem.

No rompimento, as imagens de vídeo mostram um forte fluxo dessa água surgindo do mesmo ponto onde ocorreu o fraturamento hidráulico do DHP 15. Tal fato é demonstrado com os desenhos de execução e as imagens das câmeras. Em mais de um momento, o radar interferométrico detectou anomalias na Barragem B1. Particularmente, a partir de dezembro de 2018, foi detectada uma deformação positiva, gradual e constante na barragem. Uma troca de *e-mails* entre funcionários da Vale e de empresas terceirizadas, constante no relatório, mostra que mesmo a Barragem B1 estando na zona de atenção, nenhuma leitura dos piezômetros havia sido feita em janeiro de 2019 até a data de rompimento da barragem.

Os piezômetros são importantes instrumentos para avaliar o nível de água na barragem, uma das causas do fenômeno da liquefação que provavelmente deu origem ao rompimento da barragem. E cabe a um laudo técnico específico, que será disponibilizado ao Ministério Público e à força-tarefa a





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

confirmação. Dois dias antes da tragédia, vários funcionários detectaram problemas de leitura dos equipamentos sem que nenhuma ação efetiva tivesse sido tomada.

Declarações de estabilidade e as relações perigosas.

O relatório detalha, utilizando provas documentais, os seguintes argumentos: uma troca de *e-mails* constante no relatório demonstra que a funcionária da Vale Cristina Malheiros tinha acesso aos relatórios de auditoria e promovia alterações no conteúdo antes que fossem formalmente apresentados à Vale e à Agência Nacional de Mineração, contrariando a separação entre auditor e auditado e o bom senso.

O próprio Diretor-Executivo da Vale, Sr. Gerd Poppinga, apontou que estava sendo investigado um conflito de interesse entre a TÜV SÜD e a Vale. Além do contrato de auditoria, a TÜV SÜD possuía um contrato para fazer os projetos "AS IS", descritos como técnica de como uma obra foi efetivamente executada; um contrato de automação dos piezômetros mais um contrato para o projeto de remineração da Barragem B1.

Rebatendo um argumento utilizado pela Vale de que o fator de segurança mínima utilizado para a barragem B1 – 1,9 – seria aceitável, o relatório apresenta as conclusões do painel dos especialistas do Piesem mostrando que o número mínimo adotado pelos especialistas era 1,3. Além disso, o relatório mostra que essas conclusões foram disseminadas e debatidas dentro da própria empresa exaustivamente.

Gerência e direção: quem sabia e quem deveria saber.

O relatório detalha, utilizando provas documentais, os seguintes argumentos: houve troca de *e-mails* iniciada pela Gerente Marilene Lopes e enviada a vários gerentes e diretores da Vale, em que a mensagem inicial destaca a necessidade de mais investigação e monitoramento na Barragem B1, além de apontar medidas complementares para reduzir o risco atual. Em menos de dois dias úteis, a mensagem circula entre diretorias e gerências, tanto na área responsável pelos riscos corporativos quanto na área operacional.

O relatório mostra as anotações de Alexandre Campanha, Gerente-Executivo de Governança de Geotecnia Corporativa da Vale, colhidas em operação de busca e apreensão, quando este discute, no painel de especialistas, os riscos da Barragem B1. Alexandre Campanha anota, à mão: fazer um bom planejamento para a B1, tomar cuidado.

Uma mensagem eletrônica mostrada no relatório prova que, na manhã da tragédia, o Subcomitê de Riscos Operacionais da Vale se reuniu para discutir, entre outros tópicos, a visão detalhada dos controles e planos de ação dos riscos das barragens de ferrosos e carvão, apresentada pelo funcionário da Vale Alexandre Campanha.

Recomendações sobre regulação e fiscalização de barragens.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

### É o Capítulo 4.

Restou claro para esta CPI que nenhuma nova legislação de segurança de barragens cumprirá seus objetivos sem que a Agência Nacional de Mineração seja fortalecida. A agência, que começou a operar em dezembro de 2018, herdou as atribuições do Departamento Nacional de Pesquisa Mineral, além de novos papéis atribuídos na sua criação; herdou também a combalida estrutura daquele órgão, com um quadro de pessoal insuficiente e carente de capacitação, estrutura administrativa e tecnológica deficitária, um orçamento anualmente desidratado pelos sucessivos contingenciamentos. Nem mesmo a previsão legal de orçamento vinculado a um percentual da Cfem, que é a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais, foi capaz de garantir à ANM os recursos necessários à estruturação.

Esta interpretação é corroborada pelo Tribunal de Contas da União nas diversas auditorias, particularmente aquelas realizadas de 2016 em diante, quando, já sob o efeito da tragédia de Mariana, ficou patente a necessidade de criar uma melhor estrutura de fiscalização na mineração em nosso País. O Tribunal de Contas da União identificou um grave déficit organizacional na ANM, com potencial de risco de novos desastres. Essa conclusão foi sintetizada em quatro elementos: limitações orçamentárias e financeiras, quadro técnico deficitário, insuficiente capacitação do corpo técnico e altíssima exposição à fraude e corrupção.

Considerando que a estrutura da ANM é de competência do Poder Executivo, esta CPI apresenta, na forma de recomendações, as seguintes considerações, todas as derivadas de trabalho de auditorias conduzidas pelo TCU e que nós abraçamos e tivemos a oportunidade de acompanhar.

Recomenda o Tribunal de Contas da União: elaboração de código de ética e de conduta prevendo o termo de compromisso ético ao assumir cargos; regulamento de auditoria interna; gestão corporativa de riscos e processos de gestão de riscos; controles para mitigação do risco de fraude e corrupção; obrigatoriedade de manifestação em caso de nepotismo ou conflito de interesse por parte de colaboradores e gestores; processo para análise rotineira e tempestiva dos documentos recebidos dos empreendedores; processos para a rotina de fiscalizações *in loco*, fluxo de informações e instrumentos de coerção; metas e indicadores de qualidade nas fiscalizações promovidas pelas superintendências regionais; obrigatoriedade de instrumentos de medição automática nas barragens; sistema informatizado com a emissão de alertas automáticos em caso de situação de risco.

Por fim, o relatório traz duas importantes considerações para a atuação eficaz da ANM, a primeira é a criação de um modelo que retira o vínculo econômico direto entre a empresa auditada e a empresa auditora. A sugestão acolhida nos projetos de lei apresentados pela CPI é que a ANM faça um cadastro de pessoas e empresas aptas a conduzir os processos de auditoria. A escolha da empresa em cada ciclo seria feita por sorteio entre as credenciadas. Os custos continuariam a ser pagos pela empresa auditada, mas na forma de uma taxa de fiscalização e auditoria recolhida pela ANM, isso evitaria situações como aconteceu entre a TÜV SÜD e a Vale, de flagrante conflito de interesse.







## SENADO FEDERAL

### Secretaria-Geral da Mesa

A segunda consideração é sobre a necessidade de prover a AMM de recursos humanos adequados e de um plano de capacitação abrangente para rapidamente aumentar a quantidade e a qualidade do corpo técnico, sem o qual nenhuma das ações previstas poderia ser executada. Isso passa obrigatoriamente por um orçamento adequado ao momento de estruturação da agência.

#### 5. Indiciamentos

Dentro do compromisso assumido por esta CPI de avançar na identificação das causas e dos responsáveis pelo desastre, o relatório apresenta as conclusões obtidas por meio das oitivas e as provas compartilhadas.

A análise das implicações penais se inicia discutindo o enquadramento de omissão ou de não fazer o que deveria ser feito. A partir disso, duas hipóteses gerais são apresentadas: o risco moral e o defeito de organização.

O risco moral ocorre quando o comportamento da pessoa em resposta a uma mudança de situação tende a aumentar a probabilidade de dano. A hipótese é a de que a desativação da Barragem B1 a partir de 2016 tem aumentado a tolerância ao risco de seus operadores com contenção de custos e dada a tendência natural do fator segurança de aumentar com o tempo.

A hipótese de defeito de organização da Vale se refere à falta de incentivos a diretores gerentes e funcionários para que privilegiassem o controle do risco e o cumprimento da lei. Um sistema de governança e *compliance* falhos teve papel relevante para o desenrolar da causalidade que levou ao rompimento da barragem.

A partir desse ponto, outro elemento central é analisado: as diversas representações visuais dos riscos e sua categorização em riscos toleráveis, riscos a serem reduzidos e riscos inaceitáveis. A forma de obtenção e interpretação do fator de segurança de uma barragem é também discutida. O objetivo é identificar em que momentos a Vale aceitou riscos inaceitáveis. As incertezas derivadas da falta de informação sobre a real condição da barragem e os riscos provenientes desse comportamento também são avaliados.

Aprofundando a análise, a questão do risco iminente, muitas vezes invocada pelos funcionários e gerentes da Vale, é debatida, refutando a tese de que isso os isentaria da responsabilidade pela segurança da barragem.

Avançando na tipificação penal das condutas, uma vez identificado o defeito de organização e a existência de um ciclo vicioso organizacional, que levava à assunção de riscos inaceitáveis, conclui-se que os envolvidos são coautores numa cadeia normativa de imperícia, imprudência e negligência, fundamentando a autoria do delito culposos.





## SENADO FEDERAL

### Secretaria-Geral da Mesa

Em seguida, o relatório lista uma série de ações que a Vale, seus funcionários e contratados poderiam e deveriam ter promovido, mas não o fizeram: a instalação dos piezômetros multiníveis; construção da berma de reforço; construção dos poços de rebaixamento; remineração dos rejeitos; evitação de gatilhos (detonações, tráfego de caminhões, etc.); medição dos piezômetros com mais frequência; idas a campo e leitura manual na ausência de leitura automatizada; não desativação em massa de piezômetros para automação; consideração da leitura do radar interferométrico; consideração do período chuvoso com índice pluviométrico acima da média histórica; acionamento do plano de emergência (PAEBM) e evacuação; investimento em sistema eficaz de sirenes; retirada da estrutura administrativa da empresa do local; adoção de uma curva de tolerância ao risco; prevenção contra o conflito de interesses.

O relatório explana as razões pelas quais foram descartadas as outras possibilidades de enquadramento penal, explicando também os casos em que não foram encontradas provas suficientes.

Os elementos probatórios colhidos pela CPI apontam para o crime omissivo, impróprio, culposo do art. 13, §2º, do Código Penal. Tal imputação diz respeito a crimes em que é preciso que o agente, pessoa física, possua o dever de agir, para evitar o resultado.

A posição de garantidor se encontra diluída na estrutura e organização da empresa.

Qualquer gestor, qualquer funcionário, conforme a Diretoria da empresa, poderia ter dado início ao plano de emergência, e todos eles dispunham de informação para interromper o curso causal que levaria à tragédia.

Não foram encontrados elementos suficientes para a caracterização do dolo eventual.

O dolo eventual não se contenta apenas com a assunção do risco, mas exige, ainda, o elemento volitivo expresso no consentimento do agente quanto ao resultado produzido, conforme a sua representação subjetiva, dentro das últimas decisões, inclusive, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Com essas considerações, são sugeridos os seguintes indiciamentos: a empresa Vale é indiciada nos termos da Lei nº 9.605, de 1998, a Lei de Crimes Ambientais, por crimes culposos de destruição de flora de preservação permanente e de Mata Atlântica e de poluição que provoca a mortandade de fauna e flora, com inviabilização de área para ocupação humana, combinados com a responsabilidade penal da pessoa jurídica.

Segunda pessoa jurídica a ser indiciada por sugestão desta CPI: TÜV SÜD Bureau de Projetos e Consultoria Ltda. e TÜV SÜD Laboratório de Análise de Produtos Eirele. São indiciadas nos termos da Lei nº 9.605, de 1998, Lei de Crimes Ambientais, por crimes culposos de destruição de flora de preservação permanente e de Mata Atlântica e de poluição que provoca a mortandade de fauna e flora,





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com inviabilização de área para ocupação humana, combinados com a responsabilidade penal da pessoa jurídica.

No que tange às pessoas físicas, foi sugerido o indiciamento dos seguintes nomes, a partir dos tipos penais abaixo elencados: homicídio culposo e lesão corporal culposa, do Código Penal; crimes culposos de destruição de flora de preservação permanente de Mata Atlântica e de poluição culposa que provoca mortandade da fauna e da flora, com inviabilização da área para ocupação humana, todos na Lei 9.605, de 1998. Os funcionários da Vale, por sugestão desta CPI, deverão ser iniciados no crime ambiental e também no homicídio culposo: Sr. Fábio Schvartsman, ex-Presidente da empresa; Gerd Peter Poppinga, Diretor de Ferrosos; Luciano Siani Pires; Lúcio Flávio Gallon Cavalli; Silma Magalhães Silva; Alexandre de Paula Campanha; Rodrigo Artur Gomes de Melo; Joaquim Pedro de Toledo; Renzo Albieri Guimarães Carvalho; Marilene Christina Oliveira Lopes de Assis Araújo; César Augusto Paulino Grandchamp; Cristina Heloiza da Silva Malheiros. Funcionários da TÜV SÜD que também responderão nos crimes de meio ambiente e homicídio culposo: Makoto Namba e André Yassuda.

## 6. Projetos de lei

Dos projetos de lei apresentados e sugeridos para o Parlamento. O principal foco dos projetos de lei apresentados, em coerência com os objetivos de criação da CPI, foi a segurança de barragens de rejeitos. Não se poderia, porém, deixar de endereçar questões como os crimes ambientais e a promoção de uma melhor estrutura tributária no setor, reconhecendo a importância desses aspectos no atingimento dos objetivos da Comissão.

O relatório apresenta um projeto de lei para cada uma das três áreas. Eram 12 projetos que nós dividimos em três principais em cada uma dessas áreas: segurança de barragem mineração, tributação da mineração, e crimes ambientais. Buscou-se a complementaridade e a compatibilização dos projetos com as demais iniciativas legislativas, particularmente em relação à Comissão Externa de Brumadinho e à CPI do Rompimento da Barragem de Brumadinho, ambas da Câmara dos Deputados. Para cada uma das três áreas, o relatório traz uma introdução ao tema, detalhando os fundamentos técnicos e as contribuições das audiências da CPI que levaram as propostas.

O projeto de lei de segurança de barragens é proposto na forma de lei autônoma por englobar uma série de comandos que somente cumprem o seu propósito quando analisados em conjunto.

A seguir, são mostrados, de forma resumida, os principais pontos dos projetos propostos. Segurança de barragens de rejeitos: proíbe novas barragens de rejeitos de mineração e rejeitos industriais; determina o descomissionamento no prazo máximo de dez anos das barragens de rejeitos em operação e no prazo máximo de cinco anos das barragens inativas; exige licenciamento ambiental para o projeto de descomissionamento; obriga a contratação de engenheiro de registros, de forma a manter a memória do projeto original e das alterações realizadas na barragem; proíbe construções da mineradora na zona de





## SENADO FEDERAL

### Secretaria-Geral da Mesa

autossalvamento – a ANM determinará o prazo para desativar aqueles já existentes; cria o direito à indenização do imóvel quando o proprietário ficar 30 ou mais dias afastado por risco de rompimento de barragem, a ANM criará um cadastro de profissionais e empresas de auditoria de barragens. As auditorias serão escolhidas por sorteio ou por critério independente e seus custos arcados pelo empreendedor por meio do pagamento de uma taxa. As mineradoras passam a pagar também a taxa de fiscalização de segurança de barragens de rejeitos para financiar as vistorias e fiscalizações. A ANM elaborará manual técnico a ser seguido pelas empresas de auditoria. O fator de segurança mínimo dependerá do dano potencial da barragem, mas nunca será inferior a 1,5; obriga a adoção de uma nova curva de riscos, categorizando riscos sociais e intoleráveis e riscos a serem reduzidos. Controladores membros da Diretoria e do Conselho de Administração das empresas que causaram rompimentos de barragens passam também a responder pelos crimes como pessoas físicas.

#### *Royalties* da mineração.

O projeto cria uma participação especial aplicada à receita líquida obtida na exploração de uma jazida com alíquota máxima de 40% em linha com o que já ocorre no modelo de *royalties* do setor petrolífero. Aqui nós estamos trazendo da política brasileira do marco do petróleo para a mineração uma proposta de um escalonamento na Cfem, que hoje está em 3,5%, e que, na nossa opinião, é subtributado, é insuficiente pelo estrago que a mineração gera e por ser uma riqueza finita. Nossa proposta é que seja criada uma participação especial. Quanto mais rica e produtiva for a jazida, maior será a contribuição ao Estado, chegando a 40% do lucro líquido.

A participação especial a ser aplicada nos casos de minas com grande volume ou de rentabilidade superior é estabelecida por decreto do Executivo. A participação especial evita inviabilizar a atividade do empreendedor, especialmente aqueles de porte médio ou pequeno que exploram minas menores ou de menor quantidade, ou menor qualidade e que, com isso, obtêm margens menores de lucro.

#### Crimes ambientais.

Os projetos tipificam dois novos crimes ambientais. Dar causa a desastre ecológico de grande proporção ou que produz estado de calamidade pública com as seguintes penas: se o crime for culposo, um a dois anos de detenção e multa; se o crime for doloso, dois a oito anos de reclusão e multa. Dar causa a rompimento de barragem com as seguintes penas: se o crime for culposo, um a três anos de detenção e multa; se o crime for doloso, dois a cinco anos de reclusão e multa. O projeto prevê ainda condições agravantes para situações de maior impacto econômico, social ou ambiental, com pena de três a oito anos de reclusão. Em ambos os tipos penais propostos, a previsão de aumento de 50% da pena se causar lesão corporal, o dobro da pena se resultar em morte. Aumenta a multa de crimes ambientais para R\$1 bilhão por multa.

#### 7. Conclusões e recomendações





## SENADO FEDERAL

### Secretaria-Geral da Mesa

Conforme demonstrado neste relatório, a CPI de Brumadinho, em prazo extremamente curto, logrou não apenas investigar as causas do rompimento da Barragem I da Mina Córrego do Feijão, como também identificar e sugerir o indiciamento dos responsáveis pelos crimes ali cometidos. O papel dos órgãos públicos foi debatido na CPI e diversas sugestões e recomendações emanaram desses trabalhos, seja do ponto de vista administrativo, seja do ponto de vista legislativo, a fim de evitar novas tragédias, o que nos permite concluir que o mandato recebido por este Colegiado foi cumprido com êxito.

Apesar disso, os trabalhos não se encerram. Há muito ainda a fazer, não apenas no caso específico de Brumadinho, mas também no quadro geral das barragens de rejeitos do Brasil. O mandato que esta CPI recebeu não se limita ao caso de Brumadinho e, por isso, as recomendações e proposições legislativas tratam de todas as barragens de rejeitos. A ideia não é apenas identificar o que aconteceu em Brumadinho e quem são os responsáveis, mas evitar que as barragens de rejeitos hoje existentes produzam novos desastres.

No caso do rompimento da Barragem I da Mina Córrego do Feijão, os trabalhos só estarão concluídos após o devido indiciamento, julgamento e punição dos culpados. Esta CPI, com a inestimável colaboração da força-tarefa que realiza as investigações referentes ao rompimento da barragem, certamente oferece, com este relatório, grande contribuição para que não se repita a situação de Mariana e também de Brumadinho. Lamentavelmente, decorridos mais de três anos do rompimento da barragem do Fundão, não há ainda o apontamento de sequer um responsável pelo maior desastre ambiental já ocorrido em solo brasileiro. Temos a convicção de que, com o nosso trabalho, o Senado Federal cumpriu a sua parte.

As evidências coletadas e analisadas pela CPI permitiram a conclusão pelo indiciamento de diversos cidadãos por homicídio culposo. No entanto, é importante ressaltar aqui que o aprofundamento das investigações em curso pela força-tarefa e o surgimento de novas provas podem implicar enquadramentos mais rigorosos, como homicídio por dolo eventual. É importante que todos os fatos sejam exaustivamente apurados a fim de que a sociedade brasileira, em particular aqueles afetados mais diretamente pela tragédia de Brumadinho, não enxergue, mais uma vez, a ausência de justiça diante da força do poder econômico.

Em relação à responsabilidade criminal, os elementos probatórios a que a CPI teve acesso (provas compartilhadas, decisões judiciais) e que produziu, nesses quatro meses de investigação parlamentar, confirmam as hipóteses de risco moral e defeito de organização. Ou seja, a desativação da Barragem B1 a partir de 2016, cujo efeito imediato seria elevar naturalmente o fator de segurança com o tempo, aumentou a tolerância ao risco dos funcionários da Vale, o que se traduziu em negligência operacional e contenção de custos para ações de evitação da liquefação. Além disso, a Vale não contava com um sistema de governança e *compliance* apto a coordenar os incentivos de diretores, gerentes e funcionários para o controle do risco e o cumprimento da lei, o que se mostrou relevante para o desenrolar da causalidade que levou ao rompimento da barragem.





## SENADO FEDERAL

### Secretaria-Geral da Mesa

Os elementos probatórios colhidos pela CPI apontam para crime omissivo impróprio culposo – art. 13, §2º, do Código Penal –, que se traduziu na criação de uma situação relevante de risco, que gerou um dever de agir, que foi ignorado, para impedir o resultado danoso. Na ausência da ação de evitação, a omissão se torna juridicamente relevante, e os responsáveis respondem pelos resultados, homicídio, lesão corporal e dano ambiental.

Várias ações poderiam e deveriam ter sido tomadas para evitar o resultado, mas não foram, como a construção da berma de reforço, a construção dos poços de rebaixamento, a evitação dos gatilhos, como as detonações, o acionamento do plano de emergência e a evacuação, retirada da estrutura administrativa da empresa do local, adoção pela empresa de uma curva de tolerância ao risco, etc.

Considerando que a estrutura corporativa da empresa e seu sistema de *inputs* e *outputs* envolvendo diretorias, gerências e operadores teve papel relevante no desenrolar dos eventos, esta CPI optou por atribuir a todas as pessoas físicas os mesmos crimes. Além disso, no crime culposo, é típica toda conduta que descumpra o dever objetivo de vigilância e cuidado. Assim, é autor todo aquele que, violando esse dever, dá causa ao resultado. Nesse sentido, esta CPI considerou todos coautores numa cadeia causal normativa de imperícia, imprudência e negligência.

A gravidade das condutas individuais varia, obviamente, dependendo da posição ocupada na empresa, poder de decisão, grau de autonomia e proximidade com os eventos ocorridos. O juiz, a quem caberá a decisão final, deve definir o montante de pena e multa no caso concreto, aumentando ou diminuindo para cada um, levando em conta essas circunstâncias.

Mas não foi apenas na identificação e sugestão de indiciamentos dos responsáveis que esta CPI trabalhou. No sentido de evitar novas tragédias como as ocorridas em Mariana e Brumadinho, a Comissão também oferece à sociedade brasileira a proposição de relevantes projetos de lei nas áreas de segurança de barragens de rejeitos de mineração, encargos e tributos do setor minerário e crimes ambientais. Ao contrário do que defenderam alguns representantes tanto do setor privado quanto do setor governamental durante as reuniões da CPI, há, sim, necessidade de maior regulação no setor minerário. O aparato legislativo que trata do tema revelou-se claramente insuficiente para coibir condutas criminosas como as praticadas pelos funcionários da Vale e evitar as tragédias por eles provocadas. E, mesmo após o desastre de Mariana, pouco mudou para reverter essa situação.

Aqui no Parlamento, os trabalhos apenas se iniciam. Todos conhecemos as dificuldades para a tramitação de uma proposição no Congresso Nacional até que se transforme em lei. Naturalmente, num tema como esse, que mobiliza poderosos interesses, as dificuldades serão ainda maiores. Será necessário um longo trabalho não apenas dos Parlamentares, mas de toda a sociedade brasileira, comprometida em que não se repitam os erros do passado. De nossa parte, Srs. Senadores, o Senado Federal estará empenhado em fazer com que essa tramitação seja tão célere quanto demanda a gravidade do cenário em que estamos.







## SENADO FEDERAL

### Secretaria-Geral da Mesa

É importante, ainda, mencionar as diversas iniciativas legislativas que já tramitam no Congresso Nacional e que visam suprir as lacunas que permitiram a repetição de rompimentos de barragens de rejeitos. Esta CPI listou todas essas proposições no Anexo II, e cada uma delas constitui contribuição do Congresso Nacional para o qual esta CPI gostaria de prestar o justo reconhecimento. Destacamos, em particular, o conjunto de proposições produzidas no âmbito da Comissão Externa Desastre de Brumadinho, criada na Câmara dos Deputados. Esta CPI se inspirou em uma dessas proposições para sugerir modificações à Lei de Crimes Ambientais.

O extenso conjunto de proposições tratando da mineração ora em tramitação no Congresso Nacional, a despeito de suas qualidades, peca pela fragmentação e dispersão no tratamento de temas relacionados. É nesse sentido que entendemos que o tratamento de questão tão complexa como a mineração requer uma visão legislativa mais integrada, razão pela qual sugerimos um grande esforço legislativo para reunir todos os projetos em tramitação no Congresso Nacional como base para a elaboração de um novo Código de Mineração. Essa é uma tarefa à qual o Congresso não poderá se furtar.

Finalmente, na esfera administrativa, os trabalhos da CPI evidenciaram deficiências crônicas do DNPM e de sua sucessora, a Agência Nacional de Mineração, incumbida de regular, monitorar e fiscalizar as atividades minerárias. Por se tratar de atividades da competência exclusiva do Poder Executivo, as soluções extrapolam os limites da iniciativa legislativa do Congresso Nacional. Contudo, permitimo-nos apresentar recomendações que nos pareceram imprescindíveis a partir de tudo que ouvimos, vimos e lemos no período de duração desta CPI.

Embora este Colegiado tenha dedicado seus esforços para aprimorar a legislação referente às barragens de rejeitos, não podemos deixar de nos preocupar, como Parlamentares e cidadãos, com a segurança das barragens em geral. Em que pese ao empenho da Agência Nacional de Águas (ANA), o fato é que, passados quase dez anos da instituição da Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), 42% das barragens não têm outorga formal, e em 76% dos casos o Poder Público sequer sabe se a barragem está ou não submetida à Política Nacional de Segurança de Barragens. Então, Senadora Leila, nós temos aqui 76% das barragens brasileiras absolutamente desconhecidas do Poder Público em nosso País.

Esses dados estarrecedores comprovam a limitação do sistema autodeclaratório atualmente adotado para o cadastramento de barragens. Diante do quadro exposto, sugerimos que, sob a organização do Ministério do Desenvolvimento Regional, se constitua um grupo de trabalho com a participação dos órgãos fiscalizadores de barragens, para a regularização de todas as barragens no Brasil. Esse trabalho poderia, inclusive, fazer uso de imagens de sensoriamento por satélite providas por órgãos como o Instituto de Pesquisas Espaciais.

Por fim, no intuito de assegurar a continuidade das ações, esta CPI recomenda o encaminhamento do relatório à Polícia Federal, à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, ao Ministério Público da União,



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais, ao Governador de Estado de Minas Gerais, ao Ministério das Minas e Energia e também ao Ministério do Meio Ambiente.

Esse é, Sra. Presidente, o resumo do relatório, das 389 páginas, e os pontos principais.

**O SR. JORGE KAJURU** (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Pela ordem.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Para discutir, Presidente.

**A SRA. PRESIDENTE** (Rose de Freitas. PODEMOS - ES) – Pela ordem, inicialmente. Logo após a palavra do Senador Kajuru, vamos discutir o relatório.

**O SR. JORGE KAJURU** (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. Pela ordem.) – Bem, Sra. Presidente Rose, respeitosos companheiros desta CPI e companheira Juíza Selma, Pátria amada, lamento... Antes, reconheço e propago a perspicácia do metódico trabalho do Relator Carlos Viana, que eu tanto vi, em tantos dias nesta Casa, ficar trabalhando até 11h ou meia-noite por esta CPI. Então, é insofismável o trabalho feito e o relatório feito.

Há um ponto – daí o meu voto em separado que apresento aqui agora – com o qual não posso concordar. Eu não posso concordar com que esta CPI conclua os seus trabalhos e não aponte nenhum homicídio doloso – não culposo, mas doloso –, porque sonho em ver muita gente da assassina Vale na cadeia por esse crime ambiental e por 300 vidas humanas perdidas.

O relatório é composto de sete partes após a introdução do tema. Sua primeira parte narra com maestria, Senador Viana, todas as audiências públicas realizadas nesta CPI. Participei de todas, sem faltar a nenhuma.

Segunda parte...

Após, a terceira parte trata das provas, compartilhadas, demonstrando que o relatório não está embasado apenas nas provas que foram produzidas nesta CPI, mas também nas investigações e análises da força-tarefa em Minas Gerais.

Na quinta parte, descreve a questão da fiscalização das barragens, efetuando recomendações e sugestões de indiciamento.

Como a presente CPI também é propositiva, a sexta parte é destinada às proposições que, caso aprovado o seu relatório, tramitarão como projetos de autoria desta CPI.

A sétima parte é destinada a conclusões.

Além dessas partes, há três anexos de outros trabalhos entendidos relevantes pelo Relator Carlos Viana.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Abre-se, então, neste momento, a oportunidade para que os demais Senadores e Senadora possam apreciar o relatório apresentado, seja para concordar ou para discordar, total ou parcialmente – no meu caso, é apenas um ponto. Tomo a liberdade de propor uma conclusão diferente em relação a algo que considero fundamental. As sugestões de indiciamento. Concordamos com o Relator no sentido de que a omissão é fato juridicamente relevante, Juíza Selma. Existente o dever de agir – o que era o caso –, à omissão haverá sanção correspondente, a teor do artigo de 13º, §2º, do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, que o Senador Randolfe certamente conhece, tal como muito bem descrito aqui pelo Relator, aliás.

Surgem, então, porém, três indagações: primeira, além da omissão houve ação positiva, ato comissivo para a prática do crime? Segunda, estaríamos diante de crime culposo ou de crime praticado com dolo eventual? Terceira, além dos crimes apontados pelo Relator, a conduta dos agentes está tipificada em outros dispositivos penais?

Vamos analisar os fatos de maneira técnica. Por ocasião das várias audiências da CPI, restaram incontestados alguns fatos, relativos, Senador Anastasia, ao comportamento de determinados agentes. Veremos se esses fatos ocorreram mediante ações, bem como se essas ações são penalmente relevantes, Senador Jaques Wagner.

Atos comissivos e atos omissivos.

Logo depois do rompimento da Barragem nº 1 da Mina Córrego do Feijão (B1), a prisão cautelar, Senadora Leila Barros, de executivos e engenheiros da Vale e TÜV SÜD causou grande repercussão na imprensa. Levantou-se que o Sr. Alexandre Campanha, Gerente-Executivo de Geotecnia Operacional da Vale, teria feito pressão para que os engenheiros da TÜV SÜD, Srs. Makoto Namba e André Yassuda, assinassem um laudo concluindo pela estabilidade da barragem. A TÜV SÜD foi a empresa contratada pela Vale em substituição, Presidente Rose, à empresa Tractebel, que havia se recusado a assinar o laudo pela estabilidade da B1.

Não é necessário, neste momento, avaliar ou concluir se o ato praticado pelo Sr. Alexandre Campanha pode ser qualificado como pressão para que os laudos concluíssem pela estabilidade da barragem. Vamos, então, concluir, tratando apenas do que é incontroverso neste meu voto em separado.

É fato incontroverso que a empresa Tractebel foi substituída pela TÜV SÜD, tal como narrado pela Engenheira Ana Lúcia Yoda a respeito da conversa com o gestor do contrato, Sr. Washington Pirete, da empresa Vale, Senador Viana, aspas, ele falou assim: "Bom, por essa divergência de critério, então, entendo que talvez a TÜV devesse continuar com as análises", fecha aspas. Houve, então, confissão do Sr. Alexandre Campanha quanto à existência de contato direto com os engenheiros da TÜV SÜD, conforme depoimento prestado esta CPI, aspas: "Nunca participei de nenhuma reunião isolada com nenhum funcionário da TÜV SÜD", o original está aqui, sem destaques.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aspas, a pergunta que fiz a ele foi a seguinte: "Sr. Makoto, a TÜV SÜD já tem um posicionamento sobre a declaração de estabilidade?".

A existência dessa reunião foi confessada pelo Geotécnico César Grandchamp, da empresa Vale, em seu depoimento na 7ª Reunião desta CPI. Por ocasião da 6ª Reunião desta CPI, o Sr. Gerd Poppinga, Diretor-Executivo de Ferrosos, assim disse, aspas: "Os contratos de laudos de estabilidade são feitos pela área do Alexandre Campanha".

Também foi provado que, no dia 26 de setembro de 2018, às 7h11min46s, o Sr. César Grandchamp, da empresa Vale, assinou eletronicamente o laudo que concluiu pela estabilidade da B1, elaborado pelo Sr. Makoto Namba, da empresa TÜV SÜD.

As condutas descritas, a exclusão da empresa Tractebel, a contratação da empresa TÜV SÜD e demais atos tendentes de obter laudo de estabilidade favorável à Vale não são omissões, são atos voluntários, causa. Não foi omissão, mas, sim, ação, em que se substitui a Tractebel pela TÜV SÜD. O contrato *ad hoc* celebrado com a TÜV SÜD também decorreu de uma ação. A elaboração e a assinatura de um laudo foram ações.

Também são fatos incontroversos o rompimento da barragem, a inexistência de causa natural – furacão, terremoto, maremoto etc. – e a morte de 290 pessoas.

A questão seguinte é: há relação de causalidade entre os atos praticados, condutas acima descritas, e o resultado? O laudo que seria apresentado pela Tractebel iria disparar uma série de procedimentos previstos na regulação do setor, inclusive com participação da Agência Nacional de Mineração (ANM)?

Esses procedimentos iriam levar à evacuação de pessoas, que não iriam falecer e que só faleceram porque houve atos, ações que impediram a ocorrência dos procedimentos aplicáveis à barragem em risco.

Além disso, a nossa Vale realizou detonações com explosivos na área da B1, conforme apurado nas investigações policiais. Como bem apontou o Relator, detonações, por si, já alteram as condições físicas estudadas pela empresa auditora no momento de feitura do laudo e poderiam deflagrar o processo de liquefação.

Portanto, além da omissão do dever de agir, já exposta pelo Relator de forma irretocável, verificamos que a atividade comissiva realizada pelos Srs. Alexandre Campanha, Washington Pirete, Makoto Namba, André Yassuda e César Grandchamp foi causadora do resultado inquestionavelmente.

Falo da aplicação da lei penal. Em razão dos atos praticados, seja comissiva ou omissiva, a conduta deve ser analisada para efeito de aplicação da lei penal. O Relator concluiu que as condutas foram culposas, e não dolosas – é o único ponto em que discordo do relatório. Vamos analisar se essa é a solução tecnicamente correta. Não sou o dono da verdade.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Durante os trabalhos da CPI outra barragem da Vale esteve na primeira página dos jornais: a Barragem de Gongo Soco, em Barão de Cocais, Minas Gerais. Todo o Brasil viu o desespero, Senador Anastasia, de uma população que estava diante de um risco iminente. Todo o Brasil viu, Senadora Selma, o nível de alerta subir, assim como viu a remoção de pessoas ser realizada. Todo o Brasil viu que uma barragem não se rompe de uma hora para outra. Todo o Brasil viu quais são os procedimentos adotados quando uma barragem começa a dar sinais de falhas. Esses fatos são notórios, Presidente Randolfe, e dispensam provas a meu ver.

Também é de conhecimento público a tragédia de Mariana, Minas Gerais. O alto escalão da Vale, os níveis intermediários, os técnicos; todos têm conhecimento do que ocorreu em Mariana em 2015. É difícil imaginar que uma empresa do porte da Vale, altamente competitiva no mercado, com refinado grau tecnológico, simplesmente "desconhecia" – entre aspas – os riscos que provocaram a tragédia de Mariana, Minas Gerais.

Vamos admitir, apenas por hipótese, que a empresa Samarco, controlada pela Vale, havia apenas sido negligente e que a prática de atos que levaram à tragédia de Mariana não tenha sido uma opção deliberada pela maximização do lucro em detrimento da segurança, lucro em detrimento da segurança? Qualquer argumento racional, em razão da existência de apenas culpa no crime de Mariana, cometido em 2015, não é válido para o crime de Brumadinho, cometido em 2019. Em ambos os casos, houve o rompimento de uma barragem com alteamento a montante. Até o advento do rompimento da barragem, a empresa controlada da Vale, em 2015, poderia existir talvez alguma dúvida a respeito. Depois do crime de Mariana, em 2015, todos ficaram sabendo de tudo no caso de Brumadinho.

Esta CPI obteve provas robustas a respeito do tema. Os riscos da Barragem nº 1 da Mina Córrego do Feijão, B1, foram expressamente tratados no Painel Independente de Especialistas em Segurança e Gestão de Riscos de Estruturas Geotécnicas (Piesem), realizado de 1º a 5 de outubro de 2018. Especialistas de renome internacional na área de segurança de barragens participaram do Piesem, tais como Scott Olson, Bryan Watts, David Bowles e Luis Valenzuela. Estiveram presentes e viram as conclusões do Piesem: o Diretor Lúcio Cavalli, o Diretor Silmar Silva, o Gerente-Executivo Alexandre Campanha, entre outros executivos da Vale.

Além disso, restou incontroverso que a diretoria da Vale recebeu informações a respeito dos riscos da B1, por meio de comunicação de Gerente de Riscos Geotécnicos, como a Sra. Marilene Lopes. Não se pode falar em desconhecimento. O Sr. Silmar Silva, em depoimento a esta CPI, foi claro ao afirmar que não deixou de repassar nenhuma informação referente à B1 ao Sr. Gerd Poppinga, seu superior hierárquico. Por sua vez, o Sr. Gerd Poppinga, ouvido pela CPI, também afirmou que não deixou de repassar informação alguma ao seu superior hierárquico, o Sr. Fábio Schvartsman.

Conforme mencionado no relatório apresentado pelo ilustre Senador Carlos Viana, o Sr. Gerd Poppinga, “que responde a processo criminal pelo desastre de Mariana, copiando Cavalli e Alexandre





## SENADO FEDERAL

### Secretaria-Geral da Mesa

Campanha em mensagem de 7 de julho de 2016, mostra deter informação sobre a B1 e manda encerrar as atividades de produção até que testes e cálculos complementares fossem feitos, assim como eventuais medidas de reforço. Novamente evidencia-se que havia informação disponível e ordem sendo dadas com base nela".

Para finalizar: houve opção deliberada por uma conduta, da qual se sabia ou vislumbrava o resultado que viria a ocorrer em janeiro de 2019.

Poderia ter sido tentada uma solução intermediária, na qual a segurança das barragens fosse minimamente considerada. Minimamente. O Sr. Gerd Poppinga respondeu positivamente, mas disse que ele recebeu nota zero da empresa. Aspas: "Nós tivemos uma fatalidade que me botou esse indicador de [nota] zero".

Sem discutir se a utilização do vocábulo "fatalidade" é adequada, a resposta do Dr. Gerd Poppinga foi uma confissão a respeito das práticas que norteavam sua atuação como dirigente da Vale: não cuidar devidamente da segurança das barragens, nem mesmo cumprir o plano de metas da própria empresa, o que fez com que, no quesito segurança, a nota atribuída ao Sr. Gerd Poppinga tenha sido zero.

Esse comportamento não era isolado. Todos os diretores, gerentes, técnicos poderiam ter agido para evitar a tragédia, e isso foi confessado aqui expressamente.

Só para resumir, é de clareza solar que, após a tragédia de Mariana, eram previsíveis os resultados das condutas que levariam – como levaram – ao rompimento de outra barragem de rejeitos. Houve deliberada opção pelo descumprimento de regras mínimas. Aqui eu devo lembrar o caso da boate no Rio Grande do Sul.

**O SR. JAQUES WAGNER** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Kiss.

**O SR. JORGE KAJURU** (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – A boate Kiss, me lembra o Senador baiano Jaques Wagner. Lá a decisão da Justiça foi qual? Foi por homicídio doloso, e não culposo – porque dá para comparar o que aconteceu lá com o que aconteceu em Brumadinho. Na íntegra, o meu voto em separado aí está, à disposição. Para não ser longo, quero encerrar, lembrando aqui que, em uma dessas sessões, o Senador Otto Alencar, baiano, que não está aqui neste momento, chamou dois diretores da Vale aqui – a Presidente Rose se lembra – de assassinos, na cara deles: "Os senhores são assassinos!", "Os senhores têm que pagar por isso!", "Os senhores têm que ir para cadeia!". Então, lembrando o Senador Otto Alencar, eu não posso deixar de apresentar esse voto meu em separado, em que eu peço homicídio doloso. Repito: porque eu sonho ver muita gente da assassina Vale na cadeia, mofando na cadeia por causa deste crime.

É o único ponto de discordância, repito, do exímio relatório apresentado pelo Senador Carlos Viana, de forma corajosa.







## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**A SRA. PRESIDENTE** (Rose de Freitas. PODEMOS - ES) – Continua em discussão o relatório.

Senador Randolfe, para discutir, Senadora Selma, em seguida, e Senador Jaques.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para discutir.) – Sra. Presidente, Sr. Relator, primeiramente, obviamente, todas as homenagens ao árduo trabalho feito por S. Exa. o Relator, Senador Carlos Viana; ao árduo, longo e dedicado trabalho feito por S. Exa., que repercute e sintetiza todos os depoimentos que ocorreram aqui nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Veja, Sr. Relator, que a observação apresentada pelo Senador Kajuru, inclusive, não se caracteriza como voto separado. É uma sugestão em um dos aspectos do relatório de V. Exa., particularmente para modificar o tipo de homicídio: de homicídio doloso para homicídio culposo, aliás, de culposo para doloso. Então, acho que não é preciso nem a observação como voto em separado, mas de recebimento. E é mais do que pertinente a sugestão aqui apresentada por S. Exa. E, ao que claramente foi apontado, tem coerência com os depoimentos existentes nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Se V. Exa. me permite também somente mais um acréscimo ao seu relatório, um pouco antes desta CPI, este Senado, até como resposta imediata ao que ocorreu em Brumadinho, aprovou um projeto de lei que tive a honra de relatar na CCJ, ou melhor, foi relatado na CCJ por S. Exa. o Senador Anastasia e, de imediato, a CMA se reuniu junto com a CCJ e me coube a relatoria na Comissão de Meio Ambiente. Vários projetos foram apresentados, e todos eles foram sistematizados no PL 550, de 2019, de autoria de S. Exa. a Senadora Leila. Esse projeto foi aprovado rapidamente pelo Plenário aqui do Senado – inclusive, há de se destacar o esforço feito pelo Plenário do Senado por ter reunido, no mesmo dia, a CCJ e a CMA, os dois Relatores, o Senador Anastasia, na CCJ, nós, na Comissão de Meio Ambiente, e aprovar esse projeto de lei. O projeto de lei apresenta uma tipificação bem mais gravosa para crimes dessa natureza, prevê, inclusive, a prática do crime omissivo. Em um dos dispositivos do art. 17, já diz:

Deixar de adotar, quando assim o exigir o órgão fiscalizador, medidas de prevenção, recuperação ou desativação da barragem nos casos em que houver risco de acidente ou desastre:

Pena - reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos.

V. Exa. apresenta em seu relatório uma sugestão também no projeto de lei que, no meu entender, como resultado desta CPI, não contradiz o que já foi aprovado pelo Senado, mas completa. O de V. Exa. é mais amplo. O apresentado e já aprovado por este Senado, de autoria da Senadora Leila, com as relatorias aqui já descritas, estabelece penas mais gravosas para crimes tipo o de Brumadinho. Estabelece, por exemplo, a pena de 18 meses para o crime omissivo de rompimento de construção de barragens a montante. Estabelece também, torna o crime de... Isso aí é um aspecto, inclusive, avançadíssimo na nossa legislação ambiental: torna o crime de poluição ambiental como crime hediondo. Passa a tratar o crime de



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

poluição ambiental como crime hediondo. E tal qual o projeto que é apresentado por V. Exa., como resultado desta CPI, também estabelece uma multa para crimes dessa natureza para as empresas, que vai de R\$10 mil a R\$10 bilhões. A multa apresentada por V. Exa. é mais específica, ou seja, não se contrapõe ao projeto que aqui já foi aprovado.

Estou apresentando esse destaque do que já foi aprovado aqui porque eu queria sugerir, sem embargo, sem prejuízo do apontado no relatório de V. Exa., ou seja, como complementar ao relatório de V. Exa.: 1) obviamente, a mudança da tipificação do crime, conforme foi apontado pelo Senador Jorge Kajuru; 2) que uma das conclusões nossas – e aí eu peço um esforço desta CPI –, fosse se dirigir, encaminhar esse relatório ao Presidente da Câmara dos Deputados e pedir com urgência que o Presidente da Câmara submeta, constitua primeiro a Comissão Especial da Mesa da Câmara dos Deputados para a apreciação da matéria.

Senadora Leila, nós aprovamos esse projeto de sua autoria aqui 34 dias após o ocorrido em Brumadinho – 34 dias, aprovamos em tempo recorde aqui. O Senado deu uma resposta eficaz e imediata. O crime de Brumadinho, o ocorrido em Brumadinho foi em final de janeiro, início de fevereiro. Então, temos seis meses de Brumadinho, cinco meses da aprovação por parte aqui do Senado. E na Câmara dos Deputados, Presidente Rose e Senador Carlos Viana, sequer foi constituída ainda Comissão Especial para análise do projeto. O que nós precisamos a essa altura é que a Câmara delibere. Se a Câmara quiser modificar o projeto, volta para cá, e nós apreciaremos as modificações. Se a Câmara quiser de alguma forma ajustar, fazer algum tipo de ajuste, volta para cá. Mas o fato é que, seis meses do ocorrido, o Senado dá uma resposta imediata ao tema e a Câmara ainda não constituiu Comissão Especial. Então, é urgente o encaminhamento desse tema. Eu queria apresentar como sugestões ao relatório de V. Exa., além do já aqui assinalado, repito: um apelo para a Câmara dos Deputados instalar a Comissão Especial e apreciar o projeto de lei derivado do Senado, o 550, de 2019.

Segundo, sugestão a esta Comissão: que a própria Comissão, sob a liderança de S. Exa. a Presidente Rose de Freitas, possa ir até o Presidente da Câmara dos Deputados e pedir, reiterar esse pedido como sugestão desta CPI.

Essas são minhas contribuições ao relatório de V. Exa. Eu creio que nós podemos aprová-lo por unanimidade, acatando a mudança do tipo penal proposto pelo Senador Kajuru e, se V. Exa. assim concordar, com as sugestões que aqui estamos apresentando.

**A SRA. PRESIDENTE** (Rose de Freitas. PODEMOS - ES) – Com a palavra a Senadora Selma.

**A SRA. JUÍZA SELMA** (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MT. Para discutir.) – Sra. Presidente, Sr. Relator, senhores e senhoras presentes, eu gostaria, inicialmente, de fazer um agradecimento por toda a dedicação que ambos demonstraram aqui durante todos esses dias de oitivas, de apuração, de análise de documentos. Os senhores demonstraram efetivamente que se importam com





## SENADO FEDERAL

### Secretaria-Geral da Mesa

aquelas pessoas, com o destino daquelas pessoas. Antes de se ver prejuízo material, até mesmo antes de se ver prejuízo ambiental, nós tivemos um prejuízo humano incalculável. Incalculável. Não são apenas aquelas pessoas, são famílias, filhos que ficaram sem pais, pais que ficaram sem seus filhos. São pessoas que estão com as vidas destruídas, e isso não tem preço.

Portanto, aqui o meu agradecimento não apenas como Senadora, mas como cidadã, pela atitude de instauração da CPI e por terem tido tanta dedicação durante esses meses todos. Eu mesma pude comparecer a algumas reuniões, a algumas não pude porque estava envolvida em medidas provisórias. A própria Senadora Rose já falou, já comentou aqui que essas reuniões às terças e quartas-feiras são complicadas mesmo. Mas, na medida em que pude comparecer, pude também ver o quanto essa empresa Vale usou de má-fé e de má vontade para com esta Comissão. Essa atitude, embora seja lícita – não é ilícita –, é absolutamente imoral e antiética. E disso eu garanto que não me esqueço jamais.

Gostaria também, Sr. Relator, de elogiar a sua dedicação e a qualidade do seu trabalho nesse relatório que, embora extenso, é muito elucidador e veio acompanhado, para a nossa facilidade, de um resumo, esse mesmo resumo que o senhor leu, o que também nos trouxe bastante acalanto – já que a gente não tem muito tempo para muita coisa, o senhor nos facilitou a vida de ambas as formas.

Eu gostaria de dizer, em relação ao mérito do seu relatório, que eu concordo plenamente com a proposição do Senador Jorge Kajuru. Na minha visão, daquilo que eu pude ouvir aqui, pessoalmente, resta que ficou claro que as pessoas sabiam que estava prestes a acontecer aquele desastre, mas assumiram o risco de que esse desastre acontecesse. Havia já notícia de que os índices de segurança tinham sido ultrapassados e, ainda assim, se troca a empresa que vai fazer a certificação de segurança, de modo a manipular, a fazer com que a realidade fique diferente daquilo que o papel dizia. A realidade do papel era uma, e a realidade verdadeira é a que acabou resultando nessa tragédia. No meu ponto de vista, modestamente, eu entendo que isso, sim, é dolo eventual, porquanto, ainda que não tenham cometido nenhum ato que levasse à tragédia, na verdade, assumiram o risco de que essa tragédia acontecesse. E isso, então, na minha opinião, me leva a aderir integralmente ao voto em separado ou à sugestão que o Senador Jorge Kajuru abordou aqui com muita propriedade.

Também às ponderações do nosso querido Senador Randolfe eu gostaria de aderir, a elas também, Senador, e me ponho, inclusive, à disposição para seguirmos em uma comissão até o Presidente da Câmara para que possamos fazer com que essa legislação saia efetivamente do papel.

Nós vimos, Senadores, que, depois de Mariana, pouca coisa ou nada mudou. Nós vimos isso aqui. Nós presenciamos pelos depoimentos. Agora, depois de Brumadinho, houve, sim, uma mudança de postura por parte da empresa, tanto que conseguiram evitar uma terceira tragédia. E o que acontece? O que se deduz disso? O que se conclui disso? Conclui-se que as coisas só acontecem quando as pessoas têm certeza de que vão ficar impunes.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando o Estado começa a tomar providências, aí as pessoas param para pensar, não têm mais aquele desejo desenfreado de lucro, já não é mais aquela coisa sem se importar com a vida humana ou com o meio ambiente. Então eu acredito, sim, que nós aqui – nós, a Justiça de Minas Gerais, o Ministério Público, todos que se debruçaram sobre esse assunto –, conseguimos evitar que uma terceira tragédia acontecesse, Senador Kajuru. E é isso que nós temos que continuar fazendo, ou seja, agora colocar no papel e fazer valer esse projeto de lei da Senadora Leila, que é um projeto que, na minha opinião, não tem o conhecimento profundo, Senadora, mas, na minha opinião, pelo menos pelas palavras que o Senador Randolfe aqui nos trouxe, parece-me que será, sim, a solução para que esses crimes não voltem a ocorrer.

Eu devo, finalmente, Sra. Presidente e senhores presentes, pedir licença. Sou presidente de uma audiência pública e preciso me ausentar, mas desde já deixo registrado aqui o meu ponto de vista.

Muito obrigada.

**A SRA. PRESIDENTE** (Rose de Freitas. PODEMOS - ES) – Para discutir, com a palavra o Senador Jaques.

**O SR. JAKES WAGNER** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para discutir.) – Presidente, em primeiro lugar eu vou só repetir o que os colegas já falaram aqui, talvez até com menos propriedade porque eu não pude estar em todas as reuniões como outros conseguiram estar, mas desde as primeiras de que participei, é elogiável. Eu até fico preocupado, porque eu digo que, no Brasil, quando você cumpre seu dever vira digno de nota e de elogio, quando deveria ser uma obrigação. Mas, de qualquer forma, pelo desempenho tanto da nossa querida Presidente como do nosso querido Relator, pelo trabalho exaustivo, eu diria que o Relator remontou... Não sei se você era repórter investigativo quando da televisão, mas voltou ao seu...

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. JAKES WAGNER** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Era repórter investigativo? Eu sabia só que você era repórter. Então você deve ter sentido o gostinho bom de fazer uma bela de uma reportagem, e é próprio da profissão esse cacoete de ir a fundo em cada questão.

A decisão de V. Exa. é de fazer a votação hoje? Porque eu vou fazer meus comentários, mas só porque, como houve um voto em separado, eu não sei se é possível ou não fazermos alguma aproximação. Seria melhor evidentemente se pudesse fazer essa aproximação, mas se for votar hoje, o.k. também.

O que eu queria só é tocar em outros pontos. Eu sei que não era pertinente diretamente a nossa CPI o cuidado direto com as vítimas, mas eu, como não li todo o relatório, não sei se tem alguma citação, porque a Vale continua postergando o entendimento para o pagamento das vítimas, as que perderam vida, e se nós sofremos ao conhecer do fato, quem mais sofreu foram as famílias, tanto aquelas que deixaram



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

de trabalhar quando aquelas que perderam familiares, e não evoluiu, ou pelo menos até o momento, que eu saiba, a menos que V. Exa. tenha outra... Porque isso é acordo, então é uma decisão, não dá para ficar fazendo medida de palito quando nós estamos discutindo pessoas que perderam a vida nisso.

Eu tinha deixado no curso do debate aquela sugestão do seguro de barragens, que, na minha opinião, como diz o dito popular, quando coça no bolso, na minha opinião... É claro que V. Exa. remeteu a três projetos de lei. Dentro de um dos projetos de lei poderíamos ter isso, não sei se... Ou se a avaliação mais aprofundada é de que era muito difícil chegar a isso, porque ou seguro ou fundo garantidor... Tem fundo garantidor nas entidades financeiras que garantem, às vezes, problemas que aconteçam em uma delas.

Então, você poderia migrar para um fundo garantidor de acidentes como esses, que poderiam prever dinheiro para recuperação ambiental ou para o pagamento de dívida, que seria seguramente compartilhado por todos aqueles que mineram no País, e não apenas uma. Isso é seguro solidário de várias pessoas.

Então, era uma sugestão que eu daria.

A outra – por isso que perguntei se precisava votar hoje...

**A SRA. PRESIDENTE** (Rose de Freitas. PODEMOS - ES) – É só...

**O SR. JAKES WAGNER** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Pois não.

**A SRA. PRESIDENTE** (Rose de Freitas. PODEMOS - ES) – ... interrompendo V. Exa., é que a sua proposta ficou, ela foi muito aceita pela Comissão. Então eu gostaria de apresentá-la, para que ela pudesse ser acrescentada ao relatório e, em seguida, elaborado um projeto de lei, porque na verdade é pertinente.

**O SR. CARLOS VIANA** (PSD - MG) – Pela ordem, Sra. Presidente.

Foi aprovado num projeto da Senadora Leila.

**O SR. JAKES WAGNER** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Já tem isso lá?

**O SR. CARLOS VIANA** (PSD - MG) – Já. A criação do seguro está aprovada.

**O SR. JAKES WAGNER** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Ah, está bom.

**O SR. CARLOS VIANA** (PSD - MG) – Agradeço a V. Exa., mas já foi aprovado. Por isso é que não consta aqui.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**A SRA. PRESIDENTE** (Rose de Freitas. PODEMOS - ES) – Eu mandei...

**O SR. JAKES WAGNER** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não, não, não. Se já está aprovado, não precisa.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. JAKES WAGNER** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – A sua palavra para mim é mais do que um papel. A outra coisa que eu queria sugerir (*Fora do microfone.*) V. Exa. mesmo colocou no relatório: é a criação de um novo Código de Mineração.

Eu pergunto: poderia sair da CPI ou então da própria Comissão um projeto de resolução ou já está previsto também isto? Um projeto de resolução constituindo uma comissão de juristas, de especialistas, exatamente para começar a discutir o novo Código? Se não, a gente acaba a CPI e vai ficando. Assim como para o Código de Processo Civil e o Código de Processo Penal foram feitas comissões, eu acho que a gente poderia se espelhar e propor ao Presidente um projeto de resolução...

**O SR. CARLOS VIANA** (PSD - MG) – Para a criação de uma Comissão Especial?

**O SR. JAKES WAGNER** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Isso.

**O SR. CARLOS VIANA** (PSD - MG) – Isso teria que ser com o Senado e a Câmara. Para um novo código, tem que ser uma caminhada conjunta.

**O SR. JAKES WAGNER** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não, tudo bem, que fosse uma caminhada conjunta. Eles estão concluindo o trabalho deles, mas a gente pode propor...

**O SR. CARLOS VIANA** (PSD - MG) – Podemos.

**O SR. JAKES WAGNER** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – ... que sejam feitas as duas coisas.

Bom, isso é em relação aos comentários que eu queria fazer na minha preocupação com as vítimas.

Eu perguntei se havia a possibilidade de migração, porque o meu sentimento acompanha o sentimento, com a vênua de V. Exa., tanto da Juíza Selma quanto do Senador Kajuru, do dolo eventual. E olha que eu não sou de... Não sei se você lembra quando falei da CPI, que nós não estamos aqui na delegacia de polícia. Não estamos querendo aqui, pelo prazer, apontar culpados. Até eu hoje deveria falar pouco de culpados porque fui eleito como bola da vez do nosso procurador lá da Lava Jato. Mas o que eu queria era dizer outra coisa.

Eu queria dizer é que eu me inclino ao dolo eventual. Por quê? Eu não vou dizer dos dirigentes, até porque nós vimos aqui dirigentes novos, que não podem ser responsabilizados, mas pelo risco que já





**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

havia, por que não, por precaução, já que se tratava de vidas, no mínimo, se retirarem aqueles refeitórios a jusante da barragem? Isso não garantiria que o acidente não ocorresse, mas garantiria que a dor maior do acidente, que foi a perda de vidas, não ocorresse.

Então, eu fico comigo pensando, depois de Mariana, depois de relatórios que diziam: "Ó, não temos como assinar um relatório de segurança absoluta". Longe de mim querer pendurar alguém no pelourinho. Para mim, o problema não é esse. Agora, como eu já fui trabalhador de fábrica e nunca vou me esquecer de que, quando eu era caldeireiro encanador, que é uma profissão que tem no polo petroquímico, exatamente ao meio-dia de um determinado dia da semana em que eu estava trabalhando numa outra unidade, o gerente me chamou e me disse: "Ô Wagner, precisa ir lá no tratamento de água, porque a água parou de ser tratada e deve haver algum entupimento." Eu, que sempre fui muito cauteloso com segurança, perguntei: "Mas, engenheiro, as linhas estão lavadas?". E ele, na pressa, disse: "As linhas estão lavadas". E lá fui eu fazer o serviço. Ou seja, para ele era mais importante voltar a operar do que saber se eu estava no risco. Eu abri a linha, e a linha não estava lavada. Estava cheia de aço sulfúrico, e eu fiquei seis meses na cirurgia plástica para ficar com a cara normal – graças a Deus que fiquei –, mas tive queimaduras de vários graus no rosto todo. Tive que fazer três cirurgias no olho e não sei quantas no nariz, para poder voltar à configuração normal.

Então, não me sai a cena de eu dialogando com o gerente e dizendo: "Está tudo limpo?". "Está tudo limpo. Vá, porque a planta não pode parar". E no "tudo limpo", a linha estava cheia de aço sulfúrico. Eu, graças a Deus, não perdi a vista.

Então, o que eu quero dizer, sem querer fazer histrionismo, porque o Brasil está com uma novela que já está ficando enfadonha, o que eu digo é: por que não tirar um refeitório a jusante de uma barragem? Porque isso é botar o cidadão na boca do perigo.

Por isso que eu perguntei se haveria uma composição, senão, nesse aspecto específico, eu vou acompanhar o voto de dolo eventual, com a vênia de V. Exa.

**A SRA. PRESIDENTE** (Rose de Freitas. PODEMOS - ES) – Para discutir, com a palavra o Senador Anastasia.

**O SR. ANTONIO ANASTASIA** (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG. Para discutir.) – Muito obrigado, Sra. Presidente, Senadora Rose de Freitas; Sr. Relator, Senador Carlos Viana; Sras. Senadoras, Srs. Senadores; minhas senhoras e meus senhores, em primeiro lugar, fazendo coro, eminente Presidente, com o que aqui foi dito, eu não posso deixar de apresentar os meus cumprimentos à direção desta CPI – a V. Exa., como Presidente, e ao nosso Relator Carlos Viana.

CPI não é uma atividade simples, não é uma atividade fácil. É uma atividade desgastante, complexa e, muitas vezes, altamente controversa, e esta em especial, pelos fatos que envolvem e que







## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

feriram muito o meu Estado e também o Estado do Relator, Minas Gerais, em razão da tragédia em Brumadinho.

O Relator Carlos Viana se dedicou a esse assunto com uma profundidade inaudita. Com sua proficiência, seu conhecimento, como lembrava o Senador Jaques Wagner, como grande jornalista investigativo que foi e é, ele, de fato, foi a fundo, literalmente, nesse complexo drama, não só aqui nas oitivas, mas fundamentalmente na análise dos documentos, que remontam a milhares de páginas.

Durante este trabalho, Senador Carlos Viana, faço questão de registrar, V. Exa. reverberou muito bem a indignação generalizada de Minas Gerais e do Brasil em relação a esses fatos. Então, por isso, eu quero também cumprimentá-lo de modo enfático.

Com referência ao relatório em si, ele foi muito bem montado e apresentado, dividido em vários aspectos.

A questão legislativa é a que me parece de todas, talvez, a que nós temos mais similitude, mais convivência com ela e a que está mais no nosso controle.

Eu acho que as propostas apresentadas são corretas. Elas vêm a somar àquilo que fizemos, desde a Comissão Externa da qual fui Presidente, sendo Relator o Senador Ricardo Ferraço, quando houve o rompimento de Mariana. Ela resultou num projeto de lei, que, depois, a Senadora Leila, de maneira muito adequada, apresentou, aprimorado e aperfeiçoado. Nós votamos e agora está na Câmara, e o Senador Randolfe bem lembra essa necessidade de nós termos aprovada na Câmara dos Deputados essa proposta.

E agora V. Exa. apresenta outras alternativas muito interessantes. Dentre elas, quero mencionar aqui a questão da participação especial, criativa, positiva e que certamente vai não só angariar recursos, mas, fundamentalmente, lastrear atividades próprias para compensar na mineração, porque, como aqui foi dito – e eu não canso de repetir –, relembro a famosa e decantada frase do Presidente Arthur Bernardes, a mineração só dá uma safra, ao contrário da produção agrícola, que, a cada ano, se reproduz. Então, é o primeiro ponto.

O segundo ponto mais relevante, na parte da CPI, das suas conclusões é aquele em que V. Exa. aborda a questão penal, que também é competência desta Comissão. E aí apresenta a sugestão de indiciamento.

É bom lembrar a todas as senhoras e aos senhores que nós, na verdade, temos aqui a CPI do Senado. Existe, neste momento, uma CPI na Câmara dos Deputados. Há uma CPI na Assembleia Legislativa de Minas Gerais e há também os trabalhos ordinários da Polícia Federal, do Ministério Público do Estado, da Polícia Civil de Minas Gerais, todos trabalhando e convergindo para a apuração e identificação dos culpados, que têm de ser identificados.





## SENADO FEDERAL

### Secretaria-Geral da Mesa

Desse modo, V. Exa., também contribuindo nesse esforço – e o fez muito bem –, elenca, em razão dos documentos avaliados e das oitivas realizadas e conforme a sua conclusão e o seu entendimento, o rol daquelas pessoas envolvidas e que seriam indiciadas – não somente as pessoas físicas, mas também as duas pessoas jurídicas.

E, nesse meio tempo, agora aparece a menção do Senador Jorge Kajuru, que eu também quero cumprimentar, que apresenta um voto em separado também profundo, bem fundamentado. Ele, que igualmente tem a alma de jornalista e é um grande jornalista – por isso mesmo, também conhece a investigação –, acompanhou tudo em detalhes. Agora vem a discussão, que é muito jurídica: se o crime acontecido – não há dúvida de que houve o crime – é culposo, em razão do fato comissivo, ou doloso, com dolo eventual daquele que assume o risco de ter o resultado criminoso provocado. De fato, é uma divergência que, a meu juízo, não será resolvida por nós, até porque não é a CPI que faz o indiciamento ou aponta a indicição penal. Isso cabe ao Ministério Público e, posteriormente, à magistratura.

Noto aqui – no primeiro momento, a minha posição era, evidentemente, com o relatório de V. Exa. –, que a maioria dos membros já se manifestou a favor da posição.

Respondendo ao Senador Jaques Wagner, salvo engano, não existe a possibilidade de uma convergência, porque, como há necessidade de indiciamento, o indiciamento se dá nos artigos do Código Penal – ou é um artigo, ou é outro artigo; não há como ficar solto. Nesse caso, parece-me que a maioria do Plenário se inclina para o crime com dolo eventual. De todo modo, isso caberá, de fato, num segundo momento. Não há dúvida de que o culpado tem de ser apontado e de que essas pessoas, confirmada a culpa e, depois, é claro, concedida a defesa, têm de pagar pelo que foi feito. Não há dúvida alguma de que houve culpa, talvez dolo – isso vai ter de ser comprovado no processo –, mas as pessoas envolvidas na morte de quase 300 pessoas terão de responder por isso não só na esfera penal, respondendo com a sua liberdade, mas também na esfera cível, como lembrava há pouco o Senador Jaques Wagner.

Eu acho que o Estado de Minas Gerais aguarda uma conclusão e uma solução disso, que se dará pelos trabalhos desta CPI, que já está se desdobrando, há alguns meses, nesse trabalho excepcional que a Presidente e V. Exa. realizam, mas também no trabalho feito na Câmara, na Assembleia e pelas instituições da Polícia Federal, da Polícia Civil e do Ministério Público Federal e do Estado de Minas Gerais.

Desse modo, parece-me que as sugestões apresentadas pelos nossos pares, tanto a relativa à questão ponderada pelo Senador Randolfe da inclusão da sugestão à Câmara dos Deputados pela votação, como os comentários do Senador Jaques Wagner, inclusive sobre a questão do seguro, o que já está no projeto – do qual fui Relator – da Senadora Leila e do Senador Randolfe igualmente, e a ponderação feita pelo Senador Kajuru, que encontra eco na maioria dos membros, deveriam ser acolhidas, de tal modo que isso seja encaminhado para avaliação jurídica dos órgãos responsáveis, especialmente o Ministério Público, com todas aquelas cautelas.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós ficamos um pouco, Senador Kajuru, sempre querendo, digamos assim... Nós procuramos a perfeição, e somos humanos, jamais alcançaremos a perfeição. O que nós queremos é que haja a responsabilização. No caso de Mariana – nós comentávamos –, infelizmente os anos se passaram, e não aconteceu isso. Inclusive houve o enquadramento, na opinião de alguns, como dolo, mas o juiz excluiu. Então, é um ponto em relação ao qual nós temos de tomar essa cautela. O que nós não podemos mais permitir é que não haja responsabilização. O responsável, quando identificado, tem de pagar por esse crime. O crime ocorreu; os mortos estão lá; as famílias, como bem lembrado, estão chorando os mortos e os que ficaram vivos, porque perderam a sua vida completamente. É uma tragédia sem tamanho. É uma cicatriz que fica. Então, isso tem de ser apurado.

Portanto, Senador Viana, eu quero concluir aqui minha intervenção, que foi mais longa do que eu imaginava, cumprimentando V. Exa. pelo trabalho que honra, nesse início do seu mandato, o seu esforço, o seu empenho, a sua dedicação. Aliás, faço questão de lembrar aqui o seu empenho – agora, talvez muitos não se lembrem – pela instalação desta CPI. Se não fosse o seu esforço, que teve, naquele momento, grande respaldo do Líder do seu partido, Senador Otto Alencar, e o apoio do nosso Presidente, Senador Davi, talvez a CPI não tivesse sido instalada. Então, foi um esforço, uma bandeira que V. Exa. assumiu desde o dia fatídico no final de janeiro, no dia 25 de janeiro, quando houve essa tragédia, Senadora Rose, que afetou tanto Minas Gerais, que é o seu Estado também de nascimento – não é seu domicílio eleitoral, mas está na sua alma querida, alma montanhosa mineira, da cidade de Caratinga. Senador Viana, eu queria fazer esse comentário e observar que há uma inclinação. Então, certamente V. Exa. encaminhará nesse sentido e receberá o aplauso generalizado dos seus conterrâneos por esse belo trabalho realizado.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**A SRA. PRESIDENTE** (Rose de Freitas. PODEMOS - ES) – Pergunto se há mais algum Senador que gostaria...

**A SRA. LEILA BARROS** (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Sra. Presidente...

**A SRA. PRESIDENTE** (Rose de Freitas. PODEMOS - ES) – Pois não, Senadora Leila.

**A SRA. LEILA BARROS** (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Para discutir.) – Eu tive bons defensores aqui, no caso o Senador Anastasia e o Senador Randolfe, que foram os dois Relatores do 550.

Primeiro, gostaria de parabenizar tanto a senhora como o nosso Relator, o Senador Carlos Viana, pelo brilhante relatório e dizer que acolho todos os quesitos, todas as explanações que foram apresentadas com relação ao acidente e o voto em separado do Senador Kajuru. Eu também apoio a questão do dolo





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nesse crime que aconteceu em Brumadinho, até porque é um crime reincidente. Nós estamos falando do acidente que aconteceu em Brumadinho, poucos anos depois do de Mariana, com tantas vidas ceifadas.

O 550 foi fruto de uma Comissão, como o Senador Anastasia falou, a Comissão especial de Segurança de Barragens, que foi instituída aqui no Senado na última legislatura e que contou com um trabalho brilhante de dois Senadores: o Senador Ricardo Ferraço e o Senador Jorge Viana.

Várias dessas emendas foram arquivadas na última legislatura. Nós pegamos, logo após a de Mariana, a de Brumadinho, só para contextualizar. Junto com o trabalho da equipe legislativa da Casa e com o da minha equipe, nós fizemos um trabalho maravilhoso nesse sentido.

Só para citar algumas coisas, alguns itens nesse projeto, o que o projeto fala, em linhas gerais, o 550? Ele institui o Fórum Brasileiro de Segurança de Barragens, no âmbito do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, para manter permanente o debate sobre a segurança das barragens; esclarece a obrigação do empreendedor de manter atualizado e operacional o Plano de Segurança de Barragens até a sua desativação; estabelece que o empreendedor não pode começar a encher um reservatório antes de apresentar um plano de segurança; estabelece a participação da sociedade e das autoridades na elaboração do Plano de Ação de Emergência; determina a obrigação do empreendedor de instalar sirenes e sinalização, realizar audiências públicas, treinar a população e garantir canais para denúncias antes de começar a encher o reservatório; determina que o empreendedor deva contratar seguro para acidentes ou desastres, além de garantias para arcar com a futura desativação da barragem; obriga o Poder Público a planejar anualmente o seu plano de fiscalizações; determina que as datas e os resultados das fiscalizações executadas devem ser publicados na internet; obriga a instalação de sensores que disparam automaticamente os alarmes e alertam as empresas e as autoridades. Enfim, são vários itens, vários avanços nessas questões de segurança de barragens.

O Senador Randolfe pediu para que fôssemos até a Câmara pedir urgência na instalação dessa Comissão Especial. Enfim, desde que o projeto foi aprovado aqui, na Casa, a gente – tanto eu como a minha equipe – está monitorando, acompanhando o projeto lá, na Câmara dos Deputados. Inicialmente, seria instituída essa Comissão, mas o projeto foi apensado a vários outros, e ele está esperando para ser deliberado em Plenário.

Na verdade, o que precisamos aqui é irmos ao Presidente Rodrigo Maia e pedirmos a ele para que seja deliberado de forma urgente, porque o Senado deu uma resposta. E aí eu quero agradecer a todos, todos os pares. Quero agradecer as brilhantes relatorias aqui, do Senador Randolfe e do Senador Anastasia, que abraçaram esse trabalho de toda a minha equipe, junto com a equipe do Senado, mas a gente vem aguardando. Nós estamos diariamente conversando com as pessoas ali dentro, e o que falta é a vontade política de querer resolver e dar uma resposta para a sociedade.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos instalando CPIs, nós estamos em reuniões, nós estamos, diariamente, convivendo com o *lobby*, porque ele existe, ele é real, mas nós estamos aqui representando a sociedade brasileira e nós precisamos dar uma resposta, principalmente para o Estado de Minas Gerais e para aquelas famílias, principalmente para as famílias das vítimas.

Então, eu peço, Sr. Relator e Sra. Presidente, que realmente façamos valer esta CPI e que, junto com esse relatório, a gente vá até o Presidente da Câmara, e que façamos esse trabalho junto com eles, para que a gente faça logo a aprovação desse projeto e a gente dê essa resposta para toda a sociedade.

Mais uma vez, parabéns pelo brilhante relatório.

**A SRA. PRESIDENTE** (Rose de Freitas. PODEMOS - ES) – Senador Jaques, nós vamos colocar em votação logo em seguida, mas, antes, eu vou dar a palavra ao Relator, a menos que tenha algum Senador que gostaria de discutir ainda. *(Pausa.)*

Não? Então, a palavra é do Relator.

Existe a proposta do Senador Kajuru – entre oito Senadores, sete se manifestaram favoráveis. E há também a proposta para, de maneira explícita, falar sobre o Projeto de Lei 550, de autoria da Senadora Leila.

Com a palavra o Relator.

**O SR. CARLOS VIANA** (PSD - MG. Como Relator.) – Muito obrigado, Presidente.

Agradeço a todos os Senadores a manifestação, o apoio na questão do relatório. Tenham certeza de que foi um relatório feito com muita dedicação, muitas horas, inclusive à noite, de trabalho, e, como disse o Senador Anastasia, é uma resposta, em especial ao nosso Estado de Minas Gerais.

Desde o começo, nós tínhamos uma resistência muito grande a esse trabalho, mas eu aceitei ser o Relator, porque seria muito esquisito que de Minas Gerais – onde aconteceu a tragédia – nós não tivéssemos aqui um representante que acompanhasse as investigações. Daí o nosso posicionamento em relação a isso.

Eu quero fazer aqui apenas uma ponderação do porquê, agora mais detalhadamente, da questão do homicídio culposo. Nós precisamos – Senador Randolfe, Senadora Leila, Senador Jaques Wagner, Anastasia, que é um professor da área do Direito Constitucional – transformar a nossa indignação em provas testemunhais, técnicas, periciais, porque, diferentemente dos Estados Unidos, Senador Kajuru, em que os julgamentos, que nós estamos mais acostumados a assistir, têm um rito diferente do nosso, que é o *common law*, nós temos aqui um Código de Processo Penal, que precisa ser seguido para que, lá na frente, nós não frustremos as pessoas, como tem muito acontecido.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui nós, muitas vezes, levantamos discursos, em polvorosa, muito grandes, mas, lá na frente, os resultados são pífios. Isso gera, na população brasileira, por exemplo, uma sensação profunda de impunidade, porque temos apresentações de suspeições, temos apresentações de uma série de posicionamentos que, lá na frente, quando analisados por um magistrado, na letra fria da lei, não levam à condenação.

Já tivemos casos assim, inclusive no acompanhamento de processos criminais, Senador Jaques Wagner, já vi pessoas que nós sabemos que, pelas falas, seriam culpadas, mas que, nas provas, foram absolvidas. Vamos colocar, por exemplo, a morte daqueles servidores do Ministério do Trabalho, lá, na cidade de Unai, as cinco mortes. As provas testemunhais, inclusive de pistoleiros, de pessoas todas envolvidas, foram muito fortes, mas as provas periciais foram fracas e não levaram à condenação de todas as pessoas.

Então, a nossa preocupação aqui, nesse relatório, foi primeiro procurar um equilíbrio e levar as condenações ou as propostas de uma forma igual e que permanecesse dentro de uma possibilidade de condenação. Os senhores vejam, por exemplo, o que aconteceu em Mariana. Toda a equipe se dedicou a discutir o assunto: nós ficamos entre o dolo eventual e a questão do culposo. Foi uma discussão de todos os participantes, inclusive da Casa, dos nossos assessores aqui, que acompanharam brilhantemente – estão aqui todos presentes. Nós ficamos: dolo eventual, dolo culposo. Aí, o que aconteceu? Nós pegamos o relatório lá da ação civil pública de Mariana, que tem muita semelhança com o que temos aqui, numa proporção muito menor, de 20 mortes – mas que fosse uma, já seria um problema.

Em Mariana, nós temos, basicamente, quase que todas as informações que nós configuramos aqui. Havia o conhecimento de que a barragem poderia se romper, havia toda uma série de decisões, mas não havia nenhuma mensagem específica em que um dos envolvidos dissesse claramente: "Eu sei, nós sabemos, mas não vamos tomar providências", o que configuraria o dolo. Nós não temos, nas 15 mil páginas, uma mensagem que nos traga tecnicamente uma prova que diga que eles de fato assumiram esse risco com a consciência de risco iminente.

Não há. Mas esse é um ponto, e o resultado disso: a Justiça, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, desqualificou o homicídio por dolo. Nós podemos estar aqui – e naturalmente isso é um trabalho conjunto – repetindo o mesmo erro que foi cometido em Mariana, em apresentar um relatório que gere uma indignação, um discurso, mas que na prova técnica seja falho. E é isso que nós estamos colocando aqui: nós precisamos apresentar à Justiça – e o Senado tem essa responsabilidade – um relatório que tenha um embasamento de fato, dentro deste lapso de tempo que nós investigamos, nessas provas todas que foram compartilhadas conosco.

Isso significa que, lá na frente, elas poderiam não ser indiciadas por homicídio doloso? Não, porque a investigação continua: tanto a Polícia Federal, quanto a Polícia Civil, o Ministério Público, continuam fazendo as investigações, e podem, no decorrer de algum momento, aparecer novas provas. A







## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

questão, por exemplo, das detonações, Senador Kajuru, que apareceram agora, recentemente, na imprensa, mas de que nós já tivemos a confirmação aqui: não há nenhum relatório técnico da Universidade de Brasília, na questão do sismógrafo, por exemplo, que tenha acusado variação sísmica no dia, nós não temos uma prova técnica. Nós temos o depoimento testemunhal de alguém que diz: "houve detonações". Mas quando nós pedimos um relatório oficial do nosso departamento de sismografia, não há nenhuma movimentação que de fato configure tecnicamente que isso poderia ter sido o gatilho. É isso que a Justiça olha. O conjunto probatório é fundamental nessa elaboração.

Então, esse é o ponto em que nós decidimos, de uma forma um pouco mais atenta, chegar ao homicídio culposo. Mas, como esse é um trabalho conjunto, esse é um trabalho de todos nós, e os projetos de lei que nós estamos aqui apresentando nas três áreas, eu faço questão – e fiz – de que sejam todos eles nossos projetos – porque não foram extraídos do meu trabalho individualmente, mas de um trabalho que foi feito por toda a CPI –, nós apresentaremos os projetos conjuntamente, porque esse é um trabalho nosso, um trabalho de discussões, de crescimento. Então, nesse ponto, nós vamos acatar a decisão dessa CPI, de colocarmos como crime por dolo eventual. Vamos fazer uma sustentação a vocês, é um trabalho nosso, será aceito com muita tranquilidade, com muita humildade, num trabalho conjunto, e será apresentado um relatório final.

Também, Senador Jaques Wagner, colocaremos lá explicitamente: uma solicitação será entregue ao Presidente do Senado para que nós iniciemos a discussão de um novo Código de Mineração para o País. O Senador Jean Paul inclusive faz parte e esteve conosco, e nós já conversamos muito sobre esse assunto. Não é uma tarefa fácil, é uma tarefa difícil, visto que no último código levaram dez anos para poder discutir algumas mudanças.

Essa questão da tributação, Senador Anastasia, que é a participação especial, eu julgo urgente, porque nós, quando começamos aqui, qual era a nossa intenção? Criarmos uma Cfem que chegasse a 10% do volume bruto, do faturamento. Só que isso inviabilizaria as pequenas empresas mineradoras, e a Receita Federal fez uma ponderação conosco, os técnicos, de que isso poderia de fato – juntamente com o Ministério de Minas e Energia – criar um problema para aqueles que trabalham em jazidas menos ricas. E criamos essa ideia, trouxemos – não estamos inventando nada – do *royalty*, do marco do petróleo, a questão dos *royalties*, essa participação especial, especialmente agora, que as jazidas de Minas estão se esgotando e que as jazidas do Pará se tornam as mais promissoras, porque o minério é mais rico.

Já que essa riqueza só dá uma safra, então, que eles, nas jazidas mais ricas, paguem mais, contribuam mais para que não fique somente a lama para trás aqui em nosso País. Com essas sugestões, eu acredito que a gente possa começar a fazer justiça a um setor que é subtributado e que, infelizmente, exerce um poder muito forte, inclusive, de pressão.







## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente, sugiro, então, que, acatado, seja colocado esse posicionamento da maioria dos Senadores e o relatório seja colocado, segundo V. Exa., para votação no dia em que V. Exa. achar melhor, para que a gente possa terminar os trabalhos desta CPI.

Muito obrigado a todos.

**O SR. JORGE KAJURU** (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Parabéns, Relator! Parabéns mesmo!

**O SR. CARLOS VIANA** (PSD - MG) – Muito agradecido.

**A SRA. PRESIDENTE** (Rose de Freitas. PODEMOS - ES) – Mais alguma consideração? *(Pausa.)*

Gostaria, então, depois da discussão e aprovação pelo Relator das considerações feitas pelo Senador Kajuru, de colocar em votação o relatório.

Em votação o relatório.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, na verdade, todas as sugestões aqui encaminhadas, não é?

**A SRA. PRESIDENTE** (Rose de Freitas. PODEMOS - ES) – Todas, inclusive, destacar no relatório o Projeto 550, da Senadora Leila, e também dizendo que já solicitei agenda na Câmara para que seja entregue... Faremos duas entregas: ao próprio Presidente do Senado, ao Presidente da Câmara, solicitando, com a assinatura de todos, que se instale a Comissão e que se proceda com a urgência em que foi feito o trabalho aqui no Senado Federal.

Passamos à votação do relatório.

Aqueles Senadores que concordam com o relatório apresentado e as sugestões feitas em Plenário, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório que passa a constituir o Parecer nº 1, de 2019, da Comissão.

Peço aos senhores uma salva de palmas para o nosso Relator. *(Palmas.)*

Ele só trazia um biscoitinho aqui debaixo da mesa. Sou testemunha. *(Risos.)*

**O SR. CARLOS VIANA** (PSD - MG) – Gostaria também, Excelência, de dar os parabéns – já citei nominalmente aqui – ao Flavio, meu parceiro.

Muito obrigado, Flavio. É a segunda grande CPI. A primeira é a CPI do Futebol. Agora é a CPI da Mineração. *(Palmas.)*



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

**A SRA. PRESIDENTE** (Rose de Freitas. PODEMOS - ES) – Antes de encerrar, coloco em votação as Atas da 14ª Reunião e da presente Reunião, solicitando dispensa da leitura.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas.

Declaro encerrada a presente reunião da CPI.

**O SR. JORGE KAJURU** (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Presidente...

**A SRA. PRESIDENTE** (Rose de Freitas. PODEMOS - ES) – Pois não.

**O SR. JORGE KAJURU** (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Só para dizer aqui, nas minhas 30 redes sociais, do apoio maciço, da satisfação da população brasileira pelo consenso que houve aqui entre nós, muito especialmente por parte do Relator Carlos Viana, depois do exímio e cauteloso relatório feito e concordando com as observações... Apenas num ponto houve de divergência.

**A SRA. PRESIDENTE** (Rose de Freitas. PODEMOS - ES) – Não houve, porque todos acataram a sugestão de V. Exa.

**O SR. JORGE KAJURU** (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Parabéns!

**A SRA. PRESIDENTE** (Rose de Freitas. PODEMOS - ES) – Parabéns a V. Exa.

**O SR. JORGE KAJURU** (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Estou orgulhoso de vocês, meus amigos e meus companheiros.

**A SRA. PRESIDENTE** (Rose de Freitas. PODEMOS - ES) – Aprovado o relatório, damos por encerrada a presente reunião.

Obrigada.

*(Iniciada às 13 horas e 28 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 32 minutos.)*





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A ACOMPANHAR A PEC 6, DE 2019 DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE MAIO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às quatorze horas e vinte e nove minutos do dia vinte e nove de maio de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Otto Alencar, reúne-se a Comissão Especial destinada a acompanhar a PEC 6, de 2019 com a presença dos Senadores Tasso Jereissati, Esperidião Amin, Veneziano Vital do Rêgo, Rodrigo Pacheco, Elmano Férrer, Major Olímpio, Paulo Paim, Chico Rodrigues, Wellington Fagundes, Eliziane Gama, Marcos do Val, Arolde de Oliveira, Angelo Coronel, Juíza Selma, Rogério Carvalho, Mecias de Jesus, Fernando Bezerra Coelho, Jorge Kajuru, Styvenson Valentim, Flávio Bolsonaro, Nelsinho Trad, Luis Carlos Heinze e Izalci Lucas. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Cid Gomes, Jaques Wagner e Oriovisto Guimarães. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa.** **Finalidade:** Audiência Pública destinada a debater a PEC 6, de 2019. **Participantes:** Felipe Scudeler Salto, Diretor-Executivo da Instituição Fiscal Independente; Eduardo Castanheira Garrido Alves, General de Divisão - Assessor Especial do Ministro da Defesa; Pedro Fernando de Almeida Nery Ferreira, Consultor Legislativo do Senado Federal. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e cinquenta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

### Senador Otto Alencar

Presidente da Comissão Especial destinada a acompanhar a PEC 6, de 2019

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/05/29>



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão Temporária destinada a acompanhar a tramitação, na Câmara dos Deputados, da PEC nº 6, de 2019, que modifica o sistema de Previdência Social.

Antes de iniciar os trabalhos, coloco em votação a ata da primeira reunião, solicitando a dispensa de sua leitura.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Esta reunião destina-se a uma audiência pública e dela participarão os seguintes convidados: Gen. de Divisão Garrido, Assessor Especial do Ministro da Defesa; Dr. Pedro Fernando de Almeida Nery Ferreira, Consultor Legislativo do Senado Federal; Dr. Felipe Salto, Diretor Executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI).

Sou aspirante do Exército; então, minha continência ao General. O senhor pode começar aqui a fazer a sua explanação. Depois os outros convidados começarão a expor para nós todos aqui.

General, nós já estivemos lá no quartel general e discutimos num jantar, já temos mais ou menos uma visão, mas é importante fazer isso aqui no Senado Federal para que possamos ter consciência do que será a reforma da previdência para os militares.

O Senador Tasso Jereissati é o nosso Relator.

Eu poderia perguntar ao senhor quantos minutos o senhor deseja para fazer sua exposição?

**O SR. EDUARDO CASTANHEIRA GARRIDO ALVES** – Calculo algo em torno de 20 minutos.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Vinte minutos.

Então vamos lá.

Concedo a palavra ao Gen. Garrido.

**O SR. EDUARDO CASTANHEIRA GARRIDO ALVES** – Senador Otto Alencar, Senador Tasso Jereissati, muito obrigado pela oportunidade de nós falarmos um pouco sobre o nosso PL 1.645, que trata da reestruturação do nosso Sistema de Proteção Social dos Militares das Forças Armadas.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou seguir rapidamente esse sumário.

Próximo, por favor.

O primeiro ponto interessante é que um trabalho produzido pela Fundação Getúlio Vargas em 2016 mostra que a regra no mundo é que os militares tenham um sistema de proteção social separado da previdência civil. Somente oito países, que estão ali em vermelho, têm um sistema comum. Na quase totalidade dos países, em azul, os militares têm um regime diferenciado.

Próximo.

A nossa situação está estabelecida, o nosso Sistema de Proteção Social, pelo art. 142, inciso X, §3º, quando diz que a lei é que vai dispor sobre as nossas condições de ingresso, transferência para inatividade, remuneração, todos esses aspectos, direitos e deveres, sempre consideradas as peculiaridades de nossas atividades. Por isto mesmo é que, na PEC 6, nós não estamos incluídos: porque nós não estamos nem no art. 40, que trata do Regime Próprio, nem no art. 201, que trata do Regime Geral.

Nós somos diferentes. Isso já está expresso, inclusive, no art. 7º da Constituição. O art. 7º trata dos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, e o nosso art. 142, que trata dos militares das Forças Armadas, diz que a nós somente se aplicam 6 daqueles 34 incisos que estão previstos no art. 7º.

Dentro das principais peculiaridades que nos envolvem, nós temos a questão do regime de trabalho – costumamos dizer que nosso regime de trabalho pode chegar a 168 horas semanais, porque, se estivermos em missão, nós vamos sair rodando 24 por 7 –; não temos direito a hora extra remunerada, adicional noturno, adicional de periculosidade; acúmulo de emprego não podemos ter; não temos fundo de garantia, gratificações salariais; não podemos nos sindicalizar; não temos direito a greve; não temos contribuição patronal – a nossa contribuição é para a pensão militar –; nós não contribuimos para uma aposentadoria, nós contribuimos para deixar um patrimônio para o cônjuge, que está na faixa de 7,5%; e a nossa contribuição para a assistência médico-hospitalar e assistência social é de 3,5%. Então, isso gera 11% e, em média, contribuimos por 62 anos.

Uma pergunta que pode ficar é: "Bom, mas então os militares estão pleiteando receber hora extra, adicional noturno, adicional de periculosidade?" Não. Nós não queremos, nós não desejamos ter nenhum desses tipos de direito. Por quê? Porque, se isso acontecer, nós vamos perder a essência de ser uma força armada, de ter uma capacidade de pronta resposta a qualquer eventualidade que a nossa Nação precise e demande. Senão nós vamos ter que saber se há dinheiro no orçamento para cumprir essa missão, para sair em GLO, para atender a uma calamidade, e isso vai fazer com que se perca o espírito que nos move hoje, a maneira como nós atuamos hoje.

*(Intervenção fora do microfone.)*





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. EDUARDO CASTANHEIRA GARRIDO ALVES** – Sim. Por quê? Nós contribuimos desde o momento em que ingressamos até o momento da nossa morte. Então, como a nossa contribuição é para a pensão militar, o nosso tempo médio, desde que ingressamos até a nossa morte, dá em torno de 62 anos.

Em 2017, nós fizemos um estudo para projetar quanto a União economizava por não nos pagar aqueles direitos que eu mencionei. Nós fizemos um levantamento em todos os nossos comandos militares de área e apenas com as missões com duração de 24 horas – então, missões que passam de 8 horas por dia de trabalho nós não consideramos. Levamos em consideração dias no mar, dias nos pelotões de fronteira, dias em treinamento que temos regularmente durante o ano. Chegamos a uma conta que significou, à época, que a União deixava de gastar conosco cerca de 20,7 bilhões anualmente. Corrigindo esses valores para 2019, significa que anualmente, por não nos pagar esses direitos, a União já economiza 23,5 bilhões, ou seja, quando consideramos o período de 10 anos que está sendo trabalhado nessas projeções da nova previdência, a nossa economia em 10 anos é de 235 bilhões. E, como eu disse, nós não queremos ter nenhum daqueles direitos.

Próximo, por favor.

Nós temos a Medida Provisória 2.215, lá de 2001. Essa medida provisória vem nos impondo perdas ao longo do período. Então, essas perdas ao longo do período... Na verdade, o que aconteceu com aquela medida provisória? Ela ocasionou um achatamento salarial. Por quê? Porque nós deixamos de fazer jus a uma série de direitos, ou seja, o militar que já estava na reserva antes de 2001 preservou todos aqueles direitos, e os militares que desde então têm ido para a reserva anualmente vão sendo impactados por aquelas medidas.

Para os senhores terem uma ideia: a diferença entre um coronel que estava na reserva antes de 2001 e um coronel que está na reserva hoje é algo em torno de 20%. Se nós considerarmos um coronel que tenha entrado nas Forças Armadas – como aspirante, obviamente – lá em 2000, 30 anos depois, quando ele puder ingressar na inatividade, a perda chega a 25%. E, como nós contribuimos para a pensão militar aqueles 62 anos, pela regra atual, na hora em que o militar morre, a viúva, o cônjuge, deixa de contribuir para a pensão. Então, essa defasagem salarial pode chegar a 33%. No caso das nossas praças, a situação é ainda pior: a defasagem salarial entre as nossas praças pode chegar a 43%.

Então, essa defasagem gerou uma economia para a União ao longo desse tempo por não nos pagar uma remuneração que mantivesse a equidade entre os nossos postos e graduações. Essa, inclusive, é também uma das ações que essa reestruturação está fazendo. "Ah, então vocês estão voltando todos a ganhar igualmente?" Não, isso não é possível mais, mas aquela tendência declinante nós conseguimos, com esse projeto, com a reestruturação da carreira, reverter parcialmente.

Próximo, por favor.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quais são as novas regras? O nosso Sistema de Proteção Social envolve cerca de 770 mil famílias – temos aí o total de nossos ativos, inativos e pensionistas. Quem presta um pouco mais de atenção verifica que, no Rio de Janeiro, são 268 mil famílias envolvidas diretamente pelas alterações que estão sendo processadas. Por quê? Primeiro porque a Marinha tem uma forte concentração no Rio de Janeiro, o Exército tem uma concentração também muito grande de suas escolas no Rio de Janeiro, o pessoal inativo antigamente ficava muito no Rio de Janeiro. Então, tudo isso faz com que o universo no Rio de Janeiro seja bem mais significativo do que nos demais Estados da Federação.

Regras que estão sendo alteradas. Até então nós poderíamos ingressar na inatividade com 30 anos de serviço; passaremos a 35 anos. Fizemos também um ajuste nas idades limites, ou seja, a idade máxima com que o militar pode permanecer no posto – essa idade máxima está associada às necessidades de higidez física e mental. Com isso, nós também iremos prolongar o tempo do nosso pessoal no serviço ativo. Hoje alguns militares até gostariam de permanecer mais tempo, mas existe essa regra da idade limite que os obriga a uma transferência *ex officio*.

Então, quem já tiver 30 anos na data da promulgação do projeto de lei tem o seu direito adquirido e, para aqueles que ainda não completaram, teremos uma regra de transição que é o tempo que falta acrescido de 17%. Essa regra de transição não é uma novidade, é a mesma regra que foi utilizada na Emenda Constitucional 41, de 2003, para a Magistratura, o Ministério Público e o Tribunal de Contas da União.

Dependentes. Há uma alteração também significativa que está sendo feita, porque nós tínhamos um sistema muito permissivo no que diz respeito a colocar pessoas, familiares, na situação de dependentes para fins de assistência médica e odontológica. Então, nós estamos reduzindo radicalmente isso: de dezoito situações, chega-se a apenas cinco situações nas quais o pessoal vai poder, então, ter esse pessoal como dependente. Com isso também se projeta uma redução de despesas na área da saúde.

As alíquotas. Atualmente contribuímos com 7,5% mais os 3,5% para assistência médica: 11%. A nossa pensionista basicamente só contribui com a assistência médica. A nossa proposta é que todos passem a contribuir com 10,5% – então, tanto os ativos e inativos quanto os pensionistas. Assim, passaremos todos a ter uma faixa de contribuição de 14%. Com um detalhe: as filhas pensionistas terão ainda uma contribuição adicional de 3%. Então, a filha não tem direito a assistência médica e odontológica. Ela vai ter os 10,5% da contribuição geral, para todos, e um adicional de 3%. Então, as filhas passarão a contribuir com 13,5% sobre a remuneração bruta. Este é um aspecto também interessante: as nossas contribuições não são em cima do teto do INSS, mas sempre sobre a remuneração bruta.

Nas novas regras, as principais receitas estão associadas com a nossa...

(Intervenção fora do microfone.)





**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. EDUARDO CASTANHEIRA GARRIDO ALVES** – Sim, há um eslaide mais à frente em que a gente mostra isso aí.

Temos uma receita... As principais receitas estão associadas à redução de efetivos. Projetamos uma redução de 10% dos nossos efetivos nos próximos 10 anos. Paralelamente a isso, estamos fazendo uma substituição de militares de carreira por militares temporários. O militar temporário não é promovido a determinados postos, ele fica até primeiro-tenente. Depois disso ele não gera uma despesa de inativo e não gera uma despesa com pensionistas. Com isso, nós estamos, no longo prazo, reduzindo as nossas despesas.

Este é um aspecto interessante: muitas das medidas adotadas agora terão um reflexo em 2040, em 2050 e, mais fortemente, a partir de 2060, quando, então, todo o pessoal deixa de ter determinadas despesas por conta da União.

Ao mesmo tempo, estamos abrindo a possibilidade de os militares desistirem da contribuição para a filha, porque hoje existe uma situação, a partir da Medida Provisória 2.215, em que quem optou por contribuir para a filha não pode desistir em momento algum. Isso gera uma situação... A pessoa contribui e, muitas das vezes, o que vai acontecer? Cito muito o meu caso. Eu só tenho filho. Então, eu tenho duas opções: pagar e nunca receber ou, daqui a alguns anos, adotar uma menina e deixar uma conta para a União por mais 50, 60, 80 anos. Na nossa visão, isso não é justo. Então, o que estamos querendo nesse caso é que a pessoa possa desistir desse direito.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. EDUARDO CASTANHEIRA GARRIDO ALVES** – Pois não.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Depois você formula.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Pode seguir.

**O SR. EDUARDO CASTANHEIRA GARRIDO ALVES** – Então...

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. EDUARDO CASTANHEIRA GARRIDO ALVES** – Posso colocar rapidamente?

Hoje, da maneira como está redigido, não pode. É irrevogável, não se pode abrir mão daquela contribuição, é em caráter irrevogável. No PL nós estamos colocando que passa a ser... A qualquer momento o indivíduo pode desistir. Então, é um ponto cuja redação estamos aperfeiçoando para permitir essa desistência da contribuição para a filha.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ao mesmo tempo, aquela universalização da contribuição, é como eu comentei: todos saindo de 7,5% para 10,5%, e há algumas situações que antes não havia.

A contribuição para a pensão. Os alunos das escolas de formação, das nossas escolas, tanto de oficiais como de praças, eles não contribuíam para a pensão militar, somente depois de formados. Então, agora, no momento em que ingressarem, já vão contribuir para a pensão militar.

Nossos cabos e soldados com menos de dois anos de serviço também não contribuíam. Então, eles passarão a contribuir desde o momento em que entrarem.

As pensionistas, como eu disse... A gente costuma brincar dizendo que a gente vale mais morto do que vivo, porque, na hora em que a gente morre, deixa de haver a contribuição para a pensão. Agora todos passarão a pagar durante todo o tempo, até a morte.

E um detalhe interessante: com essa universalização da contribuição, se antes nós contribuíamos durante 62 anos, nós agora passaremos a contribuir durante 71 anos. Por quê? Em média o nosso núcleo familiar... Há uma diferença por volta de 4 a 5 anos entre o homem e a mulher e, como a mulher, em média, vive de 4 a 5 anos a mais do que o homem e hoje majoritariamente o nosso núcleo de militares é do sexo masculino, isso vai fazer com que essas pensionistas contribuam por mais 9 anos.

Próximo, por favor.

Estamos trabalhando as nossas propostas de ajustes nesses três adicionais: o adicional de habilitação, o adicional de disponibilidade militar, que é justamente para reconhecer essa peculiaridade do militar da dedicação exclusiva e da disponibilidade militar, e a questão também de ajustes nos valores da ajuda de custo, que é paga uma única vez quando o militar ingressa na inatividade.

Um ponto que norteou o nosso trabalho foi fazer com que o militar passasse a ter uma remuneração típica de uma carreira de Estado. O que acontece hoje? Hoje... Isso aqui é para o nível superior, esse quadro comparativo. O nosso aspirante, quando conclui as escolas da Academia Militar, da Escola Naval ou da Academia da Força Aérea, em média sai com uma remuneração bruta de R\$8,6 mil. O nosso coronel, com aquelas regras que vêm da Medida Provisória 2.215, chegará a uma remuneração máxima de R\$16,789 mil. Então, quanto a gente compara com outras carreiras de Estado, vê que nenhuma carreira de Estado tem uma remuneração tão baixa no seu início, e a nossa remuneração final é, muitas vezes, menor que a remuneração inicial de outras carreiras de Estado. Isso gera uma distorção muito grande.

O que isso traz principalmente? A dificuldade de acumulação de patrimônio ao longo da carreira. Isso sem contar que, em todas aquelas outras carreiras, normalmente, vários daqueles integrantes ocupam cargos DAS-4, DAS-5 ou DAS-6, o que gera ainda uma remuneração adicional. Isso, para nós, é um motivo de preocupação, porque o nosso pessoal tem muita dificuldade para constituir um patrimônio. E sempre lembro que essa referência é feita ao coronel. Por quê? Porque o coronel, assim como o





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

subtenente, são os últimos postos dentro dos oficiais ou das praças. "Ah, e o general?" O general segue outro processo, que é um processo de escolha, e engloba apenas 0,1% do efetivo das Forças Armadas. Então, é um grupo diferente. Mesmo assim, se pegar o nosso Quatro Estrelas, ele está abaixo de todas essas carreiras no topo.

Próximo.

A nossa proposta começou lá em 2016. Então, não é uma coisa de agora, deste Governo, recente. Em 2016 nós começamos esse trabalho e vimos trabalhando para valorizar a disponibilidade permanente, garantir uma sustentabilidade do próprio sistema, reconhecer as nossas peculiaridades, reestruturar a carreira. Principalmente com o aumento do tempo de serviço, nós temos que otimizar a gestão, melhorar o fluxo de carreira. Vamos ter que aumentar o tempo de permanência nos postos, nas graduações, e também estimular uma maior produtividade dos nossos integrantes, além de reduzir aquela defasagem que foi mostrada.

Próximo.

Estamos mexendo em quatro leis e em uma medida provisória.

Esse aqui...

*(Soa a campainha.)*

**O SR. EDUARDO CASTANHEIRA GARRIDO ALVES** – ... é o resultado que nós temos, entre os impactos de receita e despesa. Então, nos três primeiros anos, que são anos mais focados com a Lei de Responsabilidade Fiscal, um superávit: 2,3 bilhões; nos dez anos, cerca de 10 bilhões; e, como eu disse, à medida que vai passando o tempo, vai aumentando essa economia. Então, nos dez anos seguintes, o superávit já é de 23 bi, e isso vai aumentando ao longo do tempo.

Próximo.

A nossa reforma é autossustentável e economiza, além disso, 23,5 bilhões, porque a União não nos paga uma série de direitos durante todo o ano por não termos horas extras etc.

Aqui até acrescentei um ponto diante das muitas dúvidas que normalmente surgem no dia a dia. Vamos lá. "Ah, esse é o momento adequado para essa reforma? Ela não deveria ser feita separadamente? Não se deveria esperar um pouco?" Como eu disse, o achatamento que a Medida Provisória 2.215 acarretou é muito grande. Então, gera uma diferença remuneratória de 33% a 43%. As leis que nós estamos mexendo estão interligadas. Quando eu aumento de 30 para 35 anos, eu tenho que mexer no estatuto, eu tenho que mexer na lei de promoções, eu tenho que mexer na lei de pensões e tenho que mexer na lei que trata da remuneração. Então, as coisas estão muito interligadas, ficaria meio incoerente para nós mexer numa e não mexer na outra.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa proposta, como nós vimos, é autossustentável, é superavitária e teve o aval do Ministério da Economia, com quem nós discutimos todo tempo. E quanto mais a gente vai prolongando essa discussão, vai prolongando essa reestruturação, mais urgente e mais complexa vai ficando a situação dos militares das Forças Armadas.

O déficit do sistema é outro ponto muito explorado. Provavelmente amanhã vai estar, de novo, sendo explorado por conta até de que hoje foi liberado o Relatório Resumido da Execução Orçamentária. Então, hoje, esses dados foram apresentados pelo Ministério da Economia ao tratar da nova previdência, nós temos um déficit de 18,4 bilhões. Com as medidas que nós adotamos, elas vão cair, vão dar uma certa estabilizada. Em 2025, o déficit estaria abaixo do que ele é hoje: em vez de estar crescente vai estabilizar. E aquilo que nós observamos lá nas nossas peculiaridades: nós não temos a contribuição patronal por parte da União, diferentemente do que ocorre com o servidor civil ou com o trabalhador em geral. Se houvesse uma contribuição patronal nos mesmos moldes da que é aplicada hoje para o servidor público, então, nós chegaríamos a ter um superávit, em 2025, na faixa de 2,3 bilhões.

Próximo.

A nossa pensão militar. Nós começamos em 1795, quando foi criado o Montepio Militar para os oficiais de Marinha. Naquela ocasião recolhíamos um dia de soldo para a Real Fazenda. Hoje nós recolhemos 7,5% com 62 anos de contribuição. Com o nosso PL, nós passaremos a 71 de contribuição com uma alíquota de 10,5%. Então, isso dá uma receita muito significativa no nosso caso.

Próximo.

Questão da pensão da filha. Muita dúvida nesse ponto. Lá em 2011, antes de 2001, o militar deixava a pensão para o cônjuge, depois podia ficar para a filha. Ali em 2001 teve de fazer uma opção: quem quiser continuar a manter o direito para a filha tem que contribuir com mais 1,5%. A partir de 2001, não pode mais deixar o direito para a filha. Então, o Major Luiz Gustavo, que está ali operando o computador, não pode mais deixar pensão para a filha. Isso já foi extinto. E esse estoque está caindo ano a ano até a sua extinção completa. Nós vivemos uma fase de transição nessa questão. E como é o PL também, nós estamos incidindo fortemente na filha. A filha é quem mais vai ser penalizada pelas propostas em andamento. Ela vai passar a pagar 13,5% da sua remuneração bruta para fins do nosso sistema de proteção social.

Algumas outras questões que, às vezes, são suscitadas é: "Ah, elevaram demais o percentual do adicional de habilitação". Bom, o nosso adicional de disponibilidade está associado à liderança e à experiência; o adicional de habilitação, à meritocracia. E mesmo assim ele é inferior ao das demais carreiras do Poder Executivo. Então, nós estamos com um índice que chega a ser metade daquilo a que determinadas carreiras fazem jus para o título de doutorado, esse é um aspecto importante.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O nosso topo da carreira, o nosso coronel, ainda assim vai ficar inferior às demais carreiras. Ele apenas se desloca para ficar naquele bolo, dentro daquelas carreiras de Estado, até porque nós temos uma característica: nós só alcançamos o topo da carreira com cerca de 28 anos, com 30 anos de serviço é que vamos chegar a coronel, diferentemente de outras carreiras do Executivo que, com 13 anos, já estão no topo e permanecem mais tempo naquele topo, podendo acumular mais patrimônio com as vantagens daí decorrentes. Então, esse é um ponto também importante para nós.

Próximo.

Como conclusão, nós podemos dizer que a nossa reforma é justa, é superavitária, é autossustentável, o nosso projeto de lei visa valorizar a meritocracia, valorizar a experiência. Estamos buscando reforçar a hierarquia e a disciplina, valorizar a carreira militar como uma carreira de Estado. Isso é importante para quê? Para atrair e reter talentos. Cada vez mais nossos equipamentos são sofisticados. Nós precisamos ter gente bem preparada. E o que vinha acontecendo é que anualmente nós perdíamos um efetivo muito grande de militares para outras carreiras de Estado ou para a iniciativa privada. Então, era um investimento da União nas suas Forças Armadas que estava sendo perdido. E mais importante: não é um reajuste salarial. Muitas vezes a gente observa algumas manifestações, algumas associações com o pensamento de um reajuste salarial. Não é isso.

Próximo, por favor.

Então, o que a gente quer é ter quadros capacitados, quadros motivados, atrair e reter talentos para que nós possamos defender esse patrimônio que nós temos que deixar como legado para as futuras gerações.

Senador Otto Alencar, muito obrigado.

Era isso que gostaria de apresentar.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Eu agradeço a explanação do Gen. Garrido.

Eu pediria ao senhor só que aguardasse, porque o Pedro, agora, nosso assessor legislativo, vai falar sobre previdência de uma maneira geral, sobre o regime geral. Depois o Senador Tasso, que é o Relator, e o Senador Styvenson poderão formular as perguntas. Fique conosco aqui.

Passo a palavra ao Pedro Nery, Consultor Legislativo do Senado Federal. Ele vai falar algumas coisas a respeito do regime geral da previdência e sobre o regime próprio também.

Com a palavra o Dr. Pedro Nery.

**O SR. PEDRO FERNANDO DE ALMEIDA NERY FERREIRA** – Obrigado, Presidente.

Boa tarde, Senador Tasso, Senador Styvenson, Gen. Garrido.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou fazer alguns comentários em relação à previdência dos militares nos Estados, que também é afetada pelo projeto de lei que o General apresentou e, depois, como o Presidente Otto falou, fazer um panorama sobre a PEC 6 também em relação ao regime geral.

Hoje, qual a situação dos policiais e dos bombeiros militares? Esse é um dos poucos temas que os Governadores e as Assembleias Legislativas podem tratar. Com a PEC 6 esse assunto passaria a ser de competência da União, portanto, seria afetado pelo projeto de lei que o Gen. Garrido expôs.

Compilei alguns dados hoje. A gente tem uma situação que é bastante impressionante. Nós já temos 14 Estados da Federação gastando mais com policiais e bombeiros militares inativos e pensionistas do que com os próprios policiais e bombeiros militares da atividade. Apesar de a gente ser um país jovem, apesar de a gente ter um quadro de violência urbana muito grave, muitos Governadores já pagam mais policiais e bombeiros militares inativos do que em atividade. Essa é a realidade no Sul e Sudeste do Brasil, em Mato Grosso do Sul, e em boa parte do Nordeste também.

Pode passar, por favor.

Esse é um trabalho do Ipea que saiu em abril. Ele mostra que, em relação à receita corrente líquida, os Estados já estão gastando perto de 6% apenas com inatividade militar. Então, policiais e bombeiros militares, em relação à receita corrente líquida...

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Seis por cento de...

**O SR. PEDRO FERNANDO DE ALMEIDA NERY FERREIRA** – Da receita corrente líquida.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Da corrente líquida.

**O SR. PEDRO FERNANDO DE ALMEIDA NERY FERREIRA** – Para o valor que era cerca de 4% na década passada.

Pode passar, por favor.

E eu estimo esse gasto, em 2018, na ordem de R\$40 bilhões. Vejam, esse não é o valor da folha de pagamento de policiais e bombeiros militares. Apenas dos inativos no Estado.

Para a gente ter uma ordem de grandeza, fazendo uma comparação simples, o gasto do Bolsa Família é de cerca de R\$30 bilhões. O investimento público nos Estados também está na ordem de R\$30 bilhões. Então, a gente já gasta com policiais e bombeiros militares inativos e pensionistas 40 bi, mais do que com o Bolsa Família, mais do que os próprios Estados investem.

Pode passar, por favor.

As razões do desequilíbrio são basicamente duas. Uma é a questão quantitativa do contingente, quer dizer, há muitos inativos e pensionistas para a quantidade de ativos que existe, isso porque o tempo





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

médio de serviço é mais baixo em relação a outras carreiras e as idades expulsórias de cada patente também, e também por conta do valor dos benefícios. Os militares ainda possuem integralidade e paridade e vou mostrar daqui a pouco como isso afeta essa questão.

Pode passar, por favor.

Bom, a questão do baixo tempo de serviço das idades expulsórias é corrigido pela reforma que o Gen. Garrido apresentou. Ela eleva o tempo de serviço também para os Estados e também elevaria as idades máximas em cada patente. Por outro lado, existe uma controvérsia que a gente pode discutir em relação ao efeito da contribuição. Muitos Estados possuem hoje contribuição para seus militares muito maior do que aquelas que estão sendo colocadas no projeto para os militares das Forças Armadas. Então, existe algum receio aí de que a reforma reduza a arrecadação desses entes.

Pode passar, por favor.

De novo o trabalho do Prof. Cláudio Hamilton, do Ipea. A gente tem aí uma pirâmide etária dos militares estaduais. A gente vê poucos militares acima dos 50 anos em atividade.

Pode passar, por favor.

A idade média de ida para a reserva nos Estados está ao redor dos 50 anos. Quando a gente compara com os servidores públicos, que ainda têm uma regra vantajosa, cerca de 57 anos.

Pode passar, por favor.

Os dados do Ipea foram apresentados em abril e são compilados para o ano de 2016. E aí levantei os dados para o final do ano passado em geral, 2018, e a gente vê como a evolução tem sido muito impressionante. De dois anos para cá, a folha de pagamentos dos Estados cresceu, para militares estaduais, em cerca de 27 mil pessoas, mas 22,6 mil apenas para aposentados. O ganho de novos policiais e bombeiros em atividade no conjunto dos Estados do Brasil foi inferior a 4 mil.

Pode passar, por favor.

Então, a gente teve um contingente crescendo em cerca de 3%, mas 9% para os aposentados, menos de 1% para os policiais e bombeiros em atividade.

Pode passar.

Essa é a razão entre inativo e ativo nos Estados. A gente já tem alguns Estados que têm mais inativos e pensionistas do que policiais e bombeiros em atividade. Os casos mais emblemáticos são do Estado do Rio Grande do Sul e de São Paulo.

Pode passar.







## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí eu chego à segunda questão desta apresentação, que é a questão do valor dos benefícios. Como policiais e bombeiros militares ainda possuem regra de integralidade e paridade, o valor da inatividade de um bombeiro e de um policial militar é maior do que o salário, o soldo de um policial e bombeiro, em média. Então, a gente está com algo perto de R\$8 mil para os inativos e uma média de R\$5 mil para os ativos.

Vamos lembrar que a integralidade é o direito de se aposentar com 100% da média do último soldo. Então vamos supor que a carreira é uma escadinha que vai tendo etapas ou reajustes. O militar inativo leva tudo isso para a aposentadoria, para a reserva, que, entre aspas, é a "aposentadoria". Então, por isso, o valor médio do gasto com o inativo tende a ser maior do que com um ativo.

Pode passar, por favor.

Eu salientaria também que, com relação à política de soldo para quem está em atividade, a integralidade e paridade são uma restrição importante à valorização desses profissionais, porque toda vez que o Governador ou a Assembleia tentar dar um reajuste para os profissionais que estão em atividade vai ter que dar também para o profissional que está na inatividade e em proporção maior, porque o valor médio é maior.

Pode passar, por favor.

Então, com a reforma, segundo estudo do Ipea, a idade mediana subiria nos Estados, a idade mediana para a ida para a reserva, de 51 para 55 anos. O impacto seria de R\$50 bilhões em dez anos no conjunto dos Estados, então, um impacto bastante expressivo. E existe essa controvérsia que talvez seja o tema mais interessante em relação à questão dos militares estaduais hoje, que é a questão das alíquotas. Alguns Estados já têm alíquota de até 14%. E quando a gente equipara com as Forças Armadas, cuja alíquota está indo para 10,5%, muitos Estados teriam perda. O Governo diz que a base de tributação está aumentando. Então, para alguns Estados, pode ser bom; para outros, pode não ser. De qualquer forma a proposta pode ser alterada para permitir que a convergência da alíquota da União e dos Estados só aconteça quando nos Estados ela for menor. Aí é um debate para ser feito com os Governadores, com os secretários, para ver se é de interesse.

Pode passar, por favor, dois eslaides.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PEDRO FERNANDO DE ALMEIDA NERY FERREIRA – Já é 14, não é?**

Agora, saindo dessa questão dos militares estaduais, queria aproveitar que a gente está tendo a oportunidade de reunir a Comissão Especial de Acompanhamento da PEC 6 para tratar dos temas que são mais polêmicos. A gente está chegando, no dia 30, amanhã, ao último dia de apresentação de emendas à PEC 6 lá na Câmara. E existe um...





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. TASSO JEREISSATI** (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Senador Tasso Jereissati.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Eu sugeriria que nós esgotássemos o tempo da aposentadoria dos militares. Inclusive, o Styvenson está aqui e tem algumas questões a levantar sobre os policiais militares aposentados...

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois não.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Em seguida, nós passaríamos para...

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Certo, sem problema.

Acato a questão de ordem de V. Exa.

Passo então a palavra ao Senador Styvenson, que deseja...

**O SR. STYVENSON VALENTIM** (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – É que me chamou a atenção...

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Pode falar ao microfone.

**O SR. STYVENSON VALENTIM** (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Estou só há 100 dias aqui e me esqueço do microfone. Estava atento, estava lendo. A contribuição das Forças Armadas Federais, se não me engano, é até 35 anos, não é isso? Olhei aqui.

**O SR. EDUARDO CASTANHEIRA GARRIDO ALVES** – O aumento do tempo de serviço vai de 30 para 35.

**O SR. STYVENSON VALENTIM** (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – De 30 para 35. Aumentou. E o dos militares estaduais tem também um acréscimo de 50 para 55.

**O SR. PEDRO FERNANDO DE ALMEIDA NERY FERREIRA** – Eu entendo que o tempo de serviço seria elevado. Para todos os Estados que estão abaixo de 35, iria para 35 anos.

**O SR. STYVENSON VALENTIM** (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – É! Mas parece que, como mesmo disse, sobre a alíquota, a que vai ser cobrada, de 10% para as Forças militares, fica meio destoante, uma vez que a gente não sabe ainda, Tasso Jereissati, já que o senhor vai ser o Relator, Senador excelentíssimo, o que vão seguir os Estados; se vão seguir na íntegra o que vai vir para os militares, uma vez que as Forças Armadas estaduais são forças auxiliares, acompanham a mudança, a modificação em idade, em contribuição, em tempo, em tudo, sem levar em consideração a função de cada um, a real função de cada um. Porque é inevitável: um soldado da PM é bem diferente de um soldado do



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Exército, um capitão da PM é bem diferente de um capitão do Exército. A atividade fim é diferente. O combate à criminalidade, estar na rua, estar exposto a vários estresses, a tudo o que acontece.

Então, é esse ponto que eu queria ver. Porque eu perguntei a Tasso, que vai ser o Relator: vai ser como? Vai seguir... Vai ser padronizado pelas Forças militares federais e os Estados vão seguir? Ou cada Estado vai fazer esse mosaico em idade, em tempo de contribuição, em avaliação realmente do serviço fim deles?

E uma outra pergunta a que eu prestei muita atenção, já que eu posso fazê-la, Gen. Eduardo, é porque eu ouvi o senhor falar no projeto, no PL, e eu não ouvi nem uma vez o senhor falar do sexo feminino. Existem militares femininas, mas não vi tratar delas. Porque está sendo discutido, está sendo tratada muito a questão do sexo feminino na área rural, em tudo.

Então, essas são algumas dúvidas na questão. Ainda não soube responder porque não chegou até aqui a questão da idade para os dois, a questão da contribuição para os dois. E isso é uma dúvida que a gente precisa saber antes, já que a gente está discutindo antecipadamente. E o sexo feminino também, senão a gente as estaria excluindo desse processo no tempo de serviço, de contribuição. Porque a mulher, coitada, já tem muitas atividades – falo coitada porque já têm várias atividades e ainda mais uma, laboral, que é essa de militar.

**O SR. PEDRO FERNANDO DE ALMEIDA NERY FERREIRA** – Agradeço o Senador Styvenson.

Certamente eu acho que há algumas controvérsias em relação ao que se vai aplicar ou não por conta dessas diferenças. Por exemplo, a gente teria que ter muita clareza em relação a quais são as patentes que são equivalentes às patentes das Forças Armadas. Cada Estado pode ter um funcionamento diferente. Parece-me que está claro que o tempo de serviço se eleva para todos os Estados, mas a questão da alíquota, a questão das idades expulsórias para cada patente, eu acho que o projeto de lei que está lá na Câmara teria que estar mais bem amarrado em relação a qual é o efeito nos Estados.

Aí, passo para o Gen. Garrido responder ao outro questionamento.

**O SR. EDUARDO CASTANHEIRA GARRIDO ALVES** – Senador, inicialmente, com relação ao sexo feminino, é o mesmo tratamento, porque desde que as mulheres...

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. EDUARDO CASTANHEIRA GARRIDO ALVES** – É o mesmo tratamento. São 35 anos de serviço. Desde que as mulheres ingressaram nas Forças Armadas, elas seguem o mesmo regramento dos militares. Por quê? Elas vão concorrer às promoções baseado no mesmo tempo de serviço. Não há distinção entre ser homem ou ser mulher. Obviamente que a distinção hoje é focada em quê? Para que atividades a mulher vai estar mais voltada e para que atividades hoje o homem está mais voltado. Mesmo



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

isso, pouco a pouco, também está sendo derrubado. Então, por exemplo, a Força Aérea já tem pilotos do sexo feminino, mas isso foi um processo gradativo. A Marinha também já tem as mulheres ingressando na Escola Naval na armada. O Exército é que está com sua primeira turma sendo formada na Academia Militar das Agulhas Negras. Então, para nós, se criássemos uma distinção, nós poderíamos acabar prejudicando a própria mulher na hora da sua ascensão profissional dentro das Forças. Por isso para nós não há distinção. São os mesmos 35 anos que terão que cumprir. Esse é um aspecto.

Com relação à questão da...

**O SR. TASSO JEREISSATI** (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Se me permite, General, com todo o respeito, eu acho que o que o Senador Styvenson levanta aqui é uma questão que está muito discutida aqui no Senado, qual é a visão das Forças Armadas no futuro. Quer dizer, sempre aqui, em todas as discussões, do rural, do regime geral, da previdência do servidor público, as mulheres têm um tratamento diferenciado. Se existe, qual é a visão, mesmo que seja mais adiante, das Forças Armadas em relação a isso?

**O SR. EDUARDO CASTANHEIRA GARRIDO ALVES** – A nossa visão, neste momento, é que estamos todos juntos. Vamos cumprir as mesmas regras, vamos trabalhar juntos nas mesmas condições, tendo os mesmos direitos de ascensão, condições de trabalho, etc. Como eu disse, obviamente que nós procuramos, de alguma maneira, selecionar para determinadas áreas mais o sexo feminino, para outras, menos. Mas isso também é um processo que gradativamente está sendo derrubado. Então, para nós, hoje, nós pensamos que estaremos, homens e mulheres, submetidos às mesmas condições. Não há distinção de gênero para ter algum tipo de tratamento diferenciado. Essa é a linha com que têm as Forças Armadas trabalhado desde a inserção das mulheres, na década de 80.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PEDRO FERNANDO DE ALMEIDA NERY FERREIRA** – Entendo que sim, Senador. Como está hoje, entendo que sim.

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. EDUARDO CASTANHEIRA GARRIDO ALVES** – Esse é um aspecto interessante...

**O SR. STYVENSON VALENTIM** (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Aí é que está a preocupação, General, Sr. Pedro, Senador Otto, porque eu consigo enxergar que realmente são iguais em contribuição, mas não em atividades. Se eu for analisar passo a passo... O senhor disse que há hoje mulheres que pilotam caça; homens também. Mas eu não sei se, dentro das condições iguais, são iguais mesmo.

Por mais que eu queria a igualdade das mulheres comigo, ter Senadoras pares a mim, elas não são iguais a mim fisicamente, em resistência, em hormônios. Há uma diferença. Querendo ou não, é preciso





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dizer isso para as mulheres. É um cuidado que eu tenho com elas. Tratar igual pode ser injusto dentro da mesma função, senão eu as estaria até rebaixando e, na verdade, não quero isso. Quero o tratamento ideal para elas. Se o ideal for igualdade, e for comprovado, General, aí, sim. Eu tenho em minha consciência poder votar um projeto de lei para os militares que venha dessa forma. Se não, eu vou ter que, realmente, ficar argumentando, puxando isso mesmo. Porque não sei o número de efetivo feminino hoje lá nas Forças Armadas, também não tenho nem ideia de quantas são na minha Polícia Militar, no meu Estado, porque há muito tempo não há concurso para esse cargo, para essa função, para esse sexo. Mas eu tenho certeza de que a mulher é desrespeitada em muito lugar, porque se ao percentual de 30% nos partidos políticos ninguém obedece, então, não é igual. Se é para ser igual, tem que ser igual em tudo.

Então, eu queria só saber do senhor, Pedro Nery, se segue a regra. É esta a preocupação que estou tendo aqui: se vai seguir a regra do Governo Federal e das Forças Armadas federais para os estaduais, o tratamento igual.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Pedro, se me permite, só o que temos discutido com o Presidente Otto, General, me desculpe, mas olhe o tamanho dele e olhe o meu! Não costumo discordar dele, não! Mas há uma ideia que parece que está – Senador Otto, confirme ou não as discussões que nós temos ouvido aqui – correndo na Câmara, e não aqui, porque não temos o processo de acompanhamento na Câmara, de que houvesse uma similaridade do regime de aposentadoria...

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Exatamente.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – ... dos militares à Polícia Militar, sendo que, no caso dos Estados, seria dado aos Governadores o direito de aderir por meio de lei ordinária, no caso dos policiais militares dos Estados. Foi essa...

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Isso não está definido ainda.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Não, não está definido. Estou dizendo de um sentimento que nós ouvimos como correndo dentro da Câmara, não aqui no Senado.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – É aquela possibilidade que o Deputado Samuel colocou...

**O SR. TASSO JEREISSATI** (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – ... que se colocaria um artigo dando a possibilidade aos Estados de aderirem ou não ao regime das Forças Armadas. Depende de os Governadores decidirem, até porque as colocações do Senador Styvenson são procedentes. Com o que ele colocou, eu concordo. Mas isso ainda está para ser definido.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. TASSO JEREISSATI** (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE. *Fora do microfone.*) – Isso é só para colocar o Senador Styvenson a par das discussões que estão ocorrendo hoje na Câmara.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Ele colocou uma coisa... No meu Estado, por exemplo, nós temos a participação da policial feminina, da Pfem. Senador, se uma policial feminina entra na carreira da Polícia Militar com 20 ou 22 anos, com 25 anos de contribuição ela pode se aposentar. No Estado da Bahia, é assim. Então, essa regra é que está em discussão, se vai ser modificada ou não. Na minha opinião, com 45 anos ou com 50 anos, a aposentadoria é muito precoce. É isso que tem de ser discutido.

Eu estava, há pouco, conversando com o Senador Tasso Jereissati. Nessa reunião, o Pedro estava presente. E, quando nós votamos aqui a PEC da Bengala, que passava a aposentadoria para 75 anos... Há alguns colegas de São Paulo, professores, coordenados pelo Dr. Miguel Srougi. Ele me pediu para vir aqui, com todos os professores, para pedir para aumentar a idade até 75 anos, porque eles queriam continuar dando aula e operando. Inclusive, essa foi uma coisa muito solicitada por várias categorias, por funcionários públicos, e nós ampliamos para 75 anos a aposentadoria. Foi a chamada PEC da Bengala.

Então, eu acredito que essa questão do tempo de contribuição e também do aumento da idade vai ser imperioso se alterar agora. Nessa reforma, em vários setores, terá de haver aumento da contribuição e também da idade, senão o sistema vai falir no futuro, não haverá como pagar essa conta.

**O SR. PEDRO FERNANDO DE ALMEIDA NERY FERREIRA** – Em relação às mulheres, eu levantei aqui uma informação que era de interesse do Senador Styvenson. Hoje cada Estado pode fazer a sua legislação para a questão da inatividade militar, e existe tempo de serviço diferenciado para a mulher, segundo o Ipea, no Acre, em Alagoas, no Amazonas, no Maranhão, em Minas Gerais, em Mato Grosso, em Mato Grosso do Sul, em Pernambuco, em Rondônia, em Roraima, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e em Tocantins. Então, nos outros Estados, já existe a igualdade. Eu entendo que, da forma como está a PEC e como está o projeto de lei, em todos haveria igualdade.

Mas, de fato, o Senador Tasso trouxe um tema que adiciona complexidade a essa discussão, porque existe a possibilidade – e a gente até acompanhou pela imprensa – de os Estados serem, de alguma forma, retirados da PEC 6. Por outro lado, a questão dos militares estaduais está no projeto de lei. Então, eu acho que está pouco claro ainda como seria essa questão dos militares estaduais caso a PEC 6 não trate do regime próprio dos servidores.

**O SR. EDUARDO CASTANHEIRA GARRIDO ALVES** – Eu até acrescentaria que o nosso projeto de lei está focado na reestruturação da carreira dos militares das Forças Armadas. A PEC 6 é que remete ao nosso projeto de lei. Se lá for retirada essa referência, não se aplica nada do que existe para a gente, porque, como eu disse, nós focamos no que eu preciso mexer para reestruturar a minha carreira,







## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

considerando que eu vou aumentar tempo de serviço, que eu vou ter outras condições de promoção. Então, este é um aspecto interessante: aquilo que for acertado na PEC 6 é que vai valer. Pode até ser dito que não vai valer nada do que está descrito para os militares. A questão é tirar a referência que existe à nossa situação. Mas aí é um aperfeiçoamento que o Congresso vai estudar e definir da melhor maneira.

**O SR. STYVENSON VALENTIM** (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. *Fora do microfone.*) – Obrigado, General. Já está antecipando as discussões.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – O Senador Tasso quer fazer alguma outra formulação ou pergunta ao General?

**O SR. TASSO JEREISSATI** (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Não, eu estou satisfeito com as informações do General.

Só ratifico novamente que a função desta Comissão é justamente a de já antecipar discussões que estão ocorrendo na Câmara Federal, para que possamos acompanhar e ter uma convicção mais firme, ou próximo disso, quando essas questões chegarem ao Senado. E mesmo até, se for o caso, já podemos influenciar a votação da Câmara, já que estamos em diálogo constante com o Relator, o Deputado Samuel Moreira, no sentido justamente de colocar as nossas posições aqui.

Muito obrigado, General.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – O senhor quer continuar?

**O SR. EDUARDO CASTANHEIRA GARRIDO ALVES** – Eu só colocaria uma informação: as Forças Armadas hoje têm 9% de efetivo de mulheres. Essa foi uma dúvida que foi colocada. A Força que mais tem mulheres é a Força Aérea, na faixa de 18%, se não me engano, mas é de 9%, com certeza, o efetivo de mulheres nas Forças Armadas hoje.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Então, vou passar a palavra para o Dr. Pedro.

**O SR. PEDRO FERNANDO DE ALMEIDA NERY FERREIRA** – Nos Estados também, são 10%.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Dez por cento?

**O SR. PEDRO FERNANDO DE ALMEIDA NERY FERREIRA** – São 10% de mulheres. Isso!

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Vamos agora...

**O SR. PEDRO FERNANDO DE ALMEIDA NERY FERREIRA** – Vamos falar agora da PEC 6 de maneira mais ampla.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – O senhor quer continuar a assistir à explanação dele?

**O SR. EDUARDO CASTANHEIRA GARRIDO ALVES** (*Fora do microfone.*) – Assisto, sim, com certeza!

**O SR. PEDRO FERNANDO DE ALMEIDA NERY FERREIRA** – Nós levantamos oito temas. Talvez, o Felipe Salto fale também sobre isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – O Felipe está aí?

**O SR. PEDRO FERNANDO DE ALMEIDA NERY FERREIRA** – Ele está ali.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Felipe, por favor, venha aqui, porque você vai contribuir também.

O Felipe é o Diretor Executivo da IFI (Instituição Fiscal Independente) do Senado Federal.

**O SR. PEDRO FERNANDO DE ALMEIDA NERY FERREIRA** – Existe um conjunto de temas que são mais controversos na tramitação da Câmara, que são objeto de muitas emendas.

O primeiro deles é o abono salarial. Na verdade, o abono é um tema estranho à matéria previdenciária. O abono salarial é um benefício custeado pelo FAT, é um benefício da seguridade trabalhista, mas que não tem caráter previdenciário, não estava na Proposta de Emenda à Constituição 287, do Presidente Temer. Ele já vem sendo objeto de discussões no Congresso desde a MP 665, de 30 de dezembro de 2014, enviada pela Presidente Dilma Rousseff. E existia uma discussão aí – acho que o Felipe concorda – em relação ao abono salarial por conta do teto de gastos. O Governo inseriu na reforma da previdência esse tema, que tem um impacto importante naquela conta de R\$1 trilhão.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – O abono é de um a dois salários, não é?

**O SR. PEDRO FERNANDO DE ALMEIDA NERY FERREIRA** – Isso. O abono salarial é aquele benefício também conhecido como PIS, que é o benefício recebido de um salário mínimo, uma espécie de décimo quarto salário para todo o trabalhador formal que ganha entre um e dois salários mínimos. Na proposta do Governo, só o receberia quem ganha um salário mínimo. Isso exclui a maior parte dos beneficiários. Então, é uma economia de algo em torno de R\$180 bilhões em dez anos, mas é um tema que não é previdenciário. Então, existe uma discussão grande sobre a conveniência ou não de tê-lo na PEC 6. Muito embora essa seja considerada uma política social que ficou um pouco datada, porque ela vem de um período em que a gente ainda não tinha tecnologias como o Bolsa Família, destinada a quem não é trabalhador formal, existe uma preocupação bastante legítima sobre a conveniência de ela estar na PEC 6.





## SENADO FEDERAL

### Secretaria-Geral da Mesa

O segundo ponto que é objeto de controvérsia é a questão do acúmulo de benefícios. A gente sabe que, no Brasil, a gente destoa do resto do mundo ao permitir o acúmulo de aposentadoria e de pensão. Por outro lado, existe uma discussão de que as regras da PEC são muito duras, especialmente com aqueles que são mais idosos e que não terão tempo para se planejar em relação à mudança de acúmulo. Um casal em que um contava com a pensão do outro, de repente, vai ter uma redução grande.

O terceiro ponto, que eu acho que é um grande candidato a sofrer alterações fortes já na Câmara dos Deputados, é o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Dentro dessa discussão de benefícios do INSS, ele é o benefício mais voltado aos trabalhadores mais pobres, de regiões menos desenvolvidas do Brasil. É o beneficiário que já se aposenta hoje mais tarde e que vive menos. Então, não foi muito bem recebida aquela proposta de reduzir o valor do BPC para R\$400 para quem não tem 70 anos ainda e de antecipar a idade mínima de 65 anos para 60 anos. Esse é um tema que... Como o impacto fiscal também é muito pequeno, de R\$30 bilhões em dez anos, é candidato... Talvez, a proposta já chegue a esta Casa com alterações nesse sentido.

O quarto ponto controverso que a gente tem visto é a questão da capitalização. A capitalização é uma previsão da PEC para uma eventual mudança futura do regime de financiamento da nossa previdência. Hoje, como a gente sabe, a nossa previdência é financiada por um regime de repartição, em que nós, que estamos em atividade, financiamos os benefícios dos aposentados e dos pensionistas. A capitalização é um modelo mais parecido com a previdência privada, em que cada um poupa para a sua poupança. Isso tem vantagens e desvantagens. Uma desvantagem bastante evidente da migração de um regime deficitário como o nosso para a capitalização é a perda de arrecadação. Então, existe uma preocupação aí: se a capitalização fosse mantida na PEC, ela deveria ser mantida com algumas salvaguardas para delimitar essa perda de arrecadação, para deixar claro como os benefícios vão ser custeados com pelo menos o piso de um salário mínimo, para deixar claro se vai haver contribuição patronal. Muito embora a capitalização seja, na PEC, regulamentada por uma lei complementar, no futuro existe uma preocupação de que, talvez, fosse já necessário na PEC haver algum tipo de proteção.

O debate também tem sido muito marcado pela questão da desconstitucionalização. Esse é outro assunto em que a previdência brasileira destoa do resto do mundo. É muito raro a gente ter num texto rígido como a Constituição regras dinâmicas como as regras previdenciárias. Eu digo que elas são dinâmicas porque são afetadas pela demografia. Por outro lado, talvez, exista uma desconstitucionalização excessiva na proposta. A Constituição não passaria mais a prever sequer o reajuste real dos benefícios; isso ficaria para ser tratado na lei. Então, algo nesse sentido pode vir modificado no substitutivo.

Sobre a questão dos Estados a gente já se alongou um pouco.

E há as regras de transição. Embora exista um cardápio de regras de transição na proposta – há pelo menos três regras de transição...





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA. *Fora do microfone.*) – Não falou sobre a questão dos professores.

**O SR. PEDRO FERNANDO DE ALMEIDA NERY FERREIRA** – Ah, sim! Vamos voltar um pouco para falar da questão dos professores. Acho que esse é um tema também parecido com a questão dos militares estaduais. Foi criado um conjunto de regras diferenciadas para a aposentadoria dos professores. Talvez, em contrapartida, a condição salarial seja mais prejudicada. Por outro lado, Estados e capitais têm uma dificuldade muito grande de arcar com essa questão. Não é uma questão que afeta muito a União. A gente emprega poucos professores até o ensino médio. A regra de aposentadoria especial não existe para professores universitários, que é a maioria dos professores empregados pela União. Então, esse é outro tema que é sensível, que mobiliza uma categoria grande e que poderia vir a ser tratado pelos Estados e pelos Municípios caso saíssem da proposta. Esse também é um tema difícil. A gente sabe que existem aposentadorias muito precoces, mas ninguém chamaria um professor de privilegiado.

Quanto às regras de transição, há uma polêmica entre aqueles que estão muito perto de se aposentar, mas que ainda não estão a dois anos da aposentadoria. Na proposta do Presidente Bolsonaro, quem está a dois anos da aposentadoria precisa apenas pagar um pedágio sobre o tempo que falta, de 50%, mas quem está a mais de dois anos da aposentadoria praticamente cai nas regras novas. Então, a gente consegue imaginar alguns exemplos extremos de pessoas que estão a três anos da aposentadoria e que, de repente, ficariam a 11 ou 12 anos da aposentadoria. Talvez, a regra de transição seja modificada nesse ponto, e aí com relevante impacto fiscal. Boa parte do peso da economia dos dez primeiros anos da proposta se dá por conta das regras de transição bastante duras ou mais duras do que as da proposta do Presidente Temer.

O último ponto que pode vir...

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA. *Fora do microfone.*) – Coloque aí o valor da economia em dez anos por segmento, por favor? Você tem esse número?

**O SR. PEDRO FERNANDO DE ALMEIDA NERY FERREIRA** – Eu não o tenho de cabeça, eu o teria prejudicado, mas acho que o Felipe vai trazer esses números.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Felipe, vocês os tem?

**O SR. PEDRO FERNANDO DE ALMEIDA NERY FERREIRA** – Eu vou passar a palavra daqui a pouco para o Felipe.

Para finalizar, um tema que tem mobilizado a Casa é a questão da previdência rural. A gente sabe que, no Norte e no Nordeste, os principais benefícios pagos pelo INSS são da previdência rural, benefícios de um salário mínimo. A proposta eleva a idade mínima da mulher de 55 anos para 60 anos e não eleva a do homem, que já fica em 60 anos. Então, existe aí uma crítica a uma contradição da





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

proposta, porque a trabalhadora urbana tem três anos de vantagem em relação ao trabalhador urbano, mas, no setor rural, em que muitas vezes a mulher está submetida a condições mais penosas, em que a infraestrutura doméstica é pior, não existe esse diferencial. E existe também a exigência de uma contribuição anual de R\$600 por núcleo familiar, caso o trabalhador não consiga comprovar o tempo de trabalho rural. Essa é uma questão que está intimamente ligada a uma medida provisória que está para caducar nos próximos dias, que é a Medida Provisória 871. Então, eu entendo que, se a medida provisória for aprovada mais ou menos como está, ela vai ter um impacto grande, e aí as mudanças da PEC não seriam tão necessárias assim do ponto de vista fiscal. Estou falando só do ponto de vista fiscal.

Então, acho que esses são os grandes temas que nos estão mobilizando, porque são temas que não são a essência da proposta. Preserva-se muito da economia da proposta, mantendo-se a idade mínima, as regras para a pensão por morte. Então, temas como o BPC e a aposentadoria rural são temas laterais, ao mesmo tempo em que dizem respeito a uma parte mais vulnerável da população. Então, pelo que a gente vê até pela imprensa, acho que se caminha para haver no relatório do Deputado Samuel Moreira o acatamento de parte das emendas que estão sendo apresentadas até amanhã nesse sentido.

Então, é isso.

Fico à disposição da Comissão para debater.

Agradeço, Presidente Otto.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Pois não.

Vou passar, então, a palavra ao Dr. Felipe. O Dr. Felipe pode dar uma contribuição grande nessa questão dos números do impacto da reforma da previdência. Nós tivemos aqui a informação da contribuição dos militares: em dez anos, seria algo em torno de R\$10 bilhões. Não é isso, General? É mais ou menos isso. Agora, vamos ver aqui... O Dr. Felipe vai fazer a explanação dele.

**O SR. FELIPE SCUDELER SALTO** – Boa tarde a todos!

Obrigado, Senador Presidente Otto Alencar, pelo convite.

Na Instituição Fiscal Independente, nós temos feito as contas justamente para subsidiar a atuação parlamentar, sobretudo desta Comissão, onde a IFI foi colocada também como assessoria parlamentar ao lado da Consultoria Legislativa.

Então, o quadro geral fiscal é muito negativo. Nós estamos com uma dívida pública perto de 80% do PIB, e a previdência, quando a gente soma com os gastos sociais...

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA. *Fora do microfone.*) – O senhor pode dar uma ideia da dívida pública há dez anos com relação ao PIB?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. FELIPE SCUDELER SALTO** – Sim. Em 2013, a dívida era de 53,4% do PIB, e, agora, nós estamos com 78,7%...

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA. *Fora do microfone.*) – Em seis anos, não é?

**O SR. FELIPE SCUDELER SALTO** – Em seis anos, aumentou entre 25 e 26 pontos percentuais do PIB.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – É grave o caso.

**O SR. FELIPE SCUDELER SALTO** – É. E é uma trajetória crescente, que vai ser muito difícil estabilizar, porque, para estabilizar, depende do crescimento do PIB, depende do resultado primário, depende da taxa real de juros. A nossa taxa real de juros hoje é de 2,5%, mas o crescimento é muito baixo: nós estamos crescendo a 1% ou menos. Amanhã, vai sair o resultado do PIB trimestral, que deve ser um dado bastante negativo pelo que se observa dos dados de indústria e de comércio, que a gente já conhece, de janeiro, de fevereiro e de março.

Então, esse contexto negativo requer medidas drásticas. É claro que não vai ser uma mudança da noite para o dia, mas há uma fatura que foi acumulada ao longo dos últimos anos, e todo mundo vai ter de pagar um pedaço.

Próximo eslaide, por favor. Pode passar direto para os números, porque acho que é o que mais interessa.

Nós fizemos na IFI todos os cálculos e nós podemos fazer também outras simulações que sejam interessantes. Na Comissão da Câmara, o Deputado Samuel Moreira vem solicitando já para a gente alguns cálculos adicionais. A Consultoria da Câmara... Nós fizemos uma parceria lá com a Consultoria de Orçamento. Na nossa equipe, o Rafael Bacciotti, que é um economista muito bom – somos poucos, mas estamos tentando fazer um bom trabalho –, conseguiu fazer um escrutínio dessas planilhas que o Governo usa para fazer as projeções. Então, por exemplo, se a idade não for de 60 anos para a mulher rural, mas sim de 57 anos, qual será o efeito em dez anos, quanto se gera de economia? Se a idade for de 56 anos, se a regra de transição for assim ou assado... Então, há esse tipo de sensibilidade. Sobretudo no caso do Regime Geral, nós conseguimos ter a capacidade de fazer a conta.

Os números são os seguintes, os principais: quanto à aposentadoria por idade, o efeito em dez anos é de 143,4 bilhões – esse é o efeito da economia nas aposentadorias por idade –; quanto à aposentadoria por tempo de contribuição, é de 352,2 bilhões; quanto a pensões por morte, é de 100,2 bilhões; quanto às aposentadorias por invalidez, é de cerca de 75 bilhões. Então, quando a gente soma tudo isso, o efeito da simulação para o Regime Geral de Previdência Social é de 670,9 bilhões em dez anos. Esse não é o total ainda, porque aí há mais 150,2 bilhões do abono salarial e mais 28,7 bilhões do BPC (Benefício de Prestação Continuada). Somando tudo isso...





**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

*(Intervenção fora do microfone.)***O SR. FELIPE SCUDELER SALTO – É de 28,7.**

Também outro dado que interessa, até na linha do que o Pedro falou, dos temas polêmicos, é o do rural, que, dentro desses 670,9 bilhões, representa 49,6 bilhões. Então, apenas para fins de comparação, esses 49,6 bilhões representam uma fração do que se vê, por exemplo, no caso das aposentadorias por tempo de contribuição totais, que são de 352,2 bilhões. Agora, é claro que você vai desidratando, e, de grão em grão, a galinha enche o papo; daqui a pouco, você sai de 800 ou 900 para 500 ou 400. Aí o efeito da reforma vai... A reforma vai exigir um esforço hercúleo, do ponto de vista político, com efeito fiscal que não vai nem gerar um refresco para a situação fiscal.

Então, com os 670 mais o efeito do abono mais o BPC, também considerando o efeito das mudanças que estão sendo propostas nas alíquotas de contribuição – é aquela chamada progressividade nas alíquotas de contribuição previdenciária –, o efeito líquido total estimado pela IFI é de 842 bilhões em dez anos. Para poder comparar com o valor de 1,236 trilhão do Ministério da Economia, só falta um cálculo, que nós estamos terminando de fazer, que é o do RPPS, o dos servidores, o do regime próprio dos servidores, e a tendência é a de que ele fique em torno de 100 bilhões a 130 bilhões.

Então, nós estamos falando de um efeito total da reforma que vai ficar próximo de R\$930 bilhões a R\$950 bilhões em dez anos. Se você tira o abono salarial e tira o BPC, isso já cai para algo mais próximo de 700 ou 720.

Então, a gente consegue fazer essas composições, Senador Otto, para poder ter a sensibilidade dos custos e dos benefícios da aprovação da medida.

Um ponto que vale a pena comentar é que essa questão de olhar por dez anos não é necessariamente a melhor forma de olhar o efeito da mudança na previdência. É que o Governo colocou o debate nestes termos: o efeito em dez anos. Mas previdência é uma coisa que é para olhar até 50 anos na frente, a sustentabilidade do regime. É claro que, como o debate foi posto nesses termos, a gente também está apresentando a conta assim.

E há a questão do teto de gastos, como o Pedro está me lembrando aqui. Pelas nossas contas, o teto de gastos não vai ser cumprido só com essas mudanças. Por mais difíceis que essas mudanças na previdência possam parecer, elas, ainda assim, são insuficientes para cumprir o teto. Pode haver duas conclusões a partir disso: ou o teto é muito rigoroso – essa seria uma delas –, ou você precisa de outros esforços para complementar o efeito do teto.

A verdade é que a gente tem uma série de regras fiscais que estão começando a se chocar. A meta de resultado primário hoje é a meta que gera maior esforço fiscal. O teto, até agora, não está gerando nenhum esforço fiscal. As pessoas não perceberam isso. A meta de déficit primário é de 139 bilhões. Se





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nós projetamos a receita, de 1,262 trilhão – a do Governo é de cerca de 13 bilhões acima, é a receita líquida para este ano –, e a despesa, de 1,401 trilhão, já com o contingenciamento de 30 bilhões, os famigerados 30 bilhões que incluem a questão da educação e tudo o mais; se não houvesse a meta de 139 bilhões, o déficit poderia chegar até a 169 bilhões, sem que o teto de gastos fosse descumprindo, quer dizer, o teto é bastante frouxo no sentido de que ele não gera esforço fiscal no curto prazo, mas é muito duro em médio e longo prazos.

Então, em 2022, pela nossa conta – isto está nesse relatório que eu pus aí para os senhores; há cópias sobre a mesa –, descumpre-se o teto mesmo se 80% da reforma passarem. *Grosso modo*, se aprovarem 80% desses efeitos que eu acabei de apresentar, ainda assim, o teto de gastos vai ser descumprido em 2022. Aí o que acontece? Não acaba o mundo porque em 2023...

**O SR. TASSO JEREISSATI** (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Pelo que estou entendendo, há uma divergência profunda entre os números levantados pela IFI e os números apresentados pelo Governo em relação à economia que a reforma da previdência, se aprovada no seu todo, faria.

**O SR. FELIPE SCUDELER SALTO** – Não é tanta a diferença. O efeito total nosso está chegando próximo a 1 trilhão, chega a 950 bilhões, considerando o cálculo do RPPS, que nós ainda estamos terminando. Mas, supondo que ele ficasse em 130, o número que a gente já tem para o Regime Geral mais o abono mais o BPC mais esses 130, isso daria 972 bilhões, e o do Governo é de 1,2 trilhão. De fato, há 300 bilhões de diferença.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Apenas! (*Risos.*)

**O SR. FELIPE SCUDELER SALTO** – É verdade! Por que acontece isso? Porque há premissas de PIB, de inflação e de massa salarial, há uma série de coisas que estão por trás dos números e que geram resultados diferentes. Nós estamos fazendo todos os cálculos e mostrando quais são as premissas.

Seria interessante também que aqui viesse, por exemplo, o Leonardo Rolim ou algum outro técnico da Secretaria de Previdência. Aliás, eles estão muito abertos. Eles ajudaram a IFI a compreender a planilha que nós obtivemos pela CPI da Previdência. Seria interessante até comparar para ver por que há tantas diferenças. Agora, o número pode estar um pouco inflado, a estimativa oficial.

O mais relevante é que estimativas para muitos anos à frente têm um grau de erro considerável. Não se devem tomar esses números, assim, ao pé da letra. Por exemplo, se ano que vem for um pouco mais ou um pouco menos, e aí a cada ano forem se acumulando esses pequenos erros, o efeito em dez anos será significativo. O importante é a tendência. O número do Governo está bem calibrado no sentido de apontar que há um efeito geral muito importante. Ele vai contribuir para a sustentabilidade fiscal, mas sozinho não faz verão. Esse é o ponto, porque, se o País definiu que o teto de gastos é a grande referência





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– a não ser que o Congresso flexibilize o teto –, então, vai precisar muito mais do que esses 900 bilhões ou 1,2 trilhão, infelizmente.

O nosso cenário base, que considera esses valores que eu apresentei, então, representaria um estouro do teto em 2022. Aí, o que acontece? Acaba o mundo? Não acaba, porque a medida do teto é inteligente: ela já prevê os gatilhos. Então, o descumprimento do teto vai acionar o gatilho, e basicamente o gatilho é impedir que reajustes salariais e contratações sejam feitos. Então, em 2023, quando o gatilho for acionado, os gastos com pessoal vão começar a cair, de 4,2% do PIB para 2,5% do PIB até 2030. Aí, o que os senhores podem perguntar é: "Mas isso é sustentável? Vai ser um desmonte do Estado". Ou é isso ou é fazer ajuste em outras despesas que compensem essa redução pela metade do gasto com pessoal, além dos 80% da previdência, que nós já estamos colocando nessa conta.

Por que estamos fazendo isso? Não é terrorismo, mas são os números, quer dizer, considerando uma projeção de PIB de 2% a 2,5%, uma inflação em torno de 4%, massa salarial caminhando com esses números, projeções demográficas do IBGE, essa é a dura realidade dos fatos. Então, o tamanho do ajuste fiscal que vai ter que ser feito é enorme.

A reforma da previdência vai ajudar muito, e ela abre espaço também para outro tipo de ajuste, que é quase indireto, mas é importante, que é uma redução também do gasto com juros, porque, se você aprova a reforma da previdência e abre espaço para outras mudanças estruturais, como a tributária e outras, o déficit nominal, que é aquele que inclui os juros, também vai melhorar. Aí fica mais fácil estabilizar a dívida.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Qual é a previsão de pagamento de juros para este ano?

**O SR. FELIPE SCUDELER SALTO** – Cerca de 400 bilhões. Ano passado foram 390 bilhões. O déficit nominal é 7% do PIB; o déficit primário é 1,6% do PIB. Então, nós temos um pagamento de juros, Senador, de 5,5% do PIB. É claro que há aí a correção monetária, mas se pode cortar pela metade; ainda é um gasto muito alto.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Vou fazer uma pergunta – talvez o senhor não tenha o número.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Nós temos hoje 13 milhões de (*Fora do microfone.*) desempregados. Se você tem um crescimento anual de, digamos assim, daqui a três anos, 3% ou 4% do PIB, você jogaria quanto de funcionários com carteira assinada para a contribuição previdenciária? Você tem ideia disso?

**O SR. FELIPE SCUDELER SALTO** (*Fora do microfone.*) – Se o PIB crescer 3%, 4%?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Sim.

**O SR. FELIPE SCUDELER SALTO** – Eu teria que fazer as contas com mais detalhe, mas, se o PIB cresce...

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Eu vejo a reforma da previdência sempre como um samba de uma nota só, porque é só a reforma que vai resolver. Na minha opinião, o Governo tem que ter um projeto de desenvolvimento econômico, para a absorção da mão de obra que está aí desempregada já há muitos anos. Então, se você consegue botar o País para crescer 3%, 4% ou mais um pouco, vai jogar uma contribuição previdenciária bem grande...

**O SR. FELIPE SCUDELER SALTO** – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – ... e vai diminuir o déficit, não é isso?

**O SR. FELIPE SCUDELER SALTO** – Isso mesmo.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Essa projeção é que eu queria ver, porque o Ministro da Economia nunca falou sobre isso.

**O SR. FELIPE SCUDELER SALTO** – Faça-me um favor: passe para o próximo eslaide, que tem um cenário otimista da IFI, mais ou menos próximo do que o Senador Otto está propondo, que é um crescimento próximo de 3%.

Pode passar, vai passando.

Volte um.

A gente sempre faz três cenários, porque... Eu costumo brincar que o que economista mais faz é errar projeção, porque você tem um grau de incerteza muito elevado. Antes de trabalhar no setor público, eu trabalhei em consultoria durante dez anos, e você tem que fazer projeções, só que...

**O SR. TASSO JEREISSATI** (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – Eu discordo. O que o economista mais faz é explicar por que suas projeções no passado deram errado.

**O SR. FELIPE SCUDELER SALTO** – Exatamente. (*Risos.*)

Então, a gente tem sempre que duvidar de quando vem uma certeza ou uma convicção muito grande em cima de número que é projeção, porque projeção sempre embute premissas e modelagem estatística, econométrica. É claro que nós temos que usar o melhor ferramental que existe para produzir os melhores resultados possíveis, mas a incerteza é muito grande, sobretudo no momento que nós estamos vivendo. Então, por que três cenários? Justamente por conta disso.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vejam a despesa previdenciária: hoje ela está lá em 8,6. No cenário pessimista, essa despesa previdenciária vai para 10% do PIB em 2030. É uma outra forma de ver aqueles números em bilhões, que eu tinha...

**O SR. TASSO JEREISSATI** (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE. *Fora do microfone.*) – No pessimista o crescimento é de quanto?

**O SR. FELIPE SCUDELER SALTO** – O crescimento econômico?

**O SR. TASSO JEREISSATI** (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE. *Fora do microfone.*) – Isso.

**O SR. FELIPE SCUDELER SALTO** – É perto de 1%.

No verde, que é o cenário base, que é um crescimento de 2% a 2,5%, você tem quase que uma estabilidade de 8,5 para 9,2. Ainda cresce um pouco. E no otimista, que seria a reforma previdenciária integral, você consegue ficar...

**O SR. TASSO JEREISSATI** (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE. *Fora do microfone.*) – E o crescimento é de quanto?

**O SR. FELIPE SCUDELER SALTO** – O crescimento é de 3,4%.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE. *Fora do microfone.*) – No otimista?

**O SR. FELIPE SCUDELER SALTO** – No otimista.

Agora, o otimista, em termos de crescimento, eu vejo como cada vez menos provável. A gente acha que o base é o mais provável, o pessimista é o segundo mais provável, e o otimista é o terceiro mais provável.

Pode passar.

Qual é o esforço necessário para estabilizar a dívida? Se a gente tiver juros de 4,3% – esse juro não é a Selic, esse juro é o custo médio da dívida, em termos reais – e um crescimento de 2,2, para estabilizar-se uma dívida de 80% é preciso 1,68% do PIB de superávit primário. Hoje, o déficit é 1,7. Isso aí representa, então, 3,4 pontos do PIB; são de R\$400 bilhões a R\$500 bilhões em quatro ou cinco anos.

E aí uma pergunta que poderia ser feita é a seguinte: "Mas a previdência não é 1,2 trilhão? Então, está resolvido". Só que a previdência é 1,2 trilhão em dez anos. Nos quatro primeiros anos, pela nossa conta, a previdência é só 76,1 bilhões; precisa de 400 a 500 para estabilizar a dívida. E a dívida já está em 78, 79, quer dizer, nós já estamos chegando aos 80. A má notícia é a seguinte: vai demorar muito para a gente conseguir estabilizar essa dívida, sobretudo se não fizer a lição de casa.





## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. TASSO JEREISSATI** (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE. *Fora do microfone.*) – Mas se pressupõe a queda dos juros?

**O SR. FELIPE SCUDELER SALTO** – Não. Aí, há um aumento do juro, porque o juro hoje está em 2,5; o juro real. Aí, ele está aumentando para 4,3. Por quê? Porque hoje a ociosidade da economia está grande. Quando a gente começar a crescer um pouco – oxalá comecemos a crescer um pouco –, aí o hiato começa a fechar. Então, começa a haver pressão de demanda, o Banco Central aumenta o juro.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE) – O Pedro acabou de levantar (*Fora do microfone.*) que, havendo a reforma da previdência, a consequência imediata seria a queda dos juros.

**O SR. FELIPE SCUDELER SALTO** – É, seria a possibilidade de haver juros mais baixos por mais tempo. Aí, facilita um pouco esse problema aí. Por exemplo, se houver 3% de juros reais, e não 4,3, aí talvez você precise de um superávit primário só de 1% ou 0,9%. Facilita um pouco a vida.

Então, a reforma não deve ser olhada só no efeito que ela gera em dez anos – a meu ver, é um equívoco falar "um trilhão", "quinhentos bilhões" –, mas o debate está posto nisso, então isso é uma das variáveis que importa. Ela também gera efeitos secundários relevantes que devem ser considerados.

Próximo eslaide.

Para que a gente possa comparar um pouco o que está acontecendo com os cenários – aí está ruim porque essa cruz aí no meio come os números... Basicamente, no cenário base, a gente revisa os cenários de seis em seis meses lá na IFI. Foi uma coisa, inclusive, que o Senador Tasso colocou lá na CAE, quando ele foi Presidente: a nossa apresentação fixa, lá na CAE, de seis em seis meses. Então, a gente também fixou a revisão do cenário sempre em novembro e maio – ali é "maio", não é "março" de 2019.

Então, olhem que coisa impressionante. O resultado primário, que é receita menos despesa, sem considerar a despesa com juro; a média anual de resultado primário no cenário base, quando a gente pega de 2019 a 2030, era um superávit primário de cerca de 121,7 bilhões. Esse primário, com a revisão dos cenários, caiu fortemente para 5,6 bilhões só de média anual. Por quê? Porque o PIB caiu de 11 trilhões para 10,7 trilhões, quer dizer, nós estamos... Tudo em termos nominais.

É claro que há aí o efeito de inflação, uma série de outras coisas, mas todas as variáveis fiscais pioram muito quando a gente piora as condições de crescimento, e vice-versa. Economia é o rabo correndo atrás do cachorro e o cachorro correndo atrás do rabo: para gerar crescimento é preciso ter equilíbrio fiscal, porque aí você tem juros mais baixos, tem mais investimento, mais consumo, mais crédito e cresce mais; só que também, para ter um resultado primário melhor, não dá para esperar que todo o esforço venha do lado do gasto, não é? É uma coisa irrealista. Uma parte virá do lado da receita. Então, você depende também do crescimento econômico.







## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pode passar.

Esse eu acho que é o resumo da ópera, que é a dívida. No cenário base, a dívida cresce de 80 para 85,5 em 2025, depois estabiliza e começa a cair lentamente, em porcentagens do PIB. No cenário pessimista, o risco de a gente chegar a 100% do PIB em 2026 – que é amanhã – é muito alto. Vocês veem que, no horizonte de projeção da IFI, que acaba em 2030, você não consegue estabilizar a relação dívida-PIB.

Esse é o objetivo maior da política fiscal por quê? Porque, quando o mercado faz suas projeções e olha para essas curvas, ele não está se importando muito com o nível de dívida de hoje, mas com a dívida para onde vai daqui a 10, 15 anos. Se ele vir aquela curva vermelha, que é sem a reforma da previdência ou com 20% da reforma da previdência, ele fala o seguinte: "Olha, eu vou continuar financiando os déficits anuais de 139 bilhões do Governo, só que eu vou exigir juros mais altos". Aí, isso alimenta mais ainda a dívida pública e acaba fazendo aquela profecia do cenário vermelho se realizar.

Para terminar, o recado é o seguinte. O peso dos cálculos das estimativas para a reforma da previdência é importante para o resultado fiscal – ponto um. Há divergências em relação ao Governo, que podem ser explicadas por questões de premissas e também por o Governo estar considerando alguns outros fatores que a gente pode não estar considerando – vale a pena fazer a confrontação desses dados, dessas projeções.

E o terceiro é que só a reforma da previdência não vai resolver todos os nossos problemas estruturais, mas sem ela a gente não vai a lugar nenhum.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Eu queria agradecer ao Dr. Felipe Salto e também ao Dr. Pedro.

Perguntaria ao Senador Tasso e ao Senador Styvenson: desejam formular alguma questão, alguma pergunta?

**O SR. TASSO JEREISSATI** (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE. *Fora do microfone.*) – Não, muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. PSD - BA) – Está satisfeito?

Bem, nós faremos outras reuniões. Eu creio que, com a explanação aqui do General Garrido – eu já tinha tido uma reunião lá no quartel-general –, e pelas conversas que nós temos tido lá com o Relator, essa questão dos militares das Forças Armadas está entendida e, na minha opinião, pacificada para uma aprovação de acordo com o que foi encaminhado. Não vejo nenhuma alteração possível no horizonte. Hoje mesmo, na conversa com o Relator, nós tivemos essas informações. E vamos acompanhar lá, na Câmara Federal, onde teremos outra reunião, inclusive com a presença aqui do Deputado Samuel. Ele virá aqui para apresentar, dentro de 15 dias, me parece... Ele vai participar de algumas audiências







## SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

públicas. Esse acompanhamento o Senado está fazendo por determinação do Presidente Davi Alcolumbre, o Senador Tasso Jereissati é o Relator, e nós vamos fazer outras reuniões, discutir profundamente isso.

Eu concordo, e o Tasso também tem essa visão de que só a reforma da previdência não vai resolver o problema do País. O Governo precisa apresentar um projeto de crescimento econômico. Não me convencem nenhum dos Ministros da Economia – nem o Joaquim Levy me convenceu, nem o Henrique Meirelles, muito menos agora o Paulo Guedes – de que um país como o nosso, que tem uma reserva hoje de US\$382 bilhões, possa ficar com essa excessiva garantia e dela não possa retirar US\$40 bilhões, US\$50 bilhões e converter em real para concluir obras inacabadas pelo Brasil afora. Quando eu fui Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle, nós listamos aqui 1.615 obras de grande porte, que continuam até hoje inacabadas, que, se fossem retomadas, iam absorver muita mão de obra; obras, inclusive, de engenharia, que demandam muita absorção de mão de obra.

Acho que só a reforma da previdência não vai resolver. Lá atrás, a reforma trabalhista ia resolver – não resolveu – a questão do desemprego. E, paralelamente à reforma da previdência, eu acho que o Governo precisa apresentar, como foi no passado apresentado o PAC, um programa para geração de emprego e renda.

Hoje, é dolorosa a questão do desemprego. Isso é muito doloroso para as famílias. Eu digo que, pelo meu conhecimento de estar sempre em contato com as pessoas, de todas as classes sociais, o desemprego atingia pessoas, hoje atinge famílias. Eu sempre encontrava, antes, em uma família de seis pessoas, dois empregados; hoje, todos os seis estão desempregados. Atinge a classe média baixa, sobretudo as populações mais vulneráveis. Portanto, eu concordo com você que só reforma da previdência não vai... O Governo terá que apresentar algum projeto de crescimento econômico, de investimentos para se resolver essa questão do desemprego, colocar gente para trabalhar no Brasil, contribuir para a previdência e, conseqüentemente, diminuir o déficit.

Essa é a ansiedade nossa aqui no Senado Federal, até porque algumas matérias que tramitam aqui no Senado Federal já passaram do ponto de ser aprovadas, alguns projetos: o da Nova Lei Geral das Telecomunicações, por exemplo, pode colocar mais de 20 bilhões de investimentos em telefonia móvel, em banda larga; essa questão agora da sessão onerosa do pré-sal; e outros projetos importantes, como o da reforma tributária. Portanto, o momento é muito delicado, muito grave, a responsabilidade do Congresso é maior ainda, e isso nos inquieta bastante – nós somos Parlamentares –, para que possamos encontrar uma saída para as futuras gerações.

Quero agradecer a todos que participaram, ao Felipe, ao Pedro, ao General Garrido, a todos os representantes das Forças Armadas, da Marinha, da Aeronáutica. Marcaremos outra reunião para discutirmos e aprofundarmos os nossos conhecimentos para fazer-se uma reforma que possa atender ao ajuste fiscal necessário para o Brasil, sem, contudo, atingir os trabalhadores de todos os setores, com



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

problemas graves na questão social. Dois itens serão discutidos: o do ajuste fiscal e o da proteção social, em todos os setores dos trabalhadores do Brasil.

Portanto, agradeço.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

*(Iniciada às 14 horas e 29 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 57 minutos.)*



Fale com o Senado  
**0800 61 2211**

 /senadofederal  
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa  
Secretaria de Atas e Diários

**SENADO  
FEDERAL**

